



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM CIÊNCIAS: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**O MODELO COOPERATIVO NA CONSTRUÇÃO DAS
CONDIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE**

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Lajeado, Junho de 2022

Bruno Nonnemacher Büttenbender

O MODELO COOPERATIVO NA CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento, na linha de Pesquisa em Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia E. Barden

Lajeado, Junho de 2022

Bruno Nonnemacher Buttenbender

O MODELO COOPERATIVO NA CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

A Banca examinadora abaixo aprova a Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade:

Profa. Dra. Julia Elisabete Barden – Orientadora
Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Prof. Dr. Carlos C. Da Silva Cyrne
Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Prof. Dr. Alexandre André Feil
Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Prof. Dr. Deivid Ilecki Forgiarini
Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - ESCOOP

Lajeado, Junho de 2022.

Agradecimento a CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Bolsa Integral, de Março de 2018 a Março de 2022.

*“Perece a letra, ora tão prática.
Permanece o espírito, inacessível e
inefável.” GKC.*

Agradecimento

Primeiramente á Deus, pelo dom da vida, pelas circunstâncias e pela oportunidade de chegar até aqui. Que eu possa sempre agir pelo bem e ser instrumento do bem onde estiver.

Em sequência, agradeço às instituições que apoiaram este trabalho, especialmente a UNIVATES e a PROSUC/CAPES, por terem concedido, respectivamente fomento de pesquisa, bem como a bolsa de estudos.

A partir disso, não necessariamente como segue a disposição ordinal dos agradecimentos, manifesto meu carinho e gratidão para cada um destes que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste estudo.

À professora Júlia Barden, minha orientadora, pelo apoio, suporte, tempo e dedicação dispensados, bem como pelas contribuições e ponderações. Toda esta trajetória só se fez possível em função de sua colaboração.

Aos diversos amigos que, de longe ou de perto, se fizeram presentes nos momentos bons e nos momentos desafiadores, estimulando e incentivando a busca por meus objetivos. Em seus nomes contemplo todos os demais, João, Ronaldo, Rafael, José e todos os tantos outros.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, pela provocação na construção de uma visão holística e interdisciplinar em torno da ideia de Ambiente e Desenvolvimento.

Ao meu irmão, Matheus, seguimos firmes, tentando ser sempre melhores hoje do que fomos ontem.

Ao meu pai, Pedro, que nunca mediu esforços nem olhou pro relógio para me estender a mão. Estamos aqui graças ao teu incentivo e apoio.

A minha mãe, Dóris, que sempre esteve ao meu lado e me ouviu quando

mais precisei. Tu sempre me disseste que tudo ficaria bem, e tinhas razão. Tudo, sempre, há de dar certo.

A minha noiva, Bruna. Não cometerei o erro de tentar colocar em palavras o quanto sou grato por te ter ao meu lado. Tudo é possível, graças a ti. Conseguimos.

Resumo: As preocupações relativas aos impactos causados pelas atividades humanas e suas formas de organização nos mais diversos aspectos têm dado ênfase à perspectiva coletiva que busca a viabilidade econômica de sua realização ao passo em que agregam-se observações acerca dos aspectos ambiental, institucional e social destas atividades, consolidando um ideal de sustentabilidade pautado nas dimensões social, econômica, ambiental e institucional. Em vistas a novas formas de interação e gestão da sociedade, de modo mais equitativo e inclusivo, somando-se à realidades ambientalmente mais amigáveis, a proposição do modelo cooperativo como opção de um capitalismo voltado ao *stakeholder* surge como alternativa que norteia a busca pelas condições da sustentabilidade. Uma vez observada esta lacuna teórica, a presente tese teve como objetivo analisar a construção das condições para a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza aplicada, que pode ser considerada quanto aos meios exploratória-descritiva e de método indutivo. Foi conduzido um levantamento bibliográfico e documental, de caráter quali e quantitativo. As etapas do estudo consistiram em identificar um conceito de sustentabilidade que permitisse observar a perspectiva do modelo cooperativo em sua construção, posteriormente o mesmo foi relacionado à este ideal de forma a analisar de que maneira participa da construção das condições para a sustentabilidade e, por fim, foi criada uma matriz de indicadores que permite à organização cooperativa gerir suas atividades de modo a contemplar cada uma das dimensões envolvidas no processo. Como resultado, observou-se que a dimensão institucional destaca-se das demais dimensões – social, econômica e ambiental – de modo que constitui a ferramenta por meio da qual o modelo cooperativo interage com o território e os agentes que compõe esse território. Da mesma forma, afirma-se que o modelo cooperativo é capaz de promover institucionalmente mudanças e melhorias nas dimensões social, econômica e ambiental, de modo a representar o interesse coletivo dos envolvidos pavimentando o caminho para uma condição mais sustentável. É por meio da fidelidade para com os princípios e valores norteadores do modelo, e acima de tudo, do vínculo para com a comunidade, que o cooperativismo é capaz de participar da construção das condições para a sustentabilidade, transitando institucionalmente entre suas dimensões, e reforçando o elo de pertencimento local e de capital social entre os agentes do território em que atua. Por fim, articulou-se uma matriz de indicadores para que a participação do modelo na construção das condições para a sustentabilidade pudesse ser observado e gerido de maneira efetiva nos territórios e comunidades onde atuam as cooperativas. A atuação institucional do modelo cooperativo é o que permite que sejam geridas e administradas as dimensões social, econômica e ambiental, além de fomentar o pertencimento local e o capital social nos territórios em que este atua.

Palavras-chave: dimensões da sustentabilidade; matriz de indicadores; capital social; pertencimento local; princípios e valores.

Abstract: Concerns about the impacts caused by human activities and their forms of organization in the most diverse aspects have emphasized the collective perspective that seeks the economic viability of its realization while adding observations about the environmental, institutional and social aspects of these activities, consolidating an ideal of sustainability along the social, economic, environmental and institutional dimensions. Reaching for new forms of interaction and management of society, in a more equitable and inclusive way, in addition to more environmentally friendly realities, the proposition of the cooperative model as an option for a stakeholder-oriented capitalism emerges as an alternative that guides the search for conditions of sustainability. Seeking to deal with this challenge, this thesis aimed to analyze the construction of conditions for sustainability through the cooperative model. Therefore, a research of applied nature and inductive method was developed, which can be considered in terms of exploratory-descriptive and inductive method. A bibliographic and documentary survey was carried out, of a qualitative and quantitative nature. The stages of the study consisted of identifying a concept of sustainability that allowed observing the perspective of the cooperative model in its construction, later it was related to this ideal in order to analyze how the model participates in the construction of conditions for sustainability and, finally, a dashboard of indicators was created that allows the cooperative organization to manage its activities in order to contemplate each of the dimensions involved in the process. As a result, it was observed that the institutional dimension stands out from the other dimensions – social, economic and environmental – so that it constitutes the tool through which the cooperative model interacts with the territory and the agents that make up this territory. Likewise, it is stated that the cooperative model is capable of institutionally promoting changes and improvements in the social, economic and environmental dimensions, in order to represent the collective interest of those involved, paving the way for a more sustainable condition. It is through fidelity to the principles and values that guide the model, and above all, the bond with the community, that the cooperative model is able to participate in the construction of conditions for sustainability, institutionally transiting between its dimensions, and reinforcing the link of local belonging and social capital between the agents of the territory in which it operates. Finally, a dashboard of indicators was articulated so that the model's participation in the construction of conditions for sustainability could be effectively observed and managed in the territories and communities where the cooperatives operate. The institutional performance of the cooperative model is what allows the social, economic and environmental dimensions to be managed and administered, in addition to fostering local belonging and social capital in the engaged communities.

Key words: dimensions of sustainability; indicator dashboard; social capital; local belonging; principles and values.

LISTA DE SIGLAS

ACI/ICA – Aliança Cooperativa Internacional (*International Cooperative Alliance*)

A2030 – Agenda 2030 (Agenda da ONU para promoção do Desenvolvimento Sustentável)

COPAC/ONU – Comitê de Promoção e Avanço das Cooperativas

COOPSFOR2030 – Plataforma para construção da Agenda 2030 a partir da ACI

DIA C – Dia de Cooperar

DIGILABOUR – Laboratório de pesquisadores de trabalho digital

EURICSE – European Research Institute on Cooperative and Social Enterprises

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

G20 – Grupo dos 20 (Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.)

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OCEMG – Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

OCP – Observatório do Cooperativismo de Plataforma

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

TBL – *Tripple bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade)

WCED – *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. DA COOPERAÇÃO À SUSTENTABILIDADE	24
2.1 A cooperação como instrumento social	24
2.2 O modelo cooperativo enquanto expressão da cooperação	30
2.3 A busca pela sustentabilidade	41
2.4 A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável	47
3. O MODELO COOPERATIVO E A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE	62
3.1 A dimensão institucional	63
3.1.1 <i>A governança cooperativa</i>	66
3.1.2 <i>A sustentabilidade institucional do modelo cooperativo</i>	72
3.2 A dimensão social	74
3.3 A dimensão econômica	85
3.4 A dimensão ambiental	90
3.4.1 <i>O caráter organizacional da dimensão ambiental</i>	90
3.4.2 <i>O papel do modelo cooperativo na dimensão ambiental.</i>	96
4. A SUSTENTABILIDADE POR MEIO DO MODELO COOPERATIVO	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6. REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

As preocupações no que concerne aos impactos causados pelas atividades humanas em seus mais diversos aspectos têm dado ênfase à perspectiva coletiva que busca a viabilidade econômica de sua realização ao passo em que a demanda pela análise e gestão das dimensões social e ambiental também aumenta.

São diversas as abordagens que buscam observar a relação traçada entre a sociedade e o espaço que esta ocupa – como as leituras de Tajfel (1970), Hoppe (2018), Diamond (2017) e Harari (2015), ou ainda de modo mais específico como em Sachs (2008; 2009) e Veiga (2013; 2015) – contudo a dificuldade de delimitação objetiva dos termos – em decorrência da subjetividade dos espectros da sustentabilidade – acaba por ocasionar uma heterogeneidade de realidades, onde a construção de um termo é relativa à forma com que este é observado.

O uso de termos únicos, tais como igualdade, justiça e a própria sustentabilidade, podem sugerir uma simplificação dos fenômenos que os envolvem e que, na verdade, são incrivelmente diversos e complexos. Estes fenômenos, por vez, requerem uma análise cuidadosa e particularizada, seguida pela geração de soluções potenciais e pela avaliação criteriosa dessas soluções para que se faça possível articular as condições para a sustentabilidade.

As diferentes formas de articulação e organização social, como agremiações, associações, assim como a cooperação institucionalizada, buscam resolver problemas de caráter coletivo e apresentam significativa relevância durante todo esse período em que as perspectivas coletivas e individuais disputam espaços na construção de um novo modelo de social que se desenvolve.

Em vistas a construção de um cenário onde a exploração econômica pudesse se dar sem coibir a liberdade individual na sociedade, a atenção acerca dos desafios dos modelos econômicos, e discussões a respeito do papel do Estado, assim como de em que contexto deveriam se articular e organizar os diferentes grupos da sociedade também ganham maior destaque. É também consequência desse contexto, o aumento no consumo de energia e recursos naturais, que acarretou em uma contínua degradação do meio ambiente, que acontecendo até o presente, aumenta a possibilidade de seu esgotamento em um futuro próximo (HOPPE, 2018; DIAMOND, 2017; HARARI, 2015).

A busca pela harmonização entre os fatores políticos, culturais, econômicos, institucionais e demais construções sociais, e o espaço que a sociedade ocupa e habita é pauta de discussões e objeto de estudo não apenas das ciências ambientais, senão também nas biológicas, sociais e humanas, e dessa maneira, conforme for o ponto a partir do qual é conduzida tal observação, diferente será a interpretação acerca desta relação.

As diferentes sociedades – desde as mais primitivas até as contemporâneas – em sua trajetória de evolução lidaram e lidam cada uma à sua maneira com o espaço que ocupam percebendo sua relação com tal em perspectivas de pertencimento, vínculo e transcendência, contudo, a subjetividade da discussão acerca do conceito de sustentabilidade se demonstra por vezes como um fator que impossibilita uma mediação mais objetiva do que deve ser entendido por tal (HOPPE, 2018; SCRUTON, 2016).

Fatores como as relações existentes entre sociedade, economia e ambiente, ou ainda fatores como a governança institucional a partir de qual as organizações sociais se articulam se destacam neste sentido, contudo, a não existência de um conceito máximo de sustentabilidade faz com que o termo seja utilizado de diferentes formas em diferentes contextos. Daí a importância de contextualizar-se o que se busca observar. Do signo “sustentabilidade”, ao significado “característica daquilo que é sustentável”, a necessidade então de um referente – o que deve ser contemplado por algo que é sustentável.

Se a subjetividade do conceito de sustentabilidade por sua vez possibilita diferentes interpretações acerca de sua aplicabilidade em decorrência da perspectiva sob a qual é observado (FEIL e SCHREIBER 2017), o ator de sua construção ou de fomento a tal sustentabilidade, apresenta tão grande potencial de variância, ou até maior, dado que para se analisar a relação entre sociedade e natureza- em uma perspectiva sustentável – há que se estipular também com que perspectiva será observada a sociedade – ou a parcela desta em relação ao todo da equação.

O modelo cooperativo surge neste cenário onde busca-se, por meio da articulação e organização coletiva, a solução de problemas comuns a todos, e neste caso, a sustentabilidade das ações desenvolvidas por aqueles que desta forma se articulam, seja por meio da produção, do consumo ou da prestação de serviços.

Pautado com base em um grupo de princípios, valores e aspectos doutrinários – ainda que os termos utilizados por diferentes autores não sejam necessariamente estes – por meio dos quais se estruturam as relações entre os agentes individuais e coletivos envolvidos nas atividades desempenhadas. Compõem tais princípios a adesão voluntária e livre, a gestão democrática, a participação econômica dos associados, a autonomia e independência, a educação, formação e informação, a intercooperação e a preocupação com a comunidade.

A relação entre estes princípios, valores e aspectos doutrinários e o debate da sustentabilidade é destacado e percebido na literatura (ALCARÓN-CONDE et al, 2022; ALCARÓN-CONDE, ALVARÉZ-RODRIGUEZ; 2020, SMITH, 2017; FERNANDEZ-GUADAÑO, LOPEZ-MILLAN e SARRIA-PEDROZA, 2020), e destaca-se assim seu diálogo para com as dimensões institucional, ambiental, econômica e social, sob as quais se estruturam as condições que levam à construção do ideal de sustentabilidade.

Em se considerando a amplitude das atividades desempenhadas pelo modelo cooperativo no que diz respeito às relações entre sociedade e natureza – que atua vinculado à produção agrícola, à geração e distribuição de energia,

transporte, dentre outras áreas – faz-se importante também destacar a pluralidade à qual este está relacionado. A Organização das Cooperativas do Brasil – OCB – classifica as cooperativas de acordo com seus ramos de atuação, a considerar os ramos agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho e produção de bens e serviços e transporte.

Em função da diversidade de atividades com que está vinculado, o modelo cooperativo já constituiria em si suficientes razões para ser analisado e tomado como base para o presente estudo, contudo, soma-se a tal fator, a relevância socioeconômica e institucional a nível macro e micro – realidade do modelo cooperativo em um contexto global e local.

O modelo cooperativo representa, segundo dados recentes da Organização das Cooperativas do Brasil – OCERGS, uma parcela de relevância nos contextos socioeconômicos, que em se considerando as 300 maiores cooperativas do mundo como um país, este viria a configurar a 8ª maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,16 bilhões (OCERGS, 2018) e um faturamento anual superior a US\$ 2,1 trilhões (OCERGS, 2021).

Soma-se o fato de que o modelo estudado – articulado por meio das distintas esferas de gestão e governança – está presente em 156 países (OCERGS, 2019), contando com cerca de 3 milhões de organizações cooperativas, que servem a mais de 1,2 bilhão de associados gerando a marca de 280 milhões de empregos diretos (OCERGS, 2021).

No contexto brasileiro, segundo os dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, o modelo cooperativo está presente em todos os estados da federação, por intermédio da ação de 6,8 mil organizações cooperativas, que atendem a cerca de 14,6 milhões de associados, formalizando mais de 425 mil empregos diretos distribuídos em todos os ramos de atuação do modelo.

No Rio Grande do Sul, o modelo conta com uma presença de ainda maior destaque, em função da relevante influência socioeconômica que desempenha. Dados recentes da OCERGS destacam cerca de 68,3 mil

empregos diretos formalizados por meio das 455 organizações cooperativas em atividade, que atendem a um total de 3,06 milhões de associados. Neste contexto, o ramo agropecuário é quem conta com o maior número de organizações cooperativas e colaboradores – 134 e 38,5 mil, respectivamente – do estado, e o segundo maior número de associados – cerca de 350 mil – ficando atrás apenas das cooperativas de crédito e infraestrutura, que atendem a cerca de 2,1 milhões e 544,2 mil associados respectivamente (OCERGS, 2021)).

Torna-se compreensível a escolha do modelo cooperativo como objeto de estudo, e sua participação no processo de construção das condições para a sustentabilidade, uma vez observado potencial de interação que este apresenta para com as distintas interpretações acerca do conceito e dimensões que este contempla.

Com base nisso, busca-se relacionar – com o cenário estruturado a partir do modelo cooperativo – os preceitos do debate da sustentabilidade, que uma vez identificados e elucidados, torna-se possível analisar a relação entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade.

Em vistas a novas formas de se analisar a sociedade, construindo-a de modo mais equitativo e inclusivo, somando-as à realidades ambientalmente mais amigáveis, a proposição do modelo cooperativo como alternativa de um capitalismo voltado não apenas ao *shareholder* (entendido como os agentes que possuem títulos e ações na organização – detentores do capital) mas também, e principalmente, voltado ao *stakeholder* (todos os agentes envolvidos na atividade e na organização, de modo direto e indireto, como a comunidade local, os associados, colaboradores e demais envolvidos) surge como alternativa para a equação que norteia a busca pelas condições da sustentabilidade.

Ao compreender a estrutura com que se constituem as relações existentes no modelo cooperativo, torna-se possível observá-las e geri-las, constituindo a organização cooperativa enquanto meio para a construção das condições para a sustentabilidade. Para tanto, a presente tese tem como

objetivo analisar a construção das condições para a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo.

A fim de construir tal análise, primeiramente é necessário identificar um conceito de sustentabilidade que permita observar a perspectiva do modelo na construção de suas condições. A partir deste ponto, é construída uma relação entre este modelo e os elementos que contribuem para a construção destas condições, e por fim, é elaborada com base em fatores compreendidos na literatura vigente, uma matriz de indicadores que permite viabilizar a construção das condições para a sustentabilidade sob a perspectiva do modelo cooperativo.

Entende-se, com este viés, que as condições que a sustentabilidade demanda para a sua construção estão atreladas às dimensões institucional, ambiental, social e econômica, e o modelo cooperativo participa do processo de construção destas condições uma vez que contempla em suas atividades cada uma destas dimensões.

Além disso, por ser constituído a partir de um grupo de princípios, valores e aspectos doutrinários, entende-se que a relação do modelo cooperativo para com as construções das condições para a sustentabilidade aconteça também como consequência da aplicação e institucionalização de tais princípios.

A realização do presente estudo justifica-se em função da crescente relevância dos aspectos sociais e ambientais para com a sociedade de uma maneira geral, ao passo em que se observa o aspecto econômico como potencializador da inclusão e redução das desigualdades sociais. Ainda sob este viés, entende-se que o modelo cooperativo possa atuar como protagonista no processo de construção da sustentabilidade, viabilizando uma condição de desenvolvimento sustentável, inclusivo e sustentado do meio onde atua.

A demanda por compreender, analisar e melhorar a forma com que se dá a relação entre as diferentes formas de interação entre sociedade e natureza, é explicitada pelas mais diversas formas de organização social e

cooperação para a solução em conjunto dos problemas comuns à todas na sociedade.

Entende-se então o modelo cooperativo como um potencial de ação capitalista focado no aspecto *stakeholder* – onde todos os que estão envolvidos na comunidade fazem parte do que é desenvolvido nesta – em contrapartida à iniciativas tradicionais que segregam e distribuem de maneira desordenada a renda gerada apenas entre aqueles que detêm alíquotas e títulos capitais do empreendimento em questão, tal qual posto em prática pelo sistema capitalista tradicional, no padrão *shareholder*.

A busca por uma alternativa relacionando a geração e distribuição de renda, aliada ao trabalho decente e crescimento econômico e à uma realidade mais inclusiva e igualitária, que possibilita enxergar e repensar alternativas para a relação do homem com o espaço que este ocupa e a sustentabilidade das atividades que a sociedade realiza.

Assim, novas maneiras de observar e dirigir-se a ações e práticas mais sustentáveis no modelo cooperativo faz-se necessária, e toma forma para responder a este problema. A proposta de uma matriz de indicadores, estruturada a partir de um levantamento bibliográfico e documental de ambos os temas, e aplicada a um contexto prático real, possibilita uma aproximação do modelo cooperativo com a construção das condições para a sustentabilidade, considerando os aspectos diretivos de sua construção.

A análise e descrição dos dados foram realizadas de forma exploratória e descritiva, orientadas pelos objetivos da pesquisa, compreendendo a rede de relações existentes dentro do modelo cooperativo que se estruturam na interação entre a sociedade e a organização, também gerados da interação entre a organização e o ambiente ao qual esta integra, de modo a possibilitar compreender sua relação para com as dimensões social, ambiental, econômica e institucional, sob as quais se constroem as condições para a sustentabilidade.

Configura o presente exercício, uma pesquisa aplicada teórica de caráter bibliográfico, que tomou como base uma revisão em cima de estudos e

publicações oficiais à respeito do modelo cooperativo em sua construção e articulação social e histórica, assim como dos debates desenvolvidos em torno das construções de desenvolvimento sustentável e da proposição de um ideal de sustentabilidade. A escolha e origem dos materiais analisados e tomados como referência se deu de forma aleatória, levando em consideração a acessibilidade à tais materiais, assim como a possível exposição destes na construção e consolidação dos argumentos.

Optou-se, portanto, por utilizar dados oriundos das publicações oficiais do modelo cooperativo em nível Global e local – vide materiais da ACI, OCB, OCERGS, entre outros – assim como de publicações acadêmicas disponíveis acerca do tema, e no desenvolvimento do debate acerca da sustentabilidade, buscou-se um raciocínio em pluralidade tanto alinhado quanto em embate com a atual Agenda 2030 e as proposições das dinâmicas de ESG.

O aspecto exploratório e descritivo dos objetivos que conduzem a pesquisa se consolida a partir do levantamento dos dados bibliográficos e da apresentação e descrição de fenômenos sociais, econômicos, ambientais e institucionais presentes no modelo cooperativo, e as interações destes com a viabilização das condições para a sustentabilidade.

Com o intuito de atender ao objetivo proposto na presente tese – de analisar a construção das condições para a sustentabilidade, por meio do modelo cooperativo – articularam-se três objetivos específicos, que consistem em identificar um conceito de sustentabilidade que permita observar a perspectiva do modelo cooperativo na construção de suas condições; relacionar o modelo cooperativo com a construção das condições para a sustentabilidade; e por fim, propor uma matriz de indicadores para representar a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo.

Na primeira etapa, foi conduzido um levantamento teórico de dados qualitativos e quantitativos que teve por objetivo estruturar uma revisão e análise da literatura vigente – caracterizando os meios bibliográfico e documental da investigação – ao passo em que foi realizado um exercício de formulação e manipulação de discurso tomando como base a dialética, a

retórica e a análise lógica para a fundamentação e compreensão dos conceitos acerca da sustentabilidade. Este levantamento – que condiciona o caráter indutivo e de natureza aplicada da pesquisa – contemplou também as condições que levam à sua viabilização, bem como a realidade da cooperação enquanto instrumento social e sua institucionalização por meio do modelo cooperativo.

Para tanto, foram também utilizados dados e informações constantes em publicações a respeito dos temas em questão nas bases de dados Web Of Science, Scopus, Emerald, Science Direct e no Banco de Teses e Dissertações – BTB da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Na segunda etapa do estudo foi realizado um levantamento secundário de dados que permitiu amadurecer a compreensão da participação do modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade. Primeiramente, foi conduzida uma busca digital nas plataformas e bancos de dados do modelo cooperativo para melhor compreender as ações que vêm sendo desenvolvidas com vistas à viabilização da sustentabilidade.

Os dados e informações foram retirados das plataformas da Aliança Cooperativa Internacional - ICA (América e Global), CoopsFor2030 (plataforma vinculada à ICA que tem como intuito divulgar e difundir as informações acerca da relação entre o modelo cooperativo e a consolidação da Agenda 2030), do Instituto de Pesquisas Europeu em Cooperativas e Empreendimentos Sociais – EURICSE, dos materiais do Comitê de promoção e progresso das cooperativas – COPAC/ONU, dos órgãos de representação nacional e estadual do modelo cooperativo (OCB e OCERGS), das publicações do Laboratório de pesquisa DigiLabor e do Observatório de Cooperativismo de Plataforma – OCP.

Acerca da sustentabilidade, o levantamento de fontes e dados foi conduzido tomando como base abordagens da literatura científica, observando e contrapondo as proposições de conceitos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Para tanto, tomou-se como base, além do constante em publicações acadêmicas, os relatórios referentes aos eventos de

promoção de discussões sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a citar: Relatório de Brundtland, Rio 92, Rio + 10, Agenda 21, Agenda 2030 e Cop 26.

A partir do levantamento de dados acerca da sustentabilidade, e da construção das condições que levam à sua viabilização, optou-se pelo ideal trazido na Agenda 2030, que trabalha com as quatro dimensões adotadas no presente estudo para a fundamentação dos ODS, em contrapartida ao uso direto dos objetivos, em decorrência de sua perecibilidade.

A utilização das dimensões institucional, social, econômica e ambiental – que guiam a proposição dos ODS em detrimento destes – garante que uma vez passado o período de atuação da Agenda, a aplicabilidade da discussão e do conceito de sustentabilidade adotado permaneça válido e condizente com novas realidades.

Partindo das reflexões propostas em Oldekop et al (2015) e Alcarón-Conde et al (2022), e da contribuição de outros estudos que permitiram relacionar o modelo cooperativo as dimensões da sustentabilidade – assim como os aspectos que permeiam cada uma destas dimensões – articulou-se a matriz de indicadores para a viabilização da sustentabilidade por meio do modelo cooperativo. A escolha dos indicadores que vêm a compor a matriz se deu em decorrência dos ideias propostos nas duas publicações mencionadas, assim como no diálogo destas com as demais percepções acerca de uma governança cooperativa sustentável, edificadas ao longo do estudo.

A proposição de uma matriz de indicadores é o que caracteriza a natureza aplicada do presente estudo, por gerar conhecimentos voltados à solução de problemas específicos da realidade visando à construção das condições para a sustentabilidade a partir do modelo cooperativo. O estudo envolve definições e interesses locais, tanto resultantes da amplitude, representatividade e importância do modelo cooperativo para os contextos local, estadual e nacional, quanto no que diz respeito à construção das condições para uma realidade mais sustentável. A matriz de indicadores constitui desta forma um instrumento que poderá ser utilizado, futuramente,

para orientar as ações de organizações cooperativas – assim como do modelo cooperativo de uma forma geral – para que, alinhados aos seus valores e seguindo os princípios doutrinários do cooperativismo, possam liderar o processo de construção das condições para a sustentabilidade nos territórios onde atua.

Assim sendo, a fim de possibilitar a configuração do construto para a sustentabilidade e das condições para a sua consolidação, e a partir destes, identificar e mapear as condições e requisitos para que o modelo cooperativo se constitua uma ferramenta para tal. Para tanto, estrutura-se a revisão da literatura sobre a cooperação e o modelo cooperativo, o debate acerca da sustentabilidade e sua adjetivação ao desenvolvimento, discussão das dimensões que compõem a relação percebida entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade – onde articula-se a relação das diferentes abordagens entre as dimensões que compõe o ideal de sustentabilidade apresentado e o modelo cooperativo – e posteriormente, a proposição da matriz de indicadores da sustentabilidade do modelo cooperativo, as considerações finais e referências que compuseram e conduziram o desenvolvimento do presente estudo.

2 DA COOPERAÇÃO À SUSTENTABILIDADE

O presente capítulo tem como finalidade apresentar as principais elucubrações acerca do modelo cooperativo e do debate acerca da sustentabilidade, para assim estabelecer uma definição para o objeto do presente estudo – a relação do Cooperativismo com os preceitos da Sustentabilidade. Para este fim, constrói-se uma estrutura que inicialmente expõe e apresenta a cooperação como instrumento social, em direção às origens e características do modelo cooperativo, de forma a contemplar sua essência e modo de agir nos espaços onde acontece, para que em seguida, sejam discutidas as reflexões construídas em diferentes áreas de conhecimento e contextos acerca da sustentabilidade e sua adjetivação vinculando-a à construção do desenvolvimento.

2.1 A cooperação como instrumento social

Dos primeiros registros da vida em sociedade até o período contemporâneo são inúmeras as mudanças ocorridas - seja ambiental ou socialmente - contudo, percebe-se um aspecto social que desempenha um papel fundamental em todas as mudanças e avanços alcançados enquanto sociedade, o da cooperação (DIAMOND, 2017).

Em suas primeiras organizações, os seres humanos articulavam-se como caçadores e coletores, o que demandava destes a possibilidade de trânsito e migração entre um território e outro. Mais tarde, com o domínio da agricultura, estes pequenos grupos de indivíduos conseguiram articular-se de modo a viver em um mesmo espaço e cultivar o alimento e os recursos que precisam para sobreviver.

Faz-se necessário analisar nas consequências diretas que isso traz ao grupo que, ainda que antes fosse preciso migrar de um espaço a outro em busca de alimento, no momento em questão não apenas conseguia-se cultivar em um dado espaço os recursos que viriam a ser necessários, mas também, oportunizou-se a membros deste mesmo grupo o ócio, e deste ócio pouco a pouco se tornou viável a dedicação a outras atividades, que não apenas a sobrevivência direta. Deste ponto em diante, iniciam-se as primeiras determinações sobre a propriedade, a hereditariedade, e a divisão destes recursos então disponíveis (HOPPE, 2018)

Em uma perspectiva linear, cerca de 12 mil anos atrás ocorre a Revolução agrícola, ocasionada na domesticação de plantas e animais, que viabilizou e permitiu o surgimento dos primeiros assentamentos permanentes. Por volta de 7 mil anos mais tarde surgem os primeiros reinos, sistemas de escrita e tem início a concepção de dinheiro e riqueza como consequência do escambo (HARARI, 2015). Diferentes formas de sociedade organizaram-se com o passar do tempo em ambientes distintos, cada uma com sua articulação social, seus mitos fundadores, seu aparato de crenças e símbolos e sua interpretação do que cabe a quem, e desde então até o presente momento, o aspecto da cooperação entre os indivíduos para a existência e viabilidade do coletivo.

Sob a perspectiva das manifestações e organizações sociais, vale dar ênfase - por referências futuras que se farão relevantes - à sociedade ocidental, que surge e desenvolve-se tomando como base o direito romano, a filosofia grega e a religião judaico-cristã, articulando-se inicialmente a partir do continente europeu, em direção aos territórios por este colonizados.

A condução de um sistema cada vez mais próximo do modelo econômico contemporâneo transcorre a história dos feudos (entre os séculos V e XV), onde abaixo dos reinos na hierarquia social organizava-se a sociedade em pequenas comunidades autogeridas, em que a produção agrícola e segurança eram conduzidas e garantidas por meio da cooperação entre os diferentes indivíduos (CHESTERTON, 2016). Ao longo deste mesmo período, diferentes ocupações e atividades surgiram - como o artesanato, carpintaria e

outros - e tinham seus saberes preservados, desenvolvidos e passados às novas gerações por meio das corporações de ofício (sec. XII em diante) também conhecidas como guildas ou mesteirais.

As corporações de ofício, ou guildas, eram associações que surgiram na Idade Média com a finalidade de regulamentar as profissões e o processo produtivo artesanal nas cidades (CHESTERTON, 2016).

Faz-se importante esta contextualização, ainda que distante quase um milênio dos dias atuais, pela percepção do papel que desempenha o aspecto da cooperação na sociedade ao longo da história. A discussão acerca da gênese do sistema capitalista não é de todo consensual, muito menos atrelada a um momento histórico específico, contudo é a partir deste cenário em que a articulação da sociedade por meio de feudos e cidades que surgem os primeiros comportamentos mercantis, e tem início o mercantilismo (HARARI, 2015).

Max Weber, em sua obra “a ética protestante e o espírito do capitalismo”, faz um exercício para contextualizar o surgimento do capitalismo e do que ele chama “espírito do capitalismo” por intermédio dos valores promovidos pela sociedade ocidental. A relevância de seu estudo não se limita apenas a este fator, mas também a entender como fundamental a cooperação entre agentes individuais e coletivos para o avanço e desenvolvimento da sociedade, conforme afirma:

“O ocidente, contudo, desenvolveu o capitalismo tanto em uma extensão quantitativa quanto (trazendo consigo esse desenvolvimento quantitativo) em tipos, formas e direções que jamais existiram em outros lugares. Por todo o mundo houve mercadores, atacadistas e varejistas, locais ou engajados no comércio exterior. empréstimos de todos os tipos foram feitos, e houve bancos com as mais variadas funções, comparáveis pelo menos aos nossos do, digamos, século XVI. Financiamentos marítimos, *commenda*, transações e associações similares à *Kommanditgesellschaft* eram difundidos, inclusive como negócios contínuos” (WEBER, 2013, p. 19).

Neste sentido, Weber (2013) questiona o motivo pelo qual se faria relevante a referência às características de religião e valores que permeiam a construção dos princípios de uma sociedade. Para o autor, esse modo de vida, lapidado ao longo da história, foi o que se calçou mais adequadamente à articulação do capitalismo.

Sequentemente, chega-se à revolução científica, cerca de meio milênio atrás, em que a humanidade revisita alguns de seus saberes até então tidos como absolutos, e admite sua ignorância à respeito de tantos outros pontos (HARARI, 2015). No mesmo período, ocorre na Alemanha a reforma protestante, articulada por Martinho Lutero, dando origem ao fato ao qual se dedica Weber em sua obra.

Por fim, a partir de 1760 - em decorrência de novos paradigmas nos processos de manufatura, e principalmente em função da descoberta e utilização da máquina a vapor nos processos da indústria têxtil e da adoção da locomotiva e em seguida o domínio da eletricidade - têm início a fase conhecida como revolução industrial, que acontece na Europa, principalmente na Inglaterra, e ao mesmo tempo em que acelera os processos de desenvolvimento de toda a sociedade ocidental, faz emergir novas questões e paradigmas (HARARI, 2015).

Com o avanço econômico ocasionado por essas mudanças e inovações, houve uma demanda acelerada por mão de obra, o que fez com que muitas pessoas fossem direcionadas para os grandes centros urbanos, que não necessariamente contavam com uma estrutura para tal. Neste ponto destaca-se um fator que Chesterton (2013) aponta como sendo uma das grandes quebras de paradigma da história de nossa sociedade, a retirada do homem do campo, e dessa forma o seu empobrecimento, tanto material quanto espiritual. É neste momento, em função das rápidas transições pelas quais a sociedade passava, e da demanda pela mão de obra por parte das indústrias, que o aspecto da cooperação tem sua primeira expressão institucionalizada.

Se até então, a cooperação já se comportava como um dos principais elos que compõem as relações sociais existentes, é na instabilidade do período

pós-revolução industrial que este comportamento antigo se institucionaliza, na forma da Sociedade Equitativa dos Probos de Rochdale, à qual retornaremos em breve (CHAYANOV,2017).

O termo Cooperação tem origem no latim, como resultado da soma do prefixo *cum* ao verbo *operari*. A compreensão imediata da proposta de trabalho conjunto, da articulação coletiva com vistas ao alcance de um objetivo comum, ilustra o comportamento, e uma leitura um pouco mais diversificada nos permite observar estes fatores relacionados com o trabalho conjunto, na forma da cooperação.

Ao passo em que por vezes buscam-se alternativas e soluções ao longo do horizonte, podem-se deixar passar fatores que estão mais próximos do que se percebe. A cooperação entre indivíduos - como um destes casos - pode ser imaginado e proposto a partir de aspectos sociais, mas pode também ser observado na natureza, de modo consideravelmente mais simples e objetivo, como fizeram alguns pesquisadores da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, sugerindo que a seleção natural favorece o altruísmo entre membros de uma mesma espécie, e assim propondo-se a analisar de que forma o altruísmo - como forma de cooperação intra-coletivo - poderia ser sustentada em perspectivas evolucionistas (AXELROD, HAMMOND, GRAFFEN, 2007; e HAMMOND, AXELROD, 2006).

É esta análise que permite que ilações sejam construídas entre fatores de governança, aspectos étnicos e culturais, entre os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, como fizeram Hammond e Axelrod (2006) - em um estudo que observou o etnocentrismo como ferramenta para sustentar a cooperação, tomando como base a teoria de jogos do matemático americano John Nash - e Yoran Hazoni, ao defender a ideia de um nacionalismo próprio a cada país como alternativa a condição colonialista e imperialista à que muitos países estão expostos.

Quando diretrizes são traçadas para confecção de forma mais sólida de características de um grupo as relações de capital social que daí surgem, se edificam e se fortalecem de forma aumentativa. Fatores como a confiança e

controle mútuo de ambos os lados de uma equação onde indivíduos ou grupos cooperam tornam-se diferenciais (DAS. TENG, 1998), e os níveis de reputação – e em consequência desta de confiança obtidos - tendem a melhorar suas relações de cooperação (CHU, FANG, 2006).

Ao passo em que se constrói tal relação pode-se perceber a relevância das características específicas na construção dos fatores mais amplos no que se refere à cooperação. Observando-se biologicamente o cuidado para com os semelhantes, as relações existentes entre os valores de confiança, reputação e controle mútuo entre os agentes, reforça-se a importância de que seja dada atenção para alguns fatores relacionados à nossa realidade. Weber (2013) possibilitou refletir - ainda que de modo mais generalizado - tais comportamentos com a esfera das identidades religiosas no desenvolver do cenário capitalista, há também outros estudos que permitem observar a ideia dos ensinamentos morais perpetuados dentro de cada grupo e a forma com que estes indivíduos cooperam a partir de tais valores. Para Tabellini (2008), por exemplo, cenários mais heterogêneos tendem a apresentar maiores dificuldades no que tange às relações de cooperação e capital social.

Agostini (2015) faz menção aos fatores relacionados à construção *bridging* – onde o capital se dá em estruturas relações entre grupos heterogêneos – e *bonding* – entendido a partir da conexão entre grupos distintos, porém de características similares – do Capital Social de Robert Putnam, observando a realidade do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, justamente que se destacam as relações de *bonding* - onde o capital social desenvolve-se de forma mais evidente em grupos homogêneos – como promotoras do capital social e em consequência de um desenvolvimento sustentável.

Conclusão sintrópica de parte considerável dos estudos que se dedicam aos aspectos relacionados com a cooperação e os valores e características que a promovem e a valorizam, está a regionalização do debate. Seja em decorrência da homogeneização do grupo, das características presentes neste, do capital social construído sob sua égide, a perspectiva da ênfase local no cenário da cooperação é um fator que toma um papel protagonista na

discussão, como faz menção Semlinger (2008) ao observar a importância da cooperação regional em um cenário de economia global, e concluir que as redes de relações locais são o que promove estas relações de confiança por meio das quais se constrói o capital social e valoriza-se a cooperação.

Uma vez familiarizados com alguns dos aspectos que permeiam a cooperação – onde se pode perceber uma convergência frequente entre os objetivos individuais em uma sociedade com os seus fins sociais – e contextualizados com o cenário histórico em que se encontrava o mundo no momento pós-revolução industrial, chega-se ao processo de institucionalização da cooperação, na forma da economia solidária, que surge com um grupo de tecelões na Manchester portuária de 1844, para assim compreender a origem do movimento cooperativo.

2.2 O modelo cooperativo enquanto expressão da cooperação

Considerar o modelo cooperativo como uma alternativa de socialização do capital e de representação dos interesses do coletivo faz parte do caminho para a construção das condições para a sustentabilidade. É necessário, porém, compreender a origem deste modelo e dos princípios que norteiam sua existência.

Em vias de delimitar a origem e estruturação dos princípios norteadores do cooperativismo pode-se afirmar que as raízes destes têm origem no período da revolução industrial, na segunda metade do século XIX, a partir de onde a discussão acerca de seus princípios e valores norteadores já compunha parte importante da proposta que se iniciava (FAJARDO e ROCHA, 2021; MORENO FONTELA, 2017). Para Singer (2002), o cooperativismo, assim como todo o funcionamento da economia solidária, foram imaginados e consolidados por meio das mãos de operários no cerne do capitalismo industrial, em contrapartida às más condições de vida – vide a pobreza e o desemprego decorrentes da difusão não regulamentada de novas tecnologias e meios de produção existentes no cenário em questão.

O aparecimento explícito, do primeiro sistema econômico e social cooperativo tem seu clímax em 1844 na Inglaterra, a partir da estruturação da

Cooperativa de Rochdale (CHAYANOV, 2017). Schneider (1991), Chayanov (2017), Bialoskorski Neto (2007) e outros autores fazem referência a outras práticas com conotações semelhantes às do movimento cooperativo acontecendo previamente, antes mesmo do século XIX, contudo, o entendimento destes é de que a cooperação nestes casos se dava de maneira assistemática e informal.

Schneider (1991) dá ênfase para a influência que as experiências de exploração coletiva conduzidas por grupos de caráter religioso, em especial no meio rural, como vêm a ser o caso de organizações das já mencionadas corporações de ofício na Idade Média e no Início da Idade Moderna, e até mesmo da forma com que se organizava a distribuição e produção de bens no período das reduções jesuíticas nas regiões missioneiras entre os séculos XVI e XVIII, contudo, o mesmo destaca a importância das consequências causadas pela revolução industrial no processo de estruturação dessa nova proposta de articulação e organização socioeconômica.

Assim, sumariza-se que o modelo cooperativo surge para propor uma via alternativa à polarização antagônica da sociedade – em capitalistas proprietários dos meios de produção e proletários, vendedores de sua força de trabalho – exacerbada pelas mudanças no cenário em questão, que acarretam em uma concentração ainda maior das riquezas ao passo em que se estruturava uma relação cada vez mais pungente entre a exploração do capital e do trabalho, desencadeando múltiplas reações da parte das classes exploradas por meio de movimentos socialistas e sindicais, do século XIX (SCHNEIDER, 1991).

Os aportes que fazem referência ao cooperativismo em sua teorização, versam sobre sua origem, sugerindo uma gênese comum com a economia solidária, ao longo do século XIX. Se por um lado, a interpretação sustentada por correntes socialistas defendiam maior poder e presença do estado, por outro lado as correntes liberais davam ênfase à compreensão do estado mínimo, prevalecendo a liberdade do mercado e do capital, em vistas a preservação de sua hegemonia (BUTTENBENDER et al., 2010).

Distintos autores participaram na construção do conceito – alguns participando inclusive de modo prático do surgimento – do modelo cooperativo, como Robert Owen, Alexander Chayanov, William King, Michel Derrion, Pierre-Joseph Proudhon, Philippe Buchez, e Charles Fourier. Destaca Bialoskorski Neto em referência aos escritores entendidos como socialistas utópicos:

Surgem então, alguns pensamentos diferenciados, como: ‘A cada um, de acordo com seu trabalho’, e ‘A cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo as suas necessidades’. Esses pensamentos e a preocupação com a situação social, aliado a uma revolta contra a propriedade privada e à livre concorrência, fazem nascer um grupo de socialistas, chamados utópicos (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 22).

Faz-se importante o entendimento e o contato com cada um destes autores para contextualizar o caráter longitudinal e o perfil heterogêneo em que se dá a ascensão do movimento cooperativo. Robert Owen (1772-1858), por exemplo, é um dos pioneiros do movimento, tido inclusive como o pai do cooperativismo. Sua atuação tem início no momento em que se torna dirigente de uma fábrica e passa a levar em consideração o bem-estar dos trabalhadores em detrimento de apenas observar o lucro e a concorrência, uma vez que via estes como principais responsáveis pelos males e injustiças sociais (SCHNEIDER, 1999).

Outro autor de destaque neste cenário, Fourier, buscava integrar os objetivos dos capitalistas e dos consumidores, ao passo que entendia que as desigualdades sociais existentes faziam parte de um plano divino, e portanto estas deveriam ser passíveis de uma convivência harmônica na sociedade (SANTOS, 2003). William King (1786 – 1858), por sua vez, foi um médico inglês que defendia a existência de um sistema cooperativo internacional, e dedicou-se ao cooperativismo de consumo, articulando-se como liderança do cenário cooperativo.

Schneider (1991) faz referência à origem do cooperativismo acontecer no mesmo período em que se iniciam as discussões a respeito das propostas sindicalistas e do modelo socialista, postando-se como uma terceira via de socialização do capital dentro do cenário capitalista. A necessidade de

organização e articulação dos trabalhadores na forma de associação e cooperação dada a realidade de exploração que estes enfrentavam.

Conforme sugere Holyoake (2004), sendo reafirmado posteriormente por novos estudos (DURLO E CARLESSO, 2005; SERRA 2013), o cooperativismo surge num contexto de intensificação das consequências sociais e econômicas causadas pela Revolução Industrial na Europa, tendo como precursora a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale, articulada em 1844 na cidade de Manchester. Formada por 28 cooperados, a cooperativa não contava com funcionários, de modo que os próprios cooperados eram responsáveis pela realização das atividades e desse modo, trabalhavam e participavam das tomadas de decisão, formulando a proposta autogestionária do movimento.

As cooperativas são fundamentadas em uma matriz de princípios, e considerando isso, esse tipo de organização acaba por operar com uma lógica diferente das demais organizações (DRUMOND, 2020). No caso da Cooperativa de Rochdale, as regras e normas de conduta foram criadas pelos próprios cooperados, de modo a compor um estatuto que contemplava os princípios e valores adotados pela organização. Para Drumond (2020), a finalidade que os fundadores da Cooperativa de Rochdale buscavam ia além do acesso a alimentos por preços justos, de modo que almejava-se também aspectos relacionados à educação, participação social dos membros e, em consequência direta disso, uma melhora em sua qualidade de vida.

A adoção pela proposta de funcionamento e articulação organizacional de Rochdale foi palco de tamanha adesão que após dez anos, este que era chamado a partir de então de 'Armazém de Rochdale' já contava com 1400 cooperados (VIEIRA, 2005), alcançando diversos benefícios para os envolvidos, como apontam Durlo e Carlesso.

Este pequeno armazém cooperativo, por eliminar o lucro do comerciante, permitiu que os operários adquirissem mercadorias a preços mais reduzidos e permitiu ainda criar um capital social para outras realizações. Para isso tiveram que estabelecer uma série de regras, por exemplo, cada um deveria dar para construir o fundo da

sociedade, quem administraria a empresa, a que preço deveria ser vendido as mercadorias, se alguém teria direito de retirar dinheiro quando saísse da sociedade, qual o destino das sobras, etc. Anotaram as regras em um papel, sendo assim criado o estatuto da Cooperativa (DURLO E CARLESSO, 2005, p. 185).

Passadas algumas décadas, a adesão ao modelo institucionalizado em Rochdale se deu de maneira direta, por meio de novos cooperados que aderiram ao então existente 'Armazém de Rochdale', mas também de maneira indireta, de modo que outras cooperativas foram fundadas pautando-se nos mesmos princípios, expandindo a atuação do cooperativismo na Grã-Bretanha. Se em 1881 (cerca de meio século após o surgimento da Cooperativa de Rochdale), o número de cooperados ultrapassava o meio milhão, em 1990 (pouco mais de um século depois) o número chegou a 1,7 milhão de cooperados (SINGER, 2002).

Neste mesmo período, a adesão a nova estrutura organizacional associativista, aconteceu além-fronteiras. Os primeiros movimentos do cooperativismo voltados ao crédito puderam ser observados na Alemanha, contudo, diferentemente do acontecido em Rochdale, estes se estruturam não a partir da ação coletiva da população, e sim por meio da articulação de Friederich Raiffeisen e Hermann Schulze – duas figuras da administração pública da época. Com esta organização, conforme traz Maurer Jr (1966) apud Machado (2017), objetivava-se fornecer empréstimos às necessidades de produção dos cooperados, enquanto na França, articularam-se as primeiras cooperativas de caráter produtivo, idealizadas por Charles Fourier, que advogam pelo respeito às pessoas por meio fim do trabalho assalariado. Ao seu lado, Charles Gide participou da estruturação do movimento cooperativo na França, sendo responsável pela primeira sistematização do que vem a ser a teoria cooperativista.

A estruturação e institucionalização do modelo cooperativo, formalizado no estatuto construído pela cooperativa de Rochdale, possibilitou a delimitação objetiva de um grupo de princípios, que viriam a ser observados de modo a embasar todas as cooperativas que estavam por vir (MACHADO, 2017; FAJARDO e ROCHA, 2021; MORENO FONTELA, 2017), articulando-se

formalmente, em 1895, por meio de um órgão representativo de caráter mundial, a *International Cooperative Alliance* (ICA; ACI – Aliança Cooperativa Internacional, em português) que aproximava e possibilita a interação das cooperativas de todos os países.

Cançado e Gontijo (2004) a partir de seu levantamento teórico estrutura um quadro que ilustra a evolução dos princípios cooperativistas segundo a ACI, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1: Evolução dos Princípios do Modelo Cooperativo

Estatuto de Rochdale (1844)	Congressos da ACI		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre; 2. Gestão Democrática; 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido; 5. Vendas a Dinheiro; 6. Educação dos Membros; 7. Cooperativização Global.	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros: 1. Adesão Aberta; 2. Controle ou Gestão Democrática; 3. Retorno Pro-rata das Operações; 4. Juros Limitados ao Capital. b) Métodos Essenciais de Ação e Organização: 5. Compras e Vendas à Vista; 6. Promoção da Educação; 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2. Gestão Democrática; 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações; 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral; 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	1. Adesão Livre e Voluntária; 2. Gestão Democrática; 3. Participação Econômica dos Sócios; 4. Autonomia e Independência; 5. Educação, Formação e Informação; 6. Intercooperação; 7. Preocupação com a comunidade.

Fonte: Retirado de Cançado e Gontijo (2004, p.4)

Distintas correntes de pensamento e abordagens transitaram na consolidação da teoria e da doutrina cooperativista, de modo que ao longo do século XX, inúmeras mudanças e transições vieram à tona no cenário mundial.

Passado um século da articulação e institucionalização da ACI, em um congresso no ano de 1995, foi aprovado um grupo de ajustes nos princípios cooperativos de Rochdale, de modo a aproximá-los mais da realidade presente, conforme destaca Forgiarini (2019), concedendo-lhes um caráter contemporâneo, contudo que permite a manutenção da essência das normas de conduta originais guiadas pelos pressupostos cooperativos de Rochdale (CANÇADO et al 2010).

Observar a trajetória dos princípios norteadores do modelo cooperativo pode primeiramente induzir à interpretação de uma estagnação destes, contudo, este mesmo caráter sustentado no qual os mesmos se articulam, reforça a manutenção e resiliência do modelo e de seus valores. Ao contrário do que pode induzir a considerar em um primeiro momento, a institucionalização de um grupo de princípios que norteiam o movimento cooperativo não acarreta no engessamento do modelo e sim permite flexibilidade e adaptabilidade às características ambientais de onde este ocorre (CANÇADO et al, 2010).

Faz-se relevante perceber a constância de alguns dos princípios desde sua primeira proposição em 1844 até a versão contemporânea, proposta em 1995 pela ACI, onde se destacam a livre adesão, a gestão democrática, da participação econômica pro-rata e o entendimento prioritário do papel do modelo cooperativo no que se relaciona à educação e a intercooperação. Contudo, pode-se também perceber a adequação do modelo uma vez que características que integravam os princípios deixam de ser entendidas como fundamentais, como é o caso das vendas à dinheiro e à vista propostas em 1844 e 1937.

É fundamental para a delimitação, e maturação, deste grupo de princípios, o entendimento de que a lógica predominante no cooperativismo é sim – mas não exclusivamente – orientada pelo capital, de modo que em destaque na equação, estão os interesses das pessoas que compõem a organização cooperativa, por meio da gestão e prática democrática (RICKEN, TENÓRIO e KRONEMBERGER, 2010), acarretando em uma aproximação entre o sujeito do objeto de seu trabalho (MACHADO, 2017).

Além disso, pode-se perceber a conexão destes princípios e valores que guiam o movimento, com as proposições dos valores de confiança e controle (DAS, TENG, 1998), reputação (CHU, FANG, 2006) como aspectos que reforçam o capital e a cooperação. Dessa forma, os princípios expostos no estatuto de Rochdale, possibilitam que a organização cooperativa se comporte de maneira adversa às empresas tradicionais, onde valoriza-se primeiramente, as pessoas e o trabalho que estas realizam (CANÇADO et al 2010). A definição e institucionalização destes sete princípios são de fundamental importância para a padronização de toda a atividade cooperativa, de modo que nos mais diversos ramos em que o movimento atua vige a mesma interpretação do papel das cooperativas.

No contexto brasileiro, as primeiras experiências do movimento cooperativista foram observadas, no ano de 1891 em Limeira/SP, por meio da estruturação da Associação Cooperativa dos Empregados, e em 1894 no município de Camaragipe/PE, formalizada na Cooperativa de Consumo de Camaragipe (OCB, 2019). Já no Rio Grande do Sul, a experiência cooperativista tem articulação capitaneada pelo Padre Theodor Amstad, no ano de 1902. Observando a importante articulação estruturada por Raiffeisen e Schulze na Alemanha, o padre Jesuíta, originário da Suíça, orienta e instala em comunidades rurais do sul do país as primeiras cooperativas de crédito e agrícolas (OCB, 2019).

Revisões mais sistêmicas da literatura, como a de Pinho (1982), atribuem o surgimento das primeiras cooperativas em decorrência da promulgação da Constituição Republicana de 1891, que promoveu a liberdade de associação em contrapartida às mudanças e problemas ocasionados pela transição do Império para a República. Contudo, foi em 1903, por meio do decreto n. 979, de 6 de janeiro, que institucionalizou-se e regulamentou-se a facultabilidade da criação de sindicatos, em vistas a defender os profissionais da agricultura e da indústria, e a constituição de cooperativas e caixas de crédito.

Passado mais de meio século surgiu em Belo Horizonte/MG, no ano de 1969, o órgão nacional de representação do cooperativismo, a Organização

das Cooperativas Brasileiras (OCB), ainda que sua institucionalização definitiva tenha ocorrido apenas em 1971, formalizada na Lei 5.764/71, a Lei do Cooperativismo (BURIGO, 2006).

No contexto brasileiro o cooperativismo tem sua atuação dividida em sete ramos de atividades, sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho e produção de bens e serviços; e transporte (OCB, 2021). A heterogeneidade da composição do movimento cooperativo se demonstra tanto no que diz respeito aos ramos onde este atua, quanto em se considerando a composição direta de cada uma das cooperativas.

Bialoskorski Neto (2006) fez referência a isso ao observar que existem cooperativas com gestão qualificada e bons níveis de eficiência, porém, existem também situações envolvendo problemas gerenciais e de capacidade financeira reduzida, que acarretam em um estrangulamento das organizações. Para o autor, isso pode ser atribuído à falta de profissionalização do gestor, falta de relacionamento com outras cooperativas, problemas de capitalização e desconhecimento da educação cooperativista dos associados e gestores.

No contexto gaúcho, segundo dados do *data-base* de 2018 da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, soma-se um montante de 2,8 milhões de associados, divididos em 426 cooperativas no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, existe a geração de mais de 60 mil empregos diretos no cooperativismo gaúcho, o que representa um impacto econômico e social de extrema relevância no cenário em questão. Dados da OCERGS (2018) também apontam para a importância da atuação das cooperativas, ao ilustrar que municípios com a presença de cooperativas apresentam um Idese superior àqueles onde o cooperativismo é menos desenvolvido nos níveis de educação e renda.

Em vistas a lidar com questões como esta, trazidas por Bialoskorski Neto (2006), foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, que apesar de criado em 1998 deu início às suas atividades apenas em 2002, com o intuito de fundamentar a organização e promoção social para os cooperados e comunidades do entorno das cooperativas, formar

profissionais voltados para os valores e princípios do cooperativismo e monitorar e orientar as cooperativas, dando a largada para o que Machado (2017, p. 29) chama de “uma nova fase em relação ao cooperativismo” no Brasil.

Somando-se a isso, em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010a) reconheceu que as cooperativas têm participação ativa no desenvolvimento social e econômico das pessoas, tornando-se assim, um fator importante para o desenvolvimento e contribuindo para a erradicação da pobreza, na publicação da A/RES/64/136 “As Cooperativas e o Desenvolvimento Social”, amparando o proposto pelo Caderno Anual “Expressão do Cooperativismo Gaúcho” (OCERGS, 2018), que associa regiões com [maior] incidência do movimento cooperativo com aspectos mais expressivos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Faz-se importante, para uma maior solidez a respeito dos termos utilizados, delimitar que entende-se o modelo cooperativo como representação institucionalizada do cooperativismo (FAJARDO e ROCHA, 2021), e para tanto utilizou-se da literatura vigente estruturar tal conceito. Foi considerada como delimitação do conceito de cooperativismo – em representação da proposta do modelo cooperativo – como sendo uma realidade dinâmica, voltada aos valores de liberdade, justiça e solidariedade e que, por meio de seus princípios e valores, compõe sua dinâmica de funcionamento.

Sequentemente, para caracterizar a organização cooperativa, afirma-se que esta se constitui a partir da livre associação de indivíduos com interesses em comum, e que partilham de cotas iguais de titularidade na organização, tendo respectivamente acesso às sobras de cada exercício, assim como voto para a tomada de decisão democrática dentro da mesma.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma cooperativa, a organização deste tipo ainda que funcione em um contexto econômico, tem como finalidade primeira o aspecto social, visando a melhoria da qualidade de vida de seus associados e da comunidade e o desenvolvimento local, conforme mostra o Quadro 2:

Quadro 2: Conceitos e referências teóricas do cooperativismo e das cooperativas

Conceito	Referencial Teórico
Cooperativismo	
Sendo o cooperativismo uma realidade dinâmica, o enfoque filosófico orienta a doutrina que é consituída pelos valores de liberdade, justiça e solidariedade. A doutrina presente no cooperativismo pauta-se nos seguintes aspectos: - esforço próprio e ajuda mútua como fundamentação para a autonomia individual; - Solidariedade e cooperação entre os associados e entre as organizações cooperativas; - Igualdade, democracia e participação; - Justiça nas normas, equidade e liberdade; - Promoção humana e educação cooperativa; - Coincidência com os interesses gerais da comunidade; - Mutualidade, com retribuição a cada integrante conforme sua participação;	Bialoskorsi Neto (2007) Chayanov (2017) Cheney, Davis, Reser (2016) Holyoake (2004) Kurimoto (2016) Schneider (1999) Schneider (2012) Schneider (1991) Schneider (2003) Silva, Pereira e Botelho (2005) Zylberstajn (1994) Barba-Rayas, Morales-Noriega (2019) Dalle Molle (2014)
Cooperativa	
Uma cooperativa se constitui na associação autônoma de pessoas que – por livre adesão – associam-se à esta, com a finalidade de atender às suas necessidades e aspirações econômicas, culturais e sociais em comum, por meio de uma empresa institucionalizada de propriedade conjunta e que é gerida de maneira democrática por seus associados. Os valores que compõem a base das cooperativas são: a) democracia; b) igualdade; c) equidade; d) solidariedade; e e) autoajuda. Ainda que atuem em um contexto econômico, a finalidade primeira de uma cooperativa reside na dimensão social, visando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico nas comunidades em que atua.	ACI (2015) Pinho (1982) Schneider (2012) Schneider (1999) Cançado, Gontijo (2004) Chayanov (2017) Drumond (2010) Kurimoto (2016) Barba-Rayas, Morales-Noriega (2019) Dalle Molle (2014) Grashuis (2018) OCB (1996)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, compreendendo a origem do modelo, e a direção para a qual o mesmo se propõe a conduzir suas atividades, pode-se elucidar uma

primeira relação – ainda que subjetiva – do movimento com a construção de um desenvolvimento, e também com os aspectos sociais, ambientais, econômicos e institucionais que virão a compor a base fundamental do desenvolvimento sustentável, contudo, faz-se necessária a mesma análise e interpretação acerca dos movimentos que conduzem o debate da adjetivação da sustentabilidade ao desenvolvimento.

2.3 A busca pela sustentabilidade

Em primeiro lugar, ao discutir a sustentabilidade, entra-se no arcabouço etimológico, onde a origem do termo se constrói sob a ideia do sustento, da garantia, da continuidade. Imediatamente, se destaca uma dimensão temporal, cronológica, por meio da qual se tornará possível atribuir de certo modo dimensões e condições para sua contemplação.

A sustentabilidade é, antes de qualquer coisa, a capacidade de sustentar, de prover sustento, de garantir a continuidade. Derivada do latim *sustinere*, o ato de sustentar refere-se à condição de segurar, apoiar, até de aguentar, alcançada a partir da fusão entre os termos *sub* (algo que está abaixo) e *tenere* (de onde surge o segurar; possuir). Logo, antes sequer do significado atrelado à sustentabilidade, o signo já traz em sua forma a gênese do ponto em questão.

Sustentar é aguentar, é continuar, e o sufixo -dade nesse caso contempla a habilidade que vincula-se ao termo. Logo, entende-se a sustentabilidade como a capacidade de garantir este aguante, esta continuidade ao que quer que seja. A sustentabilidade é a alomorfia (SCHWEITZER, 2016) que encarna o verbo – não do modo metafísico mas sim – do modo linguístico. Eis a palavra que representa o primeiro gatilho da discussão.

Tendo sido construído o signo - sustentabilidade - e o significado - a qualidade de algo que seja sustentável, que se possa garantir a continuidade – chega-se então na difícil tarefa de construção de um referente sólido ao que tudo isso implica.

A discussão em torno da sustentabilidade e do que estaria contemplado neste conceito, agora não mais se tratando dos aspectos linguísticos, mas sim acadêmicos e epistemológicos, está longe de convergir de forma consensual entre aqueles que se dedicam a tal estudo. Muito pelo contrário, observa-se com facilidade na literatura acerca do tema, uma heterogeneidade em sua delimitação, dado que uma vez que o tema se torna objeto de estudo de distintas áreas, a perspectiva com que o mesmo é abordado também se dá de maneira líquida, transitando entre conceitos e abordagens e articulando-se enquanto conceitos abertos, subjetivos e muitas vezes passíveis de flexão e reflexão quando expostos à novos contextos (FEIL e SCHREIBER, 2017).

A subjetividade e não estabelecimento absoluto do tema em questão se apresentam tanto como um desafio no momento em que tenta-se expor este à uma dada realidade ou contexto específico, uma vez que faz-se necessário defini-lo para observá-lo, quanto também uma oportunidade para novas interpretações e leituras a respeito do que compõe uma condição de sustentabilidade nas relações entre a sociedade e a natureza, possibilitando que sejam elencadas novas variáveis e perspectivas ao grupo de dimensões nas quais o tema pode estar contemplado.

Ao longo da discussão acerca da sustentabilidade, é possível observar alguns pontos em destaque – como, por exemplo, a proposição da busca por um equilíbrio entre as dimensões socioeconômicas e ambientais existentes em cada um dos contextos e primeiramente elucidada por John Elkington – contudo, pode-se também observar que as diferentes realidades e lugares de fala de cada um destes atribuí-lhes perspectivas e pontos de vista que divergem entre si (RIBEIRO, 2019), abordando fatores como a governança – tanto local quanto global – para a estruturação dos preceitos (VEIGA, 2013; 2015) e fatores como a necessidade de inclusão e construção de oportunidades que viabilizem uma inserção e inclusão social dos indivíduos em condições menos favorecidas (SACHS, 2008; 2009) e por meio da construção de liberdades fundamentais para cada um dos indivíduos (SEN, 2000) como meio de estruturar reais relações entre os agentes da sociedade.

Distintas formas de se interpretar o conceito de sustentabilidade acabam por fornecer múltiplos aspectos que podem e devem ser contemplados na fundamentação e estruturação de uma nova leitura do tema, e deste modo faz-se importante a reflexão e o diálogo já existentes acerca deste na literatura.

Para Veiga (2013, p.9), a sustentabilidade enquanto novo valor de afirmação social tem sido dirigida e discutida de forma mais consistente e rápida do que poderia se haver previsto há poucos anos atrás. Em suas palavras “(...) mesmo que os impactos concretos ainda sejam poucos, têm sido inegáveis as mudanças de atitude que esse valor vem provocando no comportamento das pessoas”, e em consequência direta, nos meios de interação e organização destas pessoas.

Veiga (2015) afirma que a sustentabilidade, enquanto substantivo privado de acréscimos, seja diferente de qualquer outro conceito, sendo o único valor que dá atenção às futuras gerações, evocando desta maneira, a responsabilidade para os agentes contemporâneos pelas oportunidades, escolhas e direitos que deverão ser garantidos para nossos sucessores.

Já o autor John Elkington, que deu origem ao conceito do *Tripple Bottom Line* – TBL (ELKINGTON, 2011), aborda a sustentabilidade como um valor ideal, ao qual se alcançará a partir de um grupo de mudanças estruturais na relação entre sociedade e organizações, pautando-se o funcionamento da sociedade a partir dessa perspectiva ambiental, econômica e social. Para o autor, seria essa inter-relação de valores e aspectos que permitirá sustentabilidade – e/ou continuidade – de um dado contexto. Há diferença no entendimento dos autores, mas há método, e a manobra de converter o substantivo sustentabilidade em um adjetivo, toma cada vez mais força.

Ignacy Sachs (2008, 2009 e 2012), apresenta grande contribuição na construção deste debate, estruturando um grupo de critérios para sustentabilidade que, ainda que divergentes dos propostos pelos outros autores, dialoga diretamente com ambos os princípios de garantia continuidade para as próximas gerações e dos princípios socioeconômicos e ambientais destacados por Elkington (2011).

Para Sachs (2009) a sustentabilidade se fundamenta em oito dimensões, cada uma composta por aspectos próprios, porém também inter-relacionáveis, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3: Dimensões e Aspectos que compõe o ideal de sustentabilidade, de acordo com Sachs (2009).

Dimensão da Sustentabilidade	Aspectos Contemplados
Social	a) Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; b) Distribuição de renda justa; c) Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; d) Igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais;
Cultural	a) Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); b) Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); c) Autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
Ecológica	a) Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; b) Limitar o uso dos recursos não-renováveis;
Ambiental	a) Respeitar e realçar a capacidade de auto deturpação dos ecossistemas;
Territorial	a) Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); b) Melhoria do ambiente urbano; c) Superação das disparidades inter-regionais; d) Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);
Econômico	a) Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; b) Segurança alimentar; c) Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção e razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; d) Inserção soberana na economia internacional;
Política (Nacional)	a) Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; b) Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores; c) Um nível razoável de coesão social;
Política (Internacional)	a) Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; b) Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); c) Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;

	d) Controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; e) Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.
--	---

Fonte: Adaptado de Sachs (2009).

A composição interconectada entre as dimensões sugeridas por Sachs (2009) fundamenta o princípio da indissociabilidade por meio do qual se estruturam as condições para a sustentabilidade. Pode-se neste sentido observar o esforço do autor em categorizá-las em diferentes aspectos, ainda que alguns destes sejam passíveis de observação sob a perspectiva de outras das dimensões propostas, como é o caso da distribuição de renda – apresentada na dimensão social, ainda que esteja também diretamente ligada à dimensão econômica.

Somando-se ao grupo, Barbieri e Cajazeira (2016, p.52) fazem a reflexão da sustentabilidade enquanto perspectiva de um “pacto inter e intrageracional”. Para os autores, trata-se de um acordo subjetivo firmado entre as gerações presentes para consigo mesmas e para com as gerações futuras para garantir a essas condições de continuidade das atividades desenvolvidas.

Este é, fundamentalmente, o raciocínio que dá origem ao constructo da sustentabilidade, enquanto substantivo. Feil e Schreiber (2017), em um estudo que aborda as diferenças entre o substantivo sustentabilidade e sua adjetivação para novas abordagens, fazem referência à construção cronológica dos termos, assim como as diferentes perspectivas em que são adotados, apresentando como ponto de gênese a obra de Hans Calr Von Carlowitz, “*Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wild Baumzucht*” publicada em 1713 (FEIL e SCHREIBER, 2017), que sugere, por meio do embate da escassez de madeira encontrado pela Alemanha no período, alternativas de consumo eficiente, que impulsionou uma fusão entre as ideias de desenvolvimento que contemplavam as premissas que mais tarde foram trabalhadas com o debate da sustentabilidade, propondo pela primeira vez na

literatura o termo *nacchaltend*, ou ainda *nachhaltig*, (sustentável), que permitia abraçar de certa maneira em um só conceito os aspectos de natureza, economia e sociedade (FEIL e SCHREIBER, 2017).

Assim, se por um lado, conduz-se a análise da sustentabilidade baseando-se na sua orientação cognitiva (YOLLES e FINK, 2014), é possível por outro lado observar no conservadorismo e ciência política inglesa do Século XVIII, na construção do filósofo Edmund Burke, a raiz do que vem a ser o campo de discussão das diversas abordagens do termo (SCRUTON, 2016).

Ao passo em que os distintos autores elaboram e desenvolvem seus critérios de observação à respeito dos aspectos exógenos que contemplariam a sustentabilidade, pode-se observar nestes, sem exceção, a alma do pensamento de Burke, que sugere para a manutenção da sociedade de modo endógeno (em todos os seus espectros), um pacto entre os vivos, os mortos e os não nascidos faz-se fundamental (SCRUTON, 2016). Trata-se da etimologia de sustentar em sua mais profunda essência, a garantia para os que virão daquilo que nos foi garantido pelos que já se foram.

Ora, o próprio intuito de conservar está intimamente ligada ao que conduziu à primeira reflexão semântica acerca da ideia de sustentar. Na conservação observa-se a mesma busca de garantir a continuidade de algo ao longo do tempo, quase como Réia, que na Teogonia de Hesíodo dá a Cronos uma pedra embrulhada no lugar de seu filho Zeus, permitindo a este assim escapar das garras do tempo. Assim, conserva-o e garante tê-lo sob seu cuidado e – como em *sustinere* - sustenta-o. Abrindo mão das mitologias, a identificação e o estabelecimento de um conceito que observe a sustentabilidade a partir da perspectiva que permita aproximar os conceitos de sociedade – e as atividades que esta desenvolve – e natureza, constitui-se necessariamente em um primeiro momento por meio desta noção de continuidade, no qual se constrói epistemologicamente a busca por tornar uma ação sustentável, somada das dimensões às quais uma ação sustentável reporta.

Tratando-se de uma sociedade, a sustentabilidade implica em um caráter social, onde se expressam as interações entre os agentes individuais e coletivos, de modo a incluí-los e dar a estes condições de participar na atividade em questão.

Em continuidade, por tratar-se de um cenário de mercado baseado em um sistema econômico capitalista, ser sustentável implica em uma viabilidade econômica, onde a atividade que venha sendo desenvolvida apresente condições de continuar sendo desenvolvida.

Somam-se a isso, os fatores ambiental – de onde saem os recursos necessários à condução direta e/ou indireta de qualquer atividade, seja esta qual for – e institucional – dados os modos de governança, gestão e continuidade das formas de organização e articulação social às quais respondem os agentes individuais e coletivos da sociedade – indispensáveis para se consolidar e construir condições para a sustentabilidade.

Aliado ao que se propõe por meio do debate acerca da sustentabilidade, começa-se a considerar a extensa discussão das ciências sociais que observa os diferentes padrões e interpretações a respeito da construção do conceito de desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Surge aqui um fator que, além dos raciocínios da sustentabilidade *per se*, demanda que se articule e se consolide o caminho pelo qual as dimensões propostas possam ser observadas e contempladas, e é nesse sentido que ganha ênfase a construção do ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que este pondera por meio de dimensões a presente discussão.

2.4 A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável

Veiga (2015) propõe a leitura de que o desenvolvimento, uma vez adjetivado como sustentável, possa ser associado com a antiga ambição de que a humanidade consiga atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras também o façam (ou ao menos tenham condições de fazê-lo). Novamente, ilustra-se a composição diacrônica dos dois pensamentos europeus do Século XVIII, sugeridos anteriormente.

Se desde o momento em que a humanidade domestica as primeiras culturas agrícolas – cerca de dez mil anos antes de Cristo – até que se enfrenta o embate da revolução científica, no final do século XVI, não houve grandes espaços de crescimento intensivo e aumento da produtividade na sociedade senão os que acontecessem em decorrência de um aumento da população nos agrupamentos humanos. Contudo, este padrão entra em xeque no momento em que no Século XVIII a Europa vira palco de uma revolução agrícola que posteriormente ganha o mundo, a partir da fusão entre ciência e tecnologia.

Na obra “Para entender o desenvolvimento sustentável” Veiga sugere que este processo de revolução agrícola tenha sido responsável por um grupo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que foram fundamentais para a transição do sistema feudal vigente no período para o advento capitalista.

Como consequências futuras, a industrialização sequente à revolução agrícola, o progresso tecnológico em ascensão e os avanços sociais tomaram cada vez mais espaço no cenário vigente, de modo que estes contribuem substancialmente para a expansão das liberdades humanas, ainda que estas dependam também de outros fatores. A concepção de desenvolvimento se pauta nas mais distintas linhas de raciocínio, como por exemplo, na visão de que este só acontece quando os benefícios de um crescimento econômico servem à ampliação das capacidades humanas – capacidades estas entendidas como um conjunto de coisas que as pessoas podem ser e/ou fazer na vida – o que o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, chama de “liberdade social” (SEN, 2000).

Para Sen (2000), as formas de liberdade à serem ampliadas e viabilizadas a partir do desenvolvimento se apoiam na possibilidade de ter-se uma vida longa e saudável, mas mais do que isso, na instrução dos indivíduos, no acesso aos recursos naturais a um nível de vida digno e na capacidade de participar da vida da comunidade. Veiga (2015) ao refazer os passos da reflexão de Amartya Sen, sugere que “na ausência dessas quatro, todas as outras possíveis escolhas estarão indisponíveis” (VEIGA, 2015, p.15).

Sen (1990) apresenta uma proposta de ligação entre a economia e a ética em duas linhas que dialogam entre si, por meio do questionamento acerca do problema da motivação humana (aproximando-se em um viés de comportamento coletivo de como deveríamos viver) e sob o olhar da avaliação das conquistas sociais.

A separação e delimitação destas duas linhas de argumentação são fundamentais para a compreensão do que Sen intenta contemplar ao referir-se a liberdade em “Desenvolvimento como Liberdade”, de 2000. Há, desse modo, a condição *sine qua non* da liberdade dentro da concepção do desenvolvimento: As pessoas têm de ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas e para que, assim, garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas.

O fim do desenvolvimento deve ser, portanto alargar as liberdades humanas, por meio de um processo de expansão das capacidades, pelo aumento das possibilidades de escolhas e construções criativas às pessoas. Para Veiga (2015, p.15), “quando o desenvolvimento acontece, as pessoas são tanto beneficiárias como agentes do progresso e da mudança que provocam”, interessantemente reforçando o diálogo do presente ponto com o outro objeto do estudo. “Trata-se de uma dinâmica que deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente, e basear-se na participação de cada um deles”.

Ao passo em que se observam os distintos indicadores relacionados ao desenvolvimento e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável, várias são as aproximações possíveis que permitem compreender e fundamentar a discussão. Se por um lado Veiga (2013) traz que países com menos desigualdade econômica são os que regularmente exibem melhor desempenho no que tange a qualidade de vida, evidenciado por Wilkinson e Pickett (2009), na obra *The Spirit Level*, que caracteriza o desenvolvimento como sendo desempenhado pelas dimensões de coesão social, dependências químicas, doenças mentais, educação, encarceramentos, longevidade, mobilidade social, obesidade, partos de adolescentes, saúde, vida comunitária e violência, traça-se em diferentes níveis a relação interativa e complementar do cooperativismo com esta construção, fundamentando a afirmação trazida pela OCERGS

(2018), ao afirmar que municípios com incidência do cooperativismo apresentam melhores índices de desenvolvimento humano.

Interessante observar que o mesmo padrão se expressa uma vez que se examinam os desempenhos que normalmente são observados em perspectivas mais ambientais do que sociais. Os países, ou nações, ricas, com traços menores de desigualdades sociais tendem a expressar comportamentos menos consumistas em suas sociedades, desempenhando ações estratégicas voltadas ao gerenciamento de seus resíduos, assim como de ajuda externa à países mais pobres (VEIGA, 2013).

Para Sachs (2008), a concepção do desenvolvimento, ainda que diferente, articula-se na mesma direção. Em suas palavras “no contexto histórico em que surgiu, a interpretação do desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas” (SACHS, 2008, p.13) criando dessa forma uma conexão que possibilitaria preencher “abismo civilizatório” existente entre as nações metropolitanas e sua antiga periferia colonial. Para Sachs (2008, p.13) “o desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural”.

Com essa reflexão, Sachs (2008) articula sua proposição à respeito do desenvolvimento sobre dois principais pilares, que uma vez utilizados para amparar o crescimento econômico fomentariam a igualdade, equidade e solidariedade, mantendo-as embutidas de moto intrínseco no conceito de desenvolvimento e distinguindo-o assim do “economicismo redutor” (SACHS, 2008, p.14) de uma via direcionada apenas ao crescimento econômico.

Com essa ótica, o objetivo maior do desenvolvimento passa a ser a promoção da igualdade e a maximização das vantagens daqueles que vivem nas piores condições em decorrência de apenas maximizar o PIB – Produto Interno Bruto, levando assim a uma redução da pobreza. Os dois pontos que Ignacy Sachs se ampara para fundamentar este raciocínio sugerem que:

“O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades [...] O desenvolvimento

exige um equilíbrio de sintonia entre cinco diferentes dimensões (para que seja sustentável)” (SACHS, 2008, p.14)

Para o autor, o princípio da sustentabilidade que compõe no desenvolvimento sua condição de inclusivo, sustentável e sustentado, deve pautar-se em cinco aspectos que servem de alicerce para sua fundamentação, são eles: social, ecológico, econômico, geográfico e cultural.

Em contrapartida, “A equidade, traduzida em termos operacionais, significa o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem. (aplicável em aspectos de economia nacional e internacional)”(SACHS, 2008, p.14)

Retornando à escrita de Veiga (2015), que dialoga com os princípios de sustentabilidade e desenvolvimento propostos por Sachs (2008) e Elkington (2011), Veiga (2015) sugere que o desenvolvimento tem a ver, em primeiro lugar, com a capacidade das pessoas viverem do modo como entenderem adequado e escolherem, e com a provisão de condições e instrumentos – assim como de oportunidades – para que estas possam fazer suas escolhas.

Com este raciocínio, Veiga (2015) trata da aproximação entre indivíduos, de modo a consolidar uma coletividade, e conseqüentemente na relação entre esta coletividade com o ambiente onde está inserida. Desse modo, a participação das pessoas na tomada de decisões coletivas, que caracterizam a gestão democrática assim como a prestação de contas e a transparência nos processos de gestão – aplicável aos territórios geográficos onde estas se encontram, mas também à organizações e coletivos de associação popular, como o movimento cooperativo – caracterizam fatores indispensáveis para a concepção de um ideal de desenvolvimento e para o começo da reflexão acerca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Nas palavras de Veiga (2015, p.55) “a menos que as pessoas possam influenciar ações políticas de âmbito local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos”.

Com este olhar, retorna-se à reflexão proposta por Sen (2000), enquanto este buscava esclarecer a necessidade de se reconhecer o papel e a responsabilidade das distintas formas de liberdade social no combate às opressões existentes. O desenvolvimento consiste, por assim dizer nas palavras do autor, na eliminação daquilo que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas.

Invertendo a perspectiva de observação, é tão causa quanto consequência do desenvolvimento no ambiente onde este acontece, a expansão das liberdades sociais individuais daqueles envolvidos no processo, ainda que estas liberdades dependam de muitos outros fatores que possam passar inicialmente despercebidos, como serviços de educação, saúde e direitos civis.

Soma-se a isso, o coletivismo construído a partir de alguma característica no grupo de indivíduos que compõem a sociedade, e que é de fundamental importância para seu progresso e desenvolvimento, independente do tipo de desenvolvimento que seja tomado como referência nesse sentido. O psicólogo social Henri Tajfel desenvolveu em um estudo publicado na revista *Nature* no ano de 1970, o conceito de “identidade social”. Esse conceito faz menção ao agrupamento de indivíduos pelas mais distintas características – alguns em função de escolhas comuns que estes desempenhavam, outros em decorrência de características comuns à si, e outros ainda por mera casualidade – que faz com que estes indivíduos aparte de apenas se identificarem com o grupo ao qual foram designados, faziam escolhas e fomentavam a melhoria das condições para o seu grupo em detrimento de qualquer outro (TAJFEL, 1970). Segundo a proposição do autor, o pertencimento à uma entidade coletiva esclarecida – e institucionalizada, onde pode-se entender o modelo cooperativo – fomentam também o crescimento e desenvolvimento do ambiente onde tais fatores ocorrem.

Portanto, se até a pouco, buscava-se um ponto comum na estruturação de um conceito de desenvolvimento, agora já faz mais sentido imaginar que o desenvolvimento sustentável contempla um crescimento econômico inclusivo, que possibilite o aumento das liberdades individuais, ao passo em que garante

os aspectos de sustentabilidade ambiental, amplamente discutido nas últimas décadas, com o proposto recente de sustentabilidade social.

Assim, essa nova dimensão, da sustentabilidade social, se pauta com base em um “imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2008, p.15), o que para o Filósofo Inglês Edmund Burke, consiste na raiz da continuidade de uma sociedade, orientado pelo pacto dos vivos com os mortos e com os não nascidos (SCRUTON, 2016), que mais recentemente foi referido por Cajazeira e Barbieri (2016) como pacto intra e intergeracional, fundamentando os princípios mais básicos das teorias Capital Social de Putnam (1995) e Coleman (1994).

Conceitos como confiança, comunidade e redes são de difícil mensuração e observação, quiçá de uma operacionalização, contudo por representarem a estrutura existente entre as relações sociais, faz-se importante que sejam considerados e trazidos para o debate acerca dos preceitos do desenvolvimento, sua sustentabilidade e a conservação dos valores sobre os quais está construído o ambiente em que acontece. Trata-se de um desafio à parte a união das redes e relações sociais com o desenvolvimento (MARTELETO e SILVA, 2004).

O conservadorismo e a sustentabilidade não aproximam-se apenas na construção etimológica que origina ambos os substantivos, senão também pelos valores e objetivos comuns que ambos apresentam. O entendimento desta multidimensão temporal que constitui o discurso de desenvolvimento sustentável é importante para que seja compreendida a sua distinção em se considerando os modos mais tradicionais de observação do desenvolvimento como crescimento econômico.

Em um primeiro momento, nessa relação entre o capital social e o desenvolvimento a partir da perspectiva local, deve-se observar também a liberdade de participação na tomada de decisões relativas ao coletivo, e a gestão democrática e transparente com que essa toma forma – características estas inerentes e fundamentais do modelo cooperativo – dado que, se não for

este o caso, as prioridades identificadas nos de programas de desenvolvimento, podem representar um recorte que não contemple a realidade do ambiente e sim daqueles que fazem a sua gestão (NGUYEN e RIEGER, 2016).

Ainda que apresente características de um bem público, o capital social deve, para, além disso, ser observado como um bem de construção e manutenção coletiva (MARTELETO e SILVA, 2004), que irá reforçar o pertencimento existente de maneira endógena no grupo em que é observado (TAJFEL, 1970).

Se para Sachs (2008), são cinco dimensões que o desenvolvimento sustentável intenta contemplar como *conditio sine qua non* – social, ambiental, territorial, econômico e político/cultural – a questão relativa à liberdade, de Amartya Sen desempenha um papel conectivo na sua viabilização.

A tese que Sachs (2008) constrói para isso se pauta em três pressupostos epistemológicos: o primeiro versa que o desenvolvimento é um conceito multidimensional e os seus objetivos são sempre sociais e éticos – direcionando a reflexão para uma condição de solidariedade sincrônica. Desse modo, apresenta uma condicionalidade ambiental explícita de solidariedade diacrônica com as gerações futuras; o crescimento econômico, embora necessário, desempenha um valor apenas instrumental, onde a geração de riqueza não é nem pode ser o fim; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento. O crescimento pode, segundo traz Sachs (2008) da mesma forma estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes.

O segundo pilar epistemológico estrutural aponta para o fato de que a necessidade evidente de respeitar equilíbrios macroeconômicos não é motivo para mergulhar no que o autor sugere como ilusão do “curtoprazismo” (SACHS 2008, p.71) e na abordagem estritamente orçamentária. Tanto mais que as relações entre os mercados financeiros e a economia real são cada vez mais

esquizofrênicas; a análise dos potenciais latentes da economia real deve vir primeiro, e apenas depois se deve refletir sobre o financiamento do desenvolvimento.

Na medida em que oferta de trabalho decente seja o objetivo central do desenvolvimento, a elasticidade de emprego do crescimento deve ser tratada como variável estratégica fundamental e não como um parâmetro resultante de escolhas que visam maximizar a taxa de crescimento do PIB” (SACHS, 2008).

Soma-se a isso, a proposição do autor de que a educação seja, juntamente aos demais aspectos, observada como essencial para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e sustentado, dado seu valor intrínseco, à medida que contribui para a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, para um despertar cultural, e para outros fatores. Além dos fatores relativos ao crescimento individual das pessoas, o autor sugere a observância da educação no que tange também seu valor instrumental com respeito à empregabilidade.

É válida a colocação, nesta etapa da elaboração do debate, da ligação direta que o movimento cooperativo tem com essas frentes apontadas por Sachs (2008) como sendo os fios condutores de um desenvolvimento sustentável. O papel desempenhado pelo cooperativismo – nos contextos de atuação deste – está não somente ideologicamente conectados e propostos à solução de problemas desse perfil, como estão também institucionalmente nominados no contexto brasileiro, por meio da Lei de N. 5.764, de 1971, que reafirma as diretrizes do movimento, demandando o estabelecimento de fundos para o investimento e desenvolvimento local.

Dessa forma, a educação é uma condição necessária, mas não suficiente para que se tenha acesso a um trabalho decente (SACHS, 2008). Uma educação de qualidade deve, para o autor, vir junto de um pacote de políticas de desenvolvimento.

Propriamente, a discussão em torno da concepção de desenvolvimento acontece há décadas, e a proposição de um conceito claro e objetivo do que caracteriza efetivamente este processo é objeto de estudo de diversos autores.

Soma-se a este entrave, na década de 80, com o Relatório conhecido pelo nome de Brundtland, autora que o assinara (WCED, 1987), o viés da sustentabilidade nas pautas do desenvolvimento. A adjetivação do substantivo sustentabilidade e sua incorporação à discussão do desenvolvimento dão luz ao termo “desenvolvimento sustentável” que passa a ser uma nova bandeira levantada por diversas frentes, ainda que estas tenham individualmente concepções distintas do que entendem pelo mesmo.

Posteriormente à sua menção na agenda 21 (documento tido como resultado da “Rio 92”) e adoção por parte de outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, o conceito de desenvolvimento sustentável é cada vez mais entendido como produto de distintas perspectivas (VEIGA, 2005).

A fim de conduzir diferentes frentes da sociedade para direções mais sustentáveis, diversas abordagens foram propostas, contudo, a subjetividade da discussão no que concerne à sustentabilidade acarreta em uma limitação em diferentes momentos.

Focando-se na abordagem de um conceito com definições plurais, mas estruturado enquanto um ideal claro e conciso são apresentados no ano de 2000 – a partir de uma reunião com representantes de 189 países na então nominada “Cúpula do Milênio da ONU” os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs, com a proposta de que até o ano 2015 seriam atendidos e contemplados tais objetivos, a fim de melhorar as condições globais de saúde, educação, eliminar a extrema pobreza, além de outros aspectos.

Os ODMs representam para além de sua proposição fatídica, o início de uma ação global específica que visou atingir um padrão mínimo de desenvolvimento na forma de oito objetivos que se constituíram em uma base para que diferentes grupos e frentes coletivas (países, estados, etc.) manifestassem e descrevessem de uma maneira quantificável seus esforços e avanços contra a pobreza (SACHS, 2012).

É importante a ressalva de que, ainda que se propusesse a contemplar aspectos do *Tripple Bottom Line* de Elkington (2011), na estruturação dos

ODMs os aspectos ambientais foram considerados de maneira conjunta e superficial sob o objetivo 7, que era apresentado de forma a “Garantir a Sustentabilidade”, ao passo em que podia-se observar que os ODMs prevaricaram em não direcionar a necessidade de promover padrões sustentáveis de consumo e produção (ONU, 2010b).

Projeções futuras, como as oriundas da Conferência do G-20 na ONU, na Coreia do Sul em 2010, momento este onde se constituiu o *Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento*, apresentaram como parte de seus resultados perspectivas que possibilitavam uma “maior ênfase à inclusão social e à prudência ambiental, mas sem fazer o mesmo com o crescimento econômico” (VEIGA, 2013, p.29).

Sachs (2012) sugere que o ponto nevrálgico que limitou o alcance do proposto pelos ODMs tenha estado em sua operacionalização para com os países mais pobres, dado que sua proposição acenava para uma responsabilidade dos países desenvolvidos para com estes, que não foi cumprida.

Posteriormente, no ano de 2012, durante a Rio+20, foi apresentado um relatório que recomendava um gama de novos objetivos, que por sua vez tinham como intuito garantir uma maior proximidade com a realidade presente, substituindo assim os previamente estabelecidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (SACHS, 2012).

Interessante observar a ótica de considerar-se a sustentabilidade tradicionalmente a partir de uma perspectiva nacional federativa, vislumbrando ações de políticas públicas, envolvendo o Estado como ator protagonista de sua construção, frente à perspectiva marxista constituída no pensamento de Max Horkheimer, filósofo e sociólogo alemão, que na década de 1930 propôs a teoria crítica na qual entendia que a desigualdade, a dominação e a exploração seriam características inerentes da sociedade ocidental (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

Também são características inerentes à sociedade ocidental a organização e articulação social, de modo que o que se entende a partir do

presente projeto é justamente a estruturação do preceitos construtivos da sustentabilidade a partir da ótica local, onde as cooperativas apresentam-se como agentes de organização e representação social coletiva desempenhando um papel protagonista vinculando os aspectos socioambiental e econômico (ELKINGTON, 2011), Cultural, social, econômico, ecológico e geográfico (SACHS, 2008), e de manutenção dos valores coletivos morais comunitários, caracterizando o pacto intra e intergeracional (BARBIERI E CAJAZEIRA, 2016) dos vivos com os mortos e com os não-nascidos (SCRUTON, 2016), em contrapartida ao ideal pós-modernista, mais direto, observado em alguns dos pensadores contemporâneos e conterrâneos de Horkheimer.

Dialogando com todas estas correntes teóricas, e dando sequência aos constructos globalistas prévios e à própria dinâmica de gestão dos constructos de *Environmental, Social e Corporate Governance* (ESG) – abordagem também bastante utilizada para se observar e analisar a atuação de organizações frente aos elementos que contribuem com a construção das condições para a sustentabilidade, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), é estruturada como sequência destas iniciativas que buscavam ampliar e aprofundar os debates a respeito de uma sustentabilidade ambiental, social aliada ao crescimento econômico.

Composta por um relatório recomendando dezessete objetivos, reunindo um total de 169 metas que devem ser alcançadas até 2030, a Agenda 2030 cria diretrizes que contemplam de modo mais objetivo e definitivo o que poderiam ser as direções e os fatores a se levar em consideração para a estruturação dos preceitos para o desenvolvimento sustentável.

Finalmente, após a estruturação do grupo de metas e objetivos, constitui-se uma agenda global que considera todos aspectos - desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental - somados à prática da boa governança.

Esta é a linha de raciocínio por meio da qual se constituem quatro frentes, sob as quais transitam os objetivos de desenvolvimento sustentável e

as metas individuais para seu alcance, unindo em um só conceito os aspectos social, ambiental, econômico e institucional.

Diferentes linhas de pesquisa têm se dedicado a observar e compreender as relações entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, dentre eles Imaz e Eizagirre (2020, p.1) que destacam as cooperativas são em sua natureza “uma forma de negócio mais sustentável e participativa” uma vez que oportunizam o desenvolvimento de modelos de negócios mais eficazes, responsáveis e transparentes, a partir de um processo de tomada de decisão mais inclusivo, participativo e representativo em diferentes níveis.

A resolução 70/128 da ONU vai na mesma direção destacando a relevância do modelo para a construção do que se compreende por desenvolvimento sustentável, ao afirmar que as cooperativas

“promovem a maior participação possível no desenvolvimento econômico e social de todas as pessoas, incluindo mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas, estão se tornando um fator significativo de desenvolvimento econômico e social e contribuir para a erradicação da pobreza e da fome” (ONU, 2016, p.2).

Para o presente estudo, tomou-se como base para o exercício a construção de um ideal de sustentabilidade a partir destas perspectivas propostas pela Agenda 2030, que dialogam com as construções e aproximações teóricas que norteiam o debate acerca da incorporação do valor da sustentabilidade social e ambiental ao desenvolvimento econômico, por meio da dimensão institucional, a fim de que pudesse ser observado de que maneira o modelo cooperativo participa e atua como um agente de construção das condições para a sustentabilidade.

Na publicação de Oldekop et al (2015), os autores articulam como prioritários nove aspectos que devem ser trabalhados em uma perspectiva posterior à Agenda 2030, para que se dê encaminhamento à construção do ideal de sustentabilidade, conforme apresentado a seguir, em tradução livre:

1. Governança, participação e direitos;
2. Sustentabilidade ambiental;
3. Segurança alimentar, de terra e agricultura;
4. Energia e recursos naturais;
5. Conflitos, dinâmicas populacionais e urbanização;
6. Crescimento econômico, emprego e o setor privado;
7. Desigualdades sociais e econômicas;
8. Saúde e educação;
9. Políticas de desenvolvimento práticas e institucionalizadas.

Alcarón-Conde et al (2022), somando-se ao mesmo esforço, consolidou oito direções por meio das quais o modelo cooperativo viria a ser capaz de interrelacionar-se com o alcance dos ODS, conforme segue, em tradução livre:

1. Fim da fome e pobreza;
2. Proteção social;
3. Igualdade;
4. Crescimento focado em pessoas;
5. Proteção ambiental e produção e consumos sustentáveis;
6. Assentamentos humanos sustentáveis;
7. Instituições e sociedades pacíficas e inclusivas;
8. Finanças sustentáveis.

Assim sendo, optou-se por um conceito de sustentabilidade que contempla as quatro dimensões – institucional, social, econômica e ambiental – conforme a Agenda 2030, e em concordância com o proposto por outros estudos levantados ao longo da construção da presente tese, como mostra o Quadro 4:

Quadro 4: Conceitos e referências teóricas do Cooperativismo e das cooperativas

Conceito	Referencial Teórico
Sustentabilidade	
A sustentabilidade é entendida como um	Elkington (2011)

valor de afirmação social, construído por meio da relação entre dimensões que variam de acordo com sua abordagem – Neste caso, percebidas como o resultado a interação entre as dimensões institucional, social, econômica e ambiental. Uma condição de sustentabilidade envolve necessariamente um equilíbrio entre tais dimensões de modo que estas se constituem de modo interdependente e indissociável.	Feil e Schreiber (2017) Barbieri e Cajazeira (2016) Sachs (2008) Sachs (2009) Veiga (2013) Veiga (2015) Yolles e Fink (2014)
Desenvolvimento Sustentável	
O desenvolvimento Sustentável é entendido como o resultado de uma ideia de desenvolvimento que se permita constituir de maneira socialmente inclusiva, economicamente viável e ambientalmente responsável por meio de instituições eficazes que promovam a paz e a cooperação, garantindo que o crescimento econômico e o desenvolvimento sejam acessíveis a todos e de benefício comum, respeitando os limites dos recursos naturais.	Veiga (2005) Veiga (2013) Veiga (2015) Sachs (2008) Sachs (2009) ONU (2015) Wilkinson e Pickett (2009) WCED (1987) Duran et al (2015) Barbieri e Cajazeira (2016) Klarin (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, estrutura-se a partir da organização social que dá origem ao modelo cooperativo, pautado nos princípios e valores que são base de sua doutrina, uma relação de conexão do modelo para com a comunidade à qual este está vinculado, e por meio de sua institucionalização, a relação com a construção das condições para a sustentabilidade por meio das dimensões social, econômica e ambiental.

3 O MODELO COOPERATIVO E A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Considerando a maneira plural com que se observam os problemas enfrentados enquanto sociedade, pode-se perceber que o crescimento econômico não é por si só suficiente para que sejam construídos os caminhos para sua solução e sustentabilidade, podendo inclusive dependendo de sua qualidade e trajetória, ser a fonte de causa das desigualdades na distribuição de renda e de problemas ambientais severos (RODRIGUEZ, 2017).

A fonte última dos objetivos de uma sociedade deve considerar o bem estar de sua população e seu desenvolvimento de forma sustentável. Um foco excessivo no crescimento econômico – como traz Rodriguez (2017) – sem considerar os aspectos sociais e ambientais da realidade inerentes a este processo tende a causar transtornos a tais trajetórias de desenvolvimento, e há que se considerar o todo de uma forma mais heterogênea e complexa.

A abordagem que analisa a relação do modelo cooperativo com a construção de um ideal de sustentabilidade é desenvolvida por diversos estudos (HOCAYEN DA SILVA, HOCAYEN DA SILVA, 2021; BARBA-RAYAS, MORALES-NORIEGA, 2019; FERNANDEZ-GUADAÑO, LÓPEZ-MILLAN, SARRIA-PEDROZA, 2020; GOUVEIA, 2016; IMAZ, EIZAGIRRE, 2020; ALCARÓN CONDE et al, 2022), cada um a partir de sua própria perspectiva.

O presente capítulo condensa, a partir dos levantamentos conduzidos, os processos de construção das condições para a sustentabilidade, tomando como referente às relações de cada uma de suas dimensões para com o modelo cooperativo, tornando-o sujeito e objeto destas, de modo a analisar a construção das condições para a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo.

Faz-se relevante, para tanto, a rememoração da dupla natureza orgânica da cooperativa, primeiramente como associação ou grupo de pessoas que se consolida a partir da institucionalização para solução de problemas comuns à estes indivíduos, e a atividade cooperativa - enquanto organização e/ou empresa que se destina ao serviço das economias individuais associadas.

Frente a isso, as cooperativas precisam alinhar sua atuação empresarial, otimizando seu desempenho e resultados, viabilizando assim os benefícios ao seu quadro de cooperados e sua efetiva ação social.

Para tanto, este capítulo subdivide-se segundo as dimensões institucional, social, econômica e ambiental, consistindo nas quatro frentes de diálogo que compõem a base da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015), tal como converge com os ideais de sustentabilidade propostos pelos autores abordados, viabilizando as condições para a sustentabilidade.

3.1 A dimensão institucional

O caráter institucional da relação entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade desempenha um papel fundamental na discussão da presente tese, por tomar como base a interpretação de que o modelo cooperativo é a ferramenta para a construção do ideal de sustentabilidade proposto.

Tratar de abordagens que referem a discussão institucional dentro e fora do modelo cooperativo faz emergirem reflexões acerca dos procedimentos e práticas de boa governança intrainstitucionais, das relações de intercooperação e do interesse pela comunidade, entre outros aspectos.

Uma organização cooperativa se constitui uma vez que os associados, por meio da articulação dos interesses comuns e almejando determinados fins, vinculam-se para gerir de maneira democrática seu empreendimento, fazendo-se assim responsáveis pelas consequências das direções assumidas. É por meio desta articulação que indivíduos dos mais diversos extratos sociais

buscam concretizar seus objetivos, que seriam dificilmente alcançáveis individualmente (SILVA, et al 2005).

O fator identitário neste sentido é um elemento fundamental que separa as cooperativas das demais formas de organização e associação: os associados do modelo cooperativo são os proprietários de tal empreendimento e também consumidores de seus bens e serviços, o que faz com que a cooperativa assuma essa dupla funcionalidade em sua natureza, dado que seus donos são concomitantemente seus usuários (VALADARES, 2003; FAJARDO e ROCHA, 2021; MORENO FONTELA, 2017), e os cooperados - uma vez que são detentores de cotas da organização cooperativa - são tomadores de decisão e participam de seus resultados.

Nessa mesma direção, pode-se afirmar que os cooperados assumem uma característica trifacetada, assumindo o papel de usuário, proprietário e gestor do empreendimento (SHULZE, 1987).

O que identifica e distingue uma cooperativa das demais sociedades é a maneira com que sua identidade organizacional é estabelecida, tomando como base os princípios e valores do modelo cooperativo, postulados pela ACI e colocados em prática no curso de sua gestão (FAJARDO e ROCHA, 2021). Importante destacar o levantamento conduzido por Forgiarini (2019) em que o autor elenca o processo de construção e desenvolvimento de tais princípios em relação ao contexto socioeconômico em que surge este movimento.

O entendimento destes princípios, de sua construção e reorganização ao longo de sua história como já descrito no capítulo anterior, para além de sua mera menção, faz-se importante para a compreensão do modo com que o modelo cooperativo se articula e atua, e dessa forma, para a análise do papel que este desempenha na construção das condições para a sustentabilidade.

Estes princípios direcionam a atuação do modelo cooperativo, assim como articulam a relação das organizações cooperativas com seus associados e com a comunidade em geral – como discutido por Forgiarini, 2019, Moreno Fontela, 2017, Maciel et al (2018) entre outros, e apresentado no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Descrição dos Princípios do Modelo Cooperativo

Princípios	Descrição
Adesão voluntária e livre	As cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, sem discriminações de raça, gênero, religião e de política
Gestão democrática	São controladas por seus membros, que têm participação ativa na formulação das suas políticas e tomadas de decisão
Participação Econômica dos membros	Seus membros contribuem igualmente para o capital social, engajando e fortalecendo o senso de pertencimento coletivo. A distribuição das sobras é limitada ao capital integralizado e o excedente é direcionado a outros fins relativos à cooperativa.
Autonomia e independência	São organizações autônomas, de ajuda mútua, e controladas pelos seus membros.
Educação, formação e Informação	Promovem a educação e a formação de seus associados, representantes eleitos, dos trabalhadores e demais membros das comunidades onde atuam, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa.
Intercooperação	Servem de modo mais eficaz aos seus membros, se trabalham em conjunto com outras estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Interesse pela comunidade	Trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: Adaptado de Maciel et al (2018)

O modo de agir da cooperativa que compreende também a sua governança e gestão organizacional, consiste na reprodução e implantação da doutrina presente no cooperativismo, devendo assim representar os valores de democracia, igualdade, equidade, solidariedade e autoajuda.

Dessa maneira, a governança – enquanto gestão prática das atividades do modelo cooperativo – se faz uma ferramenta de conexão e integração dos

princípios norteadores do modelo cooperativo, o que viabiliza a característica de dupla funcionalidade que a organização cooperativa assume, enquanto associação (como a agremiação de pessoas) e empresa (como articulação de capital).

3.1.1 A governança cooperativa

A governança, enquanto sistema que dirige, monitora e incentiva as atividades de uma organização, envolve a relação entre proprietários e cooperados, encadeando-os em conselhos de administração e demais órgãos de controle, e definindo a distribuição das responsabilidades e direitos de cada um de seus agentes (IBGC, 2015). Este conceito pode ser encontrado e utilizado em diversas formas de organização e associação, e frequentemente é trazido a fim de fazer menção ao monitoramento e controle dos gestores em função da separação entre propriedade e gestão (ROTH et al, 2012).

Dessa forma, considerando-se não apenas a realidade das cooperativas adota-se o proposto por Mendes e Rodrigues (2004), que afirma que a governança corporativa aborda as relações entre os acionistas e a administração de uma dada organização, com vistas ao gerenciamento desta e ao aumento de seu valor de mercado.

Segundo a OCDE, os princípios da governança constituem-se na garantia de uma base de estrutura efetiva para tal governança, na compreensão e no tratamento efetivo e equitativo do direito dos acionistas, no papel dos *stakeholders*, na divulgação e transparência das informações e na responsabilidade dos conselhos. O IBGC (2015) adaptou e disseminou os princípios da governança organizacional.

Os princípios da governança organizacional estabelecem-se por meio da equidade, onde todos devem ser tratados de forma igualitária independente de suas características individuais, da prestação de contas, que remete a responsabilidade integral dos agentes institucionais pela comunicação e informação a respeito das ações e consequências destas para com os associados e demais membros, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6: Princípios da Governança organizacional

Princípios	Descrição
Equidade (fairness)	Refere-se ao tratamento igualitário e justo de todos os associados (cooperados) e demais Stakeholders, não sendo aceitas atitudes ou políticas discriminatórias.
Prestação de contas (accountability)	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação e se responsabilizar integralmente pelas consequências de seus atos e omissões.
Responsabilidade social organizacional	Dever de zelar pela sustentabilidade da cooperativa, visando à sua perenidade e longevidade. As questões social e ambiental devem ser consideradas no âmbito dos negócios e das operações das cooperativas.
Transparência (disclosure)	Relacionado à disponibilização de informações compulsórias e voluntárias para as partes interessadas, principalmente aquelas relevantes para ações gerenciais e que conduzem a geração de valor da cooperativa. A adequada transparência resulta em confiança e legitimação da organização, ao passo em que fortalece o capital social existente no território em que atua.

Fonte: Adaptado de Maciel et al (2018).

Da mesma forma, fazem parte a prestação de contas deve contemplar a responsabilidade social destas organizações, onde os fatores relacionados aos aspectos sociais e ambientais devem ser trabalhados em conjunto com a dimensão econômica e, por último, vige a transparência, que uma vez existente, resulta na legitimação da organização e no aumento do capital social ao seu redor (MACIEL et al, 2018).

Em se tratando de uma organização cooperativa, que conta com propriedades pulverizadas entre os acionistas, a participação dos cooperados torna-se menor, acarretando também na heterogeneidade de seus interesses, o que pode fazer com que o foco do cooperado esteja primeiramente ligado aos seus interesses individuais mais até do que na otimização de valor da cooperativa (SILVA et al, 2011). Os cooperados, por sua vez, analisam as

estratégias da cooperativa e tomam decisões visando o benefício individual de suas atividades e outros interesses pessoais segundo sugerem Bialoskorski Neto (2004) e Bijman, Hendrikse e Oijen (2013), o que demanda sua articulação em grupos de representação e conselhos.

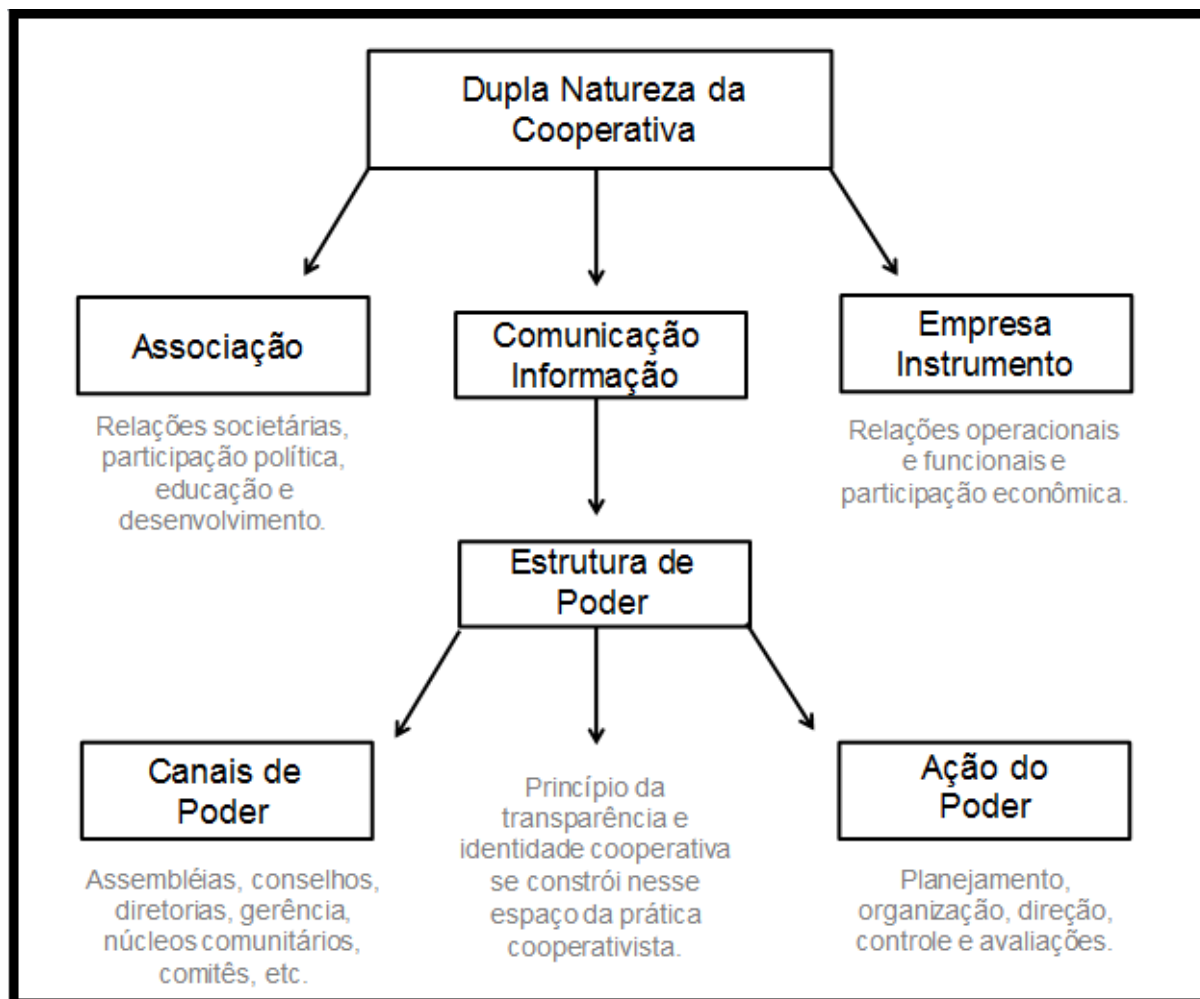
A existência dos conselhos de representação formal e informal dos cooperados – que tem sua estrutura e construção delimitados na Lei 5.764 de 1971 – devem ser formados apenas por membros da cooperativa e podem, em função disso, deixar o poder da tomada de decisão ao alcance de poucos cooperados, dando ênfase a carência por profissionalização na gestão das cooperativas. A tomada de decisão centralizada acaba por vezes sendo a realidade em grande parte das cooperativas brasileiras, o que ocorre em decorrência da delegação da gestão a cooperados que em via de regra não detém as habilidades, competências e conhecimentos que a função viria a exigir, levando assim à adoção de modelos de gestão inadequados e que não contribuem com a sustentabilidade institucional das cooperativas (COSTA et al, 2013; SILVA et al 2011).

Neste sentido, Rodrigues (2003) complementa que o conceito e a boa condução de uma governança cooperativa endereçam a problemática do processo decisório legítimo, tornando-o mais harmônico aos ideais de cooperação, solidariedade e democracia que constituem a gênese das cooperativas. Para Zylberstajn (1994), mesmo que as cooperativas sejam capazes apenas de emitir cotas não negociáveis, estas não podem prescindir da transparência, uma vez que seus gestores - sejam estes profissionais ou não - também se submetem à noção de efetividade.

Zylberstajn (1994) ainda ressalta que os conflitos existentes em uma agência cooperativa só podem ser gerenciados por meio do desenvolvimento de estruturas flexíveis e representativas do quadro de cooperados, e uma vez que este conselho não seja representativo das forças políticas que integram e atuam no interior de seu quadro social, fazem-se necessárias novas estruturas de auxílio à tomada de decisão - onde destaca-se a relevância de comitês educativos que podem surgir no interior das estruturas de governança, a fim de fomentar a participação e a comunicação intrainstitucional.

É por meio da transparência e do fomento à identidade cooperativa que se consegue constituir a dupla natureza da organização cooperativa, respondendo às expectativas dos associados e construindo assim relações operacionais e funcionais que viabilizam a sustentabilidade institucional da cooperativa, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1: A dupla natureza da Cooperativa



Fonte: Adaptado de NEVES, 2020.

A relação das estruturas de poder no modelo cooperativo está intimamente ligada à capacidade dos cooperados de participar de maneira democrática em seu processo de governança (NEVES, 2020). A gestão democrática, prevista nos princípios norteadores do modelo, é o que viabiliza a participação dos associados que, por meio do direito ao voto, articulam-se em conselhos e comitês.

Contudo, é por meio da transparência e equidade – preceitos da governança organizacional cooperativa – que estes cooperados podem amparar nos canais de informação a sua tomada de decisão, conforme expressa Neves (2020) na proposição da dupla natureza organizacional cooperativa que compreende a comunicação e informação como caminho para as estruturas de poder.

Ao passo em que estas estruturas favorecem a disseminação de informação, elas podem também constituir mais uma estrutura de representação alinhada com o conselho de administração, o que demanda a construção de uma comunhão dos interesses entre o conselho e a atuação dos comitês com vistas aos objetivos da cooperativa.

A percepção dos benefícios por parte das comunidades onde atua o modelo cooperativo também desempenha um papel de fundamental importância. Churchill e Peter (2012), ao abordar o Marketing e a criação de valor, destacam este como um ponto que deve ser considerado ao analisar e gerir a sustentabilidade institucional das cooperativas, enquanto organizações.

Os benefícios não devem apenas existir, como também devem ser percebidos pela comunidade em seu entorno, de modo que para os autores, se não há real percepção do benefício, não há real benefício. O ambiente em que a cooperativa atua, compõe parte desta, e se torna mais sujeito de sua existência uma vez que os indivíduos que integram-no estão conscientes de seus custos e benefícios (CHURCHILL, PETTER; 2012).

Trabalhar de maneira adequada as práticas de governança para a organização cooperativa e de sua gestão enquanto retrato da associação de indivíduos com interesses comuns assim como de organização empresarial, é imprescindível para sua saúde e governança institucional (NEVES, 2020), o que fundamenta a construção das condições para a sustentabilidade no território em que a organização atua (CASAGRANDE, LAVARDA 2015).

Considerando a mesma direção, a intercooperação entre as organizações cooperativas articula-se como um ativo na construção de sua sustentabilidade institucional. O princípio da intercooperação demanda para

sua aplicação efetiva um grupo de aspectos que podem ser percebidos por meio da governança institucional assim como da garantia de sua continuidade e sustentabilidade, como define o quadro 7:

Quadro 7: A intercooperação como ferramenta de governança institucional cooperativa

Abertura e transparência	As organizações cooperativas que participam de estruturas cooperativas locais, nacionais e internacionais devem respeitar e praticar a abertura e transparência nas suas relações com as demais cooperativas envolvidas.
Responsabilidade	A ação intercooperativa, assim como sua estratégia, devem ser examinadas e aprovadas pela assembleia geral – ente máximo de representação do princípio de gestão democrática que garante a participação dos associados na tomada de decisão da cooperativa – representando assim não apenas a decisão do conselho de administração e/ou dos executivos responsáveis pela organização.
Representação	A tomada de decisão das redes de cooperação, formadas por organizações plurais, deve se dar de maneira equitativa e representativa dos interesses dos associados e das comunidades às quais estas organizações estão vinculadas.
Flexibilidade	Em sua origem, a cooperação implica em desafios quando várias partes se unem em e com realidades distintas, heterogêneas e plurais. O comprometimento para com a flexibilidade e a abertura para a alteridade é o que permite com que os membros de uma organização cooperativa produzam, inovem e obtenham resultados mais satisfatórios.

Fonte: Adaptador a partir de Cheney, Davis e Reser (2016) e Forgiarini (2019);

Desta forma torna-se possível, segundo a perspectiva da organização cooperativa enquanto instituição, perceber a mesma como agente fomentador do capital social do território em que atua e dos demais impactos nas dimensões social, econômica e ambiental consequentes de sua atuação – por meio, principalmente, do interesse pela comunidade e do fomento a intercooperação.

Faz-se assim, de extrema importância para a saúde da organização cooperativa, assim como para sua sustentabilidade institucional, que esta adote práticas de governança compatíveis com os princípios e valores do movimento, uma vez que estas são analisadas de modo a dar cabo às preocupações e objetivos individuais dos cooperados, assim como se organizam como ferramentas de articulação e mediação do associativismo.

3.1.2 A sustentabilidade institucional no modelo cooperativo

A trajetória do modelo cooperativo consiste em mais de um século desde sua institucionalização por meio da organização de Rochdale em 1844, ainda que muito antes disso tenham surgidos manifestações de cooperação entre indivíduos e agentes da sociedade, inclusive em uma perspectiva biológica e evolutiva, como já abordado anteriormente (AXELROD; HAMMOND; GRAFEN, 2007; AXELROD et al, 2002). Contudo, da mesma forma que o afloramento da cooperação dentro de um determinado grupo de indivíduos tem de ser considerado e compreendido, a sua articulação e institucionalização também são um fator de grande importância nesta discussão.

Observando esta perspectiva, faz-se necessário observar a sustentabilidade institucional do modelo e das organizações cooperativas. Segundo dados da OCERGS (2021), tomando como base o relatório “Expressão do Cooperativismo Gaúcho - 2021”, existem no mundo cerca de 3 milhões de cooperativas que articulam 1,2 bilhões de cooperados, o que reforça a importância e proporção do modelo.

A continuidade e manutenção do modelo cooperativo devem ser planejadas e geridas, seja considerando uma perspectiva mais genérica e ampla considerando os números e indicadores mundiais, assim como em uma realidade mais prática, individualizada e imediata - da adesão de novos membros e cooperados para as organizações cooperativas de maneira individual – de modo a viabilizar sua continuidade.

Em se tratando da sustentabilidade institucional do modelo, existem a nível micro algumas ações que vêm sendo desenvolvidas seja de maneira

proativa e autonomamente por parte das cooperativas - como é o caso da Cooperativa Agropecuária Dália, de Encantado/RS, que dirige desde 2013 o projeto de sucessão familiar, buscando em criar melhores condições para que os filhos dos cooperados permaneçam no campo vinculados à suas atividades de origem, ao mesmo tempo em que são capacitados para melhorar a gestão da propriedade assim como sua produtividade e sustentabilidade (DALIA, 2020) - e também em atividades conduzidas pelo sistema Sescop/RS, que conta com cursos voltados para o público jovem trabalhando as vantagens de manter-se vinculado ao modelo cooperativo e promovendo uma melhor capacitação destes (SESCOOP/RS, 2020).

Somam-se a estes esforços com vistas à manutenção na atividade e sucessão familiar dos cooperados, os programas para adesão de novos membros e associados assim como as dinâmicas intrainstitucionais que visam o desenvolvimento e capacitação dos cooperados e colaboradores de modo a fomentar seu crescimento e participação no modelo (STABACK, 2020).

Por último, cabe ressaltar a mudança - mais recente - que vem ocorrendo por meio da transformação digital das relações de trabalho e pertencimento enquanto sociedade, onde novamente o modelo cooperativo apresenta-se como alternativa e agente de promoção de inclusão social, de melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento local sustentável, como no caso das cooperativas de plataforma, que consiste em plataformas digitais controladas por trabalhadores e/ou pela comunidade locais em que estão inseridas e são objeto de estudo do Observatório do Cooperativismo de Plataforma e do laboratório de pesquisa DigiLabour. O cooperativismo de Plataforma pode ser uma alternativa para uma economia digital mais justa e inclusiva a partir da reapropriação de tecnologias digitais controladas por trabalhadores (OCP, 2021), e consiste em uma nova abordagem para a sustentabilidade institucional do modelo cooperativo.

Analisar a sustentabilidade institucional do modelo cooperativo implica em considerar o modelo e a organização cooperativa como agentes da sociedade, capazes de interagir e gerir os impactos que desempenham nas demais dimensões do ideal de sustentabilidade, mas implica também – acima

de tudo – o exercício de pensar sua continuidade e conservação enquanto instrumentos sociais.

É por meio do aspecto institucional, e consequentemente de sua legitimidade e capacidade de representação do coletivo em sua dupla natureza – onde faz referência às formas de governança adotadas, à criação de conselhos e comitês que aproximem a organização cooperativa dos seus associados e da comunidade como um todo – que o modelo interage com a construção das condições para a sustentabilidade.

3.2 A dimensão social

O modelo cooperativo apresenta como finalidade primeira o aspecto social, contribuindo para a construção dos processos que conduzem a uma condição de sustentabilidade por intermédio da promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no território em que atua, tornando-se dessa forma um agente de inovação, de transformação social e de construção do capital social do meio. Dessa forma pode ser considerado um sistema de gestão socialmente responsável, uma vez que atende tanto aos interesses coletivos de seus cooperados, quanto de seus parceiros, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social dos territórios em que atua (BARBA-RAYAS, MORALES-NORIEGA, 2019; FAJARDO e ROCHA, 2021).

O fator de inovação social pode ser percebido por se tratar de um movimento de associação coletiva e de livre adesão, onde os proprietários são ao mesmo tempo os consumidores dos produtos e serviços com que a organização trabalha, viabilizando processos de relação com o mercado e melhores condições de trabalho e gestão de seu capital, facilitando a inclusão desses indivíduos. Adicionalmente, Fernandez-Guadaño, Lopez-Millan e Sarria-Pedroza (2020), ressaltam que as cooperativas constituem-se como referência em inovação social, em função de sua contribuição na geração de renda, democratização da propriedade e eficiência na utilização dos recursos por meio de economias de escala.

O objetivo do cooperativismo é a cooperação e a ajuda mútua, por meio de uma gestão democrática e participativa em prol do desenvolvimento

econômico e social das regiões em que estão envolvidas (DALLE MOLLE, 2014). Por se tratarem de organizações apoiadas em um conjunto de princípios sólidos, e não apenas na finalidade econômica, os territórios em realidade de crise socioeconômica e sanitária tendem a se beneficiar ainda mais dos mecanismos de integração regional fomentado e viabilizado na ação das cooperativas (ONU, 2016).

As cooperativas podem contribuir de diferentes formas para a construção das condições para a sustentabilidade no que concerne à dimensão social, a ver em exemplos como do combate à pobreza, da redução do desemprego, da promoção de uma melhoria da qualidade de vida e do alcance de modos de vida mais sustentáveis, especialmente nos âmbitos locais dos territórios em que o modelo atua (SCHNEIDER, 2001; BARBA BAYAS; MORALES NORIEGA, 2019).

Segundo a representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Katyna Argueta, “as cooperativas empoderam pessoas a terem controle sobre seus meios de subsistência, em um espírito comunitário, de organização social e participativo”, trabalhando em um contexto global e contribuindo desta maneira para a construção das condições para a sustentabilidade e combatendo a exclusão social nos territórios em que estão presentes (ONU, 2021, p.1).

Outra forma de interação do modelo cooperativo com os territórios em que este atua, é por meio da criação e fortalecimento do capital social nestes espaços. O capital social analisado em um nível mais teórico (PUTNAM, 1993; BOURDIEU, 2000; COLEMAN, 1994) e posteriormente analisado no Vale do Taquari/RS (AGOSTINI, 2015), permite construir conexões acerca das relações que se estabelecem entre os indivíduos de um determinado território. Ponderar o capital social implica compreender as pontes e relações existentes na sociedade, podendo assim este assumir um papel de teia em sua articulação (LIZARRALDE, 2009).

Um dos pioneiros neste tema descreve o capital social como todos os aspectos da organização social - tais como as redes, normas e a confiança

mútua entre indivíduos, que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos, fomentando assim investimentos em capital físico e humano para um determinado território (PUTNAM, 1993).

Em estudo sobre a construção das relações de capital social na Itália, Putnam (1995) revela existir uma correlação entre aspectos da modernidade econômica e desempenho institucional, e que este último por sua vez, está diretamente conectado à natureza da vida cívica.

Como plano de fundo para sua análise, o autor observa a existência de padrões de engajamento cívico em diferentes regiões da Itália, propondo que tal engajamento se deva fundamentalmente a uma maior quantidade de associações horizontais - ainda que sem fazer referência ao modelo cooperativo, pode-se perceber a maneira que este desempenha tal papel.

Ao longo de seu estudo, o autor constata que algumas regiões da Itália contém padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico - onde pode-se entender que seus cidadãos sejam mais atuantes e imbuídos de um espírito de pertencimento coletivo e de comunidade, e onde as relações políticas e para com as instituições se dão de forma igualitária, firmando-se na confiança e colaboração - tal qual acontece em organizações cooperativas e nos territórios onde estas atuam, enquanto que em outras regiões da Itália que padecem de uma política verticalmente estrutura, a vida social é caracterizada pela fragmentação, isolamento e cultura dominada pela desconfiança (PUTNAM, 1995).

Ainda que Putnam tenha se proposto a fazer um apanhado histórico dos processos e trajetórias enfrentados em cada um dos contextos da Itália que tornaram possível a produção do capital social, evidencia-se que a busca das raízes da cooperação - ou não cooperação - depende de um conjunto de relações políticas e sociais igualitárias e horizontais entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Putnam (1995) conclui que não será apenas o contexto e trajetória históricos de um território o único fato que determina a existência do capital social. Trata-se, portanto, de algo contingente - que pode

ser construído e fomentado, ou destruído - e é neste sentido que se destaca o potencial do modelo cooperativo em sua relação com o capital social.

Pierre Bourdieu aborda essa mesma temática do capital social como sendo "*La totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos*" (BOURDIEU, 2000, p. 148), fundamentando-o em quatro aspectos, dos quais pode-se novamente perceber o diálogo com o papel desempenhado pelo movimento cooperativo. Em um primeiro momento, destaca o pertencimento a um grupo. Outros estudos dedicam-se a investigar e propor que tipos de instituições promovem este pertencimento comum, fator que fomenta a colaboração e cooperação, e neste estudo em particular, versa-se sobre o papel do cooperativismo nesse processo. O movimento cooperativo constitui em si uma instituição de associação horizontal que constrói elos importantes da corrente de relações entre indivíduos de uma sociedade, tornando-se assim muitas vezes o fator de pertencimento comum para o território em que atua.

Como segundo fator por meio do qual se constrói esse capital social, Bourdieu (2000) faz menção às relações de intercâmbio material e simbólico que se dão no interior destes grupos de indivíduos. Novamente percebe-se a essência do modelo cooperativo tanto em relações internas entre os associados quanto nas relações estabelecidas entre as instituições cooperativas, que vão desde benefícios à associados de outras instituições até a formação de *clusters* para melhor desempenho e aproveitamento das estruturas disponíveis, como é o caso do ramo agropecuário no Vale do Taquari.

Em seguida, na leitura de Bourdieu, o grau de institucionalização por meio do qual se fundamenta o capital social desempenharia um papel importante para sua estruturação, de modo que as interações entre indivíduos que orbitam e participam de instituições mais sólidas tenderiam assim a promover um fomento e desenvolvimento de tal. Assim sendo, a articulação e institucionalização, segundo as quais se constituem as cooperativas, tornam-se

fatores de vantagem à existência e saúde do capital social existente no território em que estas atuam (BOURDIEU, 2000).

Por último, o autor faz referência aos recursos que este grupo possui - onde se consideram desde os recursos humanos e intelectuais, até os recursos econômicos e ambientais disponíveis - e mais uma vez pode-se observar um laço para com a forma com que o modelo cooperativo se articula. A integração dos recursos, e o acesso facilitado à estes para os associados, torna-se assim - além de um fator de inclusão e capacidade de interação para com o mercado como no caso do ramo agropecuário - um elo importante para o fortalecimento do capital social do território em que a organização cooperativa atua.

Ainda que Putnam (2000) afirme tratar-se de uma ação racional também o preferir agir individualmente e não coletivamente, uma vez que existe um pertencimento comum relativo à instituições sólidas, como é o caso nos territórios com atuação de cooperativas, os benefícios da adesão ao grupo acumulam-se para os indivíduos em decorrência da adesão.

Cabe apontar que ainda que não exista um consenso acerca dos processos de construção do capital social em um determinado território, outros estudos também fazem menção à participação do modelo cooperativo neste meandro, como é o caso de Silva Ilha (2008) que abordam o cooperativismo como elemento de capital social na comunidade, Bretos et al (2018), que observa o cooperativismo e diferentes empreendimentos em relação a construção do capital social, Moreira et al (2008) que destaca o capital social como um elemento de garantia da sustentabilidade institucional das cooperativas, Silva et al (2004) que constroem uma reflexão sobre as relações de capital social e o papel do movimento cooperativo e Silva e Salanek Filho (2009) que analisam o processo de construção do capital social em especial no cooperativismo agropecuário.

Ainda no viés da dimensão social abrangida pelo modelo cooperativo, percebe-se a organização cooperativa como um instrumento de promoção da inovação social, que fomenta a redução de desigualdades no que tange a inclusão de grupos minoritários e vulneráveis.

Nos dados constantes no Anuário do Cooperativismo de 2021 - elaborado e apresentado pela OCB todos os anos - o Brasil conta com 4868 organizações distribuídas em todo território nacional que desenvolvem um papel importante nas cidades e no campo, marcando presença em diferentes segmentos da sociedade, e tornando-se assim agentes de promoção da inovação social e do desenvolvimento sustentável (OCB, 2021).

A solidez com que se estabelecem estas organizações também caracteriza um importante fator em sua atuação e no papel que desempenham na sociedade. Como já mencionado, a sustentabilidade institucional desempenha um papel de estabilidade para os cooperados e as comunidades em que estas atuam, fomentando assim o capital social e a possibilidade de articulação e promoção das relações de confiança e controle por parte da sociedade ao seu redor.

Resiliência é, segundo a OCB (2021), uma das principais características do cooperativismo, e ao passo em que para empresas privadas regulares, cerca de 47% não sobrevivem após o quinto ano de atividade - o que se justifica também em parte em função da instabilidade econômica e da falta de esforços conjuntos para tal fim – em 2021, mais da metade das organizações cooperativas em atividade apresentam mais de 20 anos de atuação no mercado, tornando-se assim referência e ponto de estabilidade para as comunidades em que atuam.

Fazendo referência aos indivíduos que unem esforços para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de suas comunidades por meio da cooperação, cabe ressaltar que no ano de 2021, o modelo conta com mais de 17 milhões de associados com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, onde se somam quase 3,3 milhões de pessoas como associados (OCB, 2021).

A soma destes esforços conjuntos e a articulação dos interesses individuais e coletivos na forma de cooperativas é também responsável pela geração de emprego e renda, o que contempla a nível nacional cerca de 455 mil empregos diretos, sem mencionar todos os empregos indiretos gerados a partir destes.

Outro fator de relevância quando se trata da dimensão social do movimento cooperativo, reside na busca pela redução das desigualdades de gênero. No que compete ao quadro social de associados das cooperativas presentes no território nacional, observa-se um decréscimo nas disparidades existentes. Em 2019, a proporção de associados caracterizava-se em 62% de homens e 38% de mulheres, enquanto para 2020 o número alcançou a proporção de 60% e 40% respectivamente (OCB, 2021).

A distribuição mais objetiva se observa quando analisados os ramos de atuação das cooperativas. Pode-se observar a predominância dos associados do sexo masculino principalmente nos ramos agropecuário (85% - que não necessariamente contemple a totalidade do cenário, uma vez que uma grande maioria dos associados de cooperativas agropecuárias se caracterizam na agricultura familiar, e este fator possa apenas representar que no núcleo familiar, ainda seja o homem quem cede e subscreve o nome enquanto chefe de família para associar-se à cooperativa) e de transporte (90% - por se tratar de uma atividade ainda predominantemente masculina).

Em contrapartida, pode ser observada uma maior igualdade entre os gêneros no que compete aos ramos de consumo (51% e 49%), crédito (56% e 44%) e de saúde (o único onde se sobressai a proporção de associadas mulheres em comparação ao quadro masculino, representando 53% do total de cooperados). Essa proporção superior do público feminino associado à cooperativas de saúde, se justifica pela maior preocupação e envolvimento do grupo para com a atividade em questão, segundo dados do Programa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

No que diz respeito à busca por redução das desigualdades de gênero no quadro de colaboradores das cooperativas em território nacional, a realidade não é diferente. O anuário do cooperativismo de 2021 traz que a proporção geral de colaboradores das organizações em atividade no território nacional encontra-se atualmente dividida em 61% do sexo masculino e 39% do sexo feminino. A leitura que se pode fazer frente à estes dados considerados sob o olhar dos ramos de atuação das cooperativas, ainda que semelhantemente à realidade dos associados, é que estes já estão melhor

distribuídos entre os dois gêneros, com destaque apenas para o as cooperativas de infraestrutura, onde a proporção segue superior a 80% de colaboradores do sexo masculino.

Os fatores que caracterizam tais proporções no que tange ao gênero dos associados e colaboradores das cooperativas em território nacional ainda que subjetivos, retratam a realidade do país em questão. Percebe-se uma predominância do sexo masculino especialmente em áreas onde o trabalho se caracteriza de certa forma como mais manual - como é o caso das cooperativas de infraestrutura (81% e 19%), transporte (65% e 35%), e no caso do agropecuário (78% e 22%) segundo os dados da OCB (2021).

Em contrapartida, observa-se novamente nos ramos da saúde (28% e 72%), do consumo (45% e 55%) e de crédito (47% e 53%) - justamente os campos onde normalmente é exigida uma maior especialização e capacitação dos colaboradores e onde a associação se faz de maneira individual e não por meio da propriedade como para a produção rural -, uma equidade maior entre a proporção dos sexos dos indivíduos que estão vinculados ao modelo (OCB, 2021).

Os dados presentes no relatório da OCB (2021) ilustram primeiramente a trajetória do modelo cooperativo com vistas à inclusão social e igualdade de gênero e, ao mesmo tempo, chama atenção para todo o potencial e necessidade de ações futuras que promovam ainda mais a igualdade de oportunidades para a sociedade. Outros estudos também fazem referência à importância da inclusão social de minorias e grupos vulneráveis relacionados ao papel que o modelo cooperativo desempenha e pode desempenhar (LAL, 2018; FIGUEIREDO, FRANCO, 2018; ANJOS, SILVA, PEREIRA, 2018; RAUSTINSYAH, SANTORO, SARI, 2021).

Da mesma forma, considerando a finalidade social do movimento cooperativo, torna-se importante fazer menção a regulamentação por meio da qual as organizações direcionam suas atividades. A Lei Nacional 5.764, de 1971 - também conhecida como Lei do Cooperativismo – prevê o destino de montantes proporcionais ao faturamento das organizações ao longo do

exercício de cada ano, para investimento em ações de responsabilidade social e de construção de fundos para investimento nas comunidades em que estas atuam.

A construção da dimensão social dentro do modelo cooperativo permeia diferentes frentes de atuação, e percebe-se também na inclusão social, não discriminação e redução das desigualdades, o processo de construção e consolidação das condições para a sustentabilidade. Levando em consideração primeiramente o princípio da Livre Adesão, destaca-se a acessibilidade universal à associação uma vez que o ingressante cumpra com os requisitos estabelecidos nos regimentos regulatórios internos da organização. Dessa maneira, conforme destaca Kurimoto (2016), se o cooperado atende os pré-requisitos reunidos no que a cooperativa indica em seu estatuto de forma objetiva, ele não pode ser recusado pela organização em função de sua forma de conduta, credo, condição social, racial e/ou convicção política.

É justamente esta pluralidade heterogênea que forma-se no âmbito do cooperativismo - e que fornece diferentes formas de ver o mundo - que, por meio do processo dialético, fortalece o espírito do cooperativismo (SCHNEIDER, 2012), e que fortalece o pertencimento de distintos indivíduos à organização como agente de fomento do capital social no território em que está inserido.

Somando-se a todos os aspectos já mencionados, as ações de responsabilidade social desenvolvidas por cooperativas em todo território nacional caracterizam também elementos de conexão do modelo cooperativo com a dimensão social na construção das condições para a sustentabilidade (CHAVES ÁVILA, MONZÓN CAMPOS, 2018; FERNANDEZ-GUADAÑO, LOPEZ-MILLAN, SARRÍA-PEDROZA, 2018).

A responsabilidade social existe em diferentes formas tanto em empresas privadas quanto nas cooperativas, e tem como finalidade, por meio de ações voltadas para a comunidade em que as organizações estão inseridas, a promoção de um cenário socialmente mais inclusivo, economicamente mais equitativo e ambientalmente mais sustentável. É nesse sentido que em 2009

em Minas Gerais, deu-se início ao Dia de Cooperar - Dia C, um programa que reúne as ações de responsabilidade social propostas e executadas por cooperativas, de maneira a fomentar sua comunicação e estabelecer um vínculo ainda maior com os territórios onde atuam - assim como sugere Churchill e Peter (2012), promovendo a informação, a conscientização e o senso de pertencimento destas para com as comunidades em que atuam.

Ao longo dos anos seguintes, as atividades de responsabilidade social desenvolvidas pelas cooperativas de todo território nacional foram sendo vinculadas ao programa Dia C e este, por sua vez, foi acolhido e incentivado pela OCB, com o objetivo de “executar iniciativas de responsabilidade social nas comunidades em que as cooperativas estão inseridas, por meio de ações voluntárias, ajudando, assim, pessoas a transformarem suas vidas” (SESCOOP, 2021a, p. 4), com um crescimento contínuo de ações ao longo dos últimos anos, assim como de voluntários envolvidos e do público beneficiado por tais ações, o que permite observar parte dos impactos e relações do modelo cooperativo para com os territórios aos quais as organizações estão vinculadas, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de ações, beneficiados e voluntários envolvidos no Dia C promovido pelas cooperativas brasileiras no período de 2017 a 2019

	2017	2018	2019	2020
Número ações	1.134	1.679	1.931	2.536
Beneficiados	763.311	1.162.523	1.231.977	4.141.951
Voluntários	52.927	65.473	88.965	105.015

Fonte: SIS Dia C (2017, 2018, 2019 e 2020).

Em se analisando as ações desenvolvidas pelo modelo cooperativo no território nacional no Dia C ao longo dos anos 2017, 2018, 2019 e 2020 pode-se observar que estas têm sido crescentes. No ano de 2017 foram desenvolvidas 1.134 ações passando para 2.563 ações em 2020, o que representa um aumento de 226%, conforme apresenta a tabela x, o que ilustra o crescente engajamento das cooperativas em prol da iniciativa e promoção de atividades vinculadas ao Dia C. O caráter de livre-adesão do movimento ao

redor do Dia C evidencia uma preocupação crescente e consequente responsabilidade social com o entorno das regiões em que o modelo atua.

Identifica-se também um aumento expressivo no público envolvido, tanto na condição de beneficiários quanto dos voluntários envolvidos. O total de beneficiados pelas ações desenvolvidas aumentou de 763.311 pessoas em 2017 para 4.141.951 em 2020, o que representa um aumento de 542,6%. Considerando a descrição das ações desenvolvidas, observa-se que estas buscaram contribuir principalmente com demandas cada vez mais gerais da comunidade, envolvendo entidades assistenciais, escolas, hospitais e os grupos vulneráveis (incluindo jovens, mulheres e idosos), além de ações de caráter mais coletivo, atingindo milhares de pessoas, especialmente em 2020, com as iniciativas de prevenção a Covid-19, por meio de campanhas diversas de esclarecimento sobre a doença, doação de máscaras e álcool gel, entre outras.

Pode-se observar também um crescimento de 198,4% no que tange ao número de voluntários envolvidos nas ações desenvolvidas no mesmo período, sendo que o número de envolvidos foi de 52.927 em 2017 para 105.015 em 2020. Estes números demonstram uma preocupação dos *stakeholders* envolvidos com as cooperativas (colaboradores, cooperados, parceiros, entre outros) com construção de soluções aos problemas comunitários (OCB, 2018), configurando-se assim, agentes de promoção do progresso e do desenvolvimento local (FERNANDEZ-GUADAÑO, LOPEZ-MILLAN, SARRIA-PEDROZA, 2020).

Por fim, cabe destacar nas relações que o modelo cooperativo estabelece para com a dimensão social da construção das condições para a sustentabilidade, a geração não apenas de empregos que acontece em decorrência da atividade cooperativa, mas sim a geração de trabalho decente viabilizada por meio do movimento (BASTIDA, VAQUERO, CANCELO, 2020; RAMOS, 2011; FARIA, ALBINO, 2018).

No ano de 2019, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, reconheceu e destacou na Declaração Centenária para o Futuro do Trabalho -

que aprimora o arcabouço jurídico global voltado às relações de trabalho - o papel do modelo cooperativo na geração de condições decentes de trabalho nos espaços onde este atua (OIT, 2019).

Da mesma forma, em anos passados e recentemente -em dezembro de 2021 – algumas cooperativas gaúchas receberam o selo “*Great Place to Work*” - Grandes Empresas para Trabalhar, que premia organizações de acordo com o clima organizacional na percepção dos colaboradores (SESCOOP/RS, 2021b), o que expressa mais uma vez a conexão entre as organizações cooperativas e o modelo cooperativo como um todo para com as pessoas que estão ao seu redor.

Sendo assim, em diversos aspectos torna-se observável a relação existente entre o modelo cooperativo e os elementos que contribuem para a construção das condições para a dimensão social e demais dimensões da sustentabilidade, seja por meio da proximidade existente entre as organizações e as comunidades onde atuam, de sua constituição, de sua estruturação enquanto modelo de organização social, da sua construção conjunta na busca de soluções aos problemas comuns à todos, assim como de sua característica de socialização de bens e capitais por meio do trabalho e do engajamento coletivo (BASTIDA, VAQUERO, CANCELO, 2020; RAMOS, 2011; FARIA, ALBINO, 2018).

3.3 A dimensão econômica

Analisar os aspectos econômicos segundo os quais o modelo cooperativo relaciona-se com a construção das condições para a sustentabilidade não é em si uma tarefa fácil, devido ao que nas discussões acerca do desenvolvimento sustentável refere-se ao caráter interdependente e indissociável das suas dimensões - onde os fatores dependem uns dos outros mutuamente e muitas vezes não são passíveis de serem analisados de maneira individual e separados. Neste viés, os fatores que concernem a trajetória à uma realidade mais socialmente inclusiva, economicamente justa e ambientalmente saudável são não apenas interligados entre si, como também dependentes um do outro, o que faz com que sua discriminação e separação

ocorra no erro de se analisar o todo de forma unilateral e binária, como em uma relação imediata de causa e efeito.

Tome-se como exemplo a geração de emprego viabilizada no modelo cooperativo: A cooperativa não apenas gera emprego – decente, com boas condições de trabalho, como já manifestado pela OIT e pelo prêmio *great place to work* – impactando a dimensão social da sustentabilidade, como também por meio destes empregos gerados, produz e distribui riquezas, proporcionando renda para os colaboradores das organizações.

Fatores como o caráter plural das dimensões por meio das quais se constroem as condições para a sustentabilidade, servem de exemplo para demonstrar a necessidade de um olhar complexo e multidimensional sobre o processo de construção das condições para a sustentabilidade e o papel que o modelo cooperativo desempenha ao longo deste processo.

Seguindo o raciocínio da geração de emprego um fator relevante da contribuição das cooperativas para a dimensão econômica reside na construção da sustentabilidade nos espaços em que o modelo cooperativo atua (BASTIDA, VAQUERO, CANCELO, 2020; RAMOS, 2011; FARIA, ALBINO, 2018). Estima-se que para o ano de 2020, existam cerca de 280 milhões de empregos diretos gerados ao redor do mundo em cooperativas, dos quais 425 mil encontram-se no Brasil e 68,3 mil no Rio Grande do Sul (OCERGS, 2021).

A respeito destes empregos diretos gerados a nível estadual, cabe ressaltar que os salários pagos em organizações cooperativas aos seus colaboradores correspondem a em média 5% a mais do que a média paga pela iniciativa privada de modo geral, representando respectivamente R\$ 2.460,00 e R\$ 2.342,00 (OCERGS, 2021).

Ainda sobre a distinção entre as dimensões da construção das condições para a sustentabilidade, destacam-se os níveis relacionados à educação e renda dos territórios com atuação de cooperativas. Tomando como base o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser (FEE)

municípios que têm cooperativas apresentam níveis superiores àqueles onde a presença das cooperativas é menor (OCERGS, 2021).

A desigualdade existente entre indivíduos e regiões faz-se um tema relevante ao longo do processo de construção das condições para a sustentabilidade. Em diferentes estudos as equipes de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa em Minas Gerais e o Observatório do Cooperativismo Brasileiro, vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto em São Paulo se propuseram a analisar e desenvolver tal perspectiva, olhando para fatores como o acesso ao crédito rural por meio do modelo cooperativo como ferramenta de diminuição das desigualdades (NEVES, 2020) e a possibilidade de promover técnicas mais eficientes na produção rural com projetos de extensão rural vinculados às organizações cooperativas (FREITAG et al, 2021).

Segundo a análise destes estudos, o modelo cooperativo constitui um agente de disseminação de informação e formação nos territórios onde atua, trabalhando com a extensão rural e capacitação da sociedade civil, o que conduz a uma maior eficiência nas atividades produtivas desenvolvidas, assim como uma maior sustentabilidade das propriedades rurais contempladas no processo (FREITAG et al, 2021), configurando impactos e benefícios econômicos diretos e indiretos para o meio.

Da mesma forma, o modelo cooperativo tem se mostrado em diferentes setores da economia brasileira um meio para a comercialização e o acesso a crédito e a políticas públicas para seus associados, seja por meio das linhas de crédito especiais oferecidas para associados em cooperativas agropecuárias, como em função das linhas de acesso à financiamento disponibilizadas por cooperativas de crédito nos territórios em que estas atuam (COSTA et al, 2019). Dessa maneira, por meio do acesso ao crédito, as cooperativas viabilizam poder de compra e articulação aos associados e demais indivíduos dos territórios em que atuam, possibilitando um giro maior da economia local e consequentemente seu desenvolvimento (ZIKALA, 2016; ASSOGBA et al, 2017).

Sobre a economia local, torna-se relevante atentar para a realidade brasileira, onde mais de 70% dos municípios em território nacional podem ser caracterizados como de pequeno porte - com até 20 mil habitantes – e onde 39% do total dependem fundamentalmente no aspecto econômico da agricultura e agropecuária, em especial na agricultura familiar (IBGE 2011; IBGE 2012).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental ao longo da história para o desenvolvimento econômico e social não apenas das áreas rurais, mas também da economia do país como um todo. Para Abramovay (1992, p.19) “(...) é fundamentalmente sobre a base das unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas (...)” sendo basilar a valorização deste segmento social. Em outro estudo, o mesmo autor sugere que a principal diretriz na busca do desenvolvimento - rural - deve ser o envolvimento dos atores e a consolidação da agricultura familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo, contendo o êxodo rural (ABRAMOVAY, 2000). É nesta perspectiva que Bialoskorski Neto e Baliero (2000), pontuam que o associativismo, em especial o modelo cooperativo, torna-se uma importante ferramenta capaz de fomentar a permanência de pequenos produtores no campo, assim como de identificar os instrumentos que possam vir a contribuir para a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões.

A agricultura familiar tem apresentado uma relevância crescente no cenário nacional, e tem contado cada vez mais com o apoio do modelo cooperativo para ampliação de mercado comercial e elevação de renda nos territórios em que atua (ZANCO et al, 2019; RONÇANI, 2018). As famílias - e/ou demais associados - vinculadas a uma organização cooperativa conquistam, por meio destas, custos reduzidos em diversos aspectos - como é o caso do acesso a insumos, defensivos, operações logísticas, além de beneficiarem-se em escala produtiva e acesso ao mercado consumidor (MOURÃO, BALDIN, 2021).

Dessa maneira, o modelo cooperativo se caracteriza como o promotor de um acesso facilitado ao conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do agronegócio nas pequenas propriedades e consequentemente dos territórios em que estas atuam (ZANCO et al, 2019; GIAGNOCAVO, GALDEANO-GOMEZ, PEREZ-MESA, 2018; MOURÃO, BALDIN, 2021).

Somam-se aos impactos da dimensão econômica do modelo cooperativo para a construção das condições para a sustentabilidade no território em que atua, os montantes financeiros revertidos de maneira direta para a comunidade, associados e sociedade civil como um todo. Em momentos de crise o modelo cooperativo tem evidenciado ainda mais sua força e importância. Frente às situações difíceis, o interesse pela comunidade torna-se maior, o que faz com que as pessoas se unam para enfrentar tais dificuldades. É por meio da gestão democrática e constante adaptação institucional dos processos internos, que o cooperativismo desempenha um papel de peça-chave no desenvolvimento da economia brasileira (FORGIARINI, 2019; NEVES, 2020; OCB, 2021).

Considerando o ano de 2020 - cujos relatórios de 2021 fazem referência - pode-se ter uma noção um pouco mais objetiva dos impactos do modelo cooperativo na dimensão econômica. No território nacional, as organizações cooperativas apresentaram um faturamento de R\$ 414,9 bilhões de reais. Deste valor, cerca de R\$ 13 bilhões correspondem ao montante pago em impostos e tributações pelas cooperativas brasileiras. Tudo isso ilustra a contribuição da atividade econômica desenvolvida pelo modelo cooperativo para com a dimensão socioeconômica de toda a sociedade brasileira (OCB, 2021; OCERGS, 2021).

No que tange ao retorno imediato aos associados, a situação também é de positiva relevância. No ano de 2020, as cooperativas brasileiras distribuíram em sobras de seu exercício R\$ 23 bilhões aos seus associados, enquanto quase R\$ 3 bilhões destes correspondem às sobras acumuladas e distribuídas aos associados das 455 cooperativas gaúchas (OCB, 2021; OCERGS, 2021).

À respeito do papel desempenhado pelo modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade em um dado território, destaca-se a dinâmica local (FAGUNDES, FAGUNDES, 2019). As atividades desenvolvidas pelo modelo cooperativo viabilizam geração e distribuição de riquezas a nível local no território em que este atua, indo na direção contrária à que atuam grande parte das empresas privadas. Isso quer dizer que os valores gerados em uma determinada região, são não apenas pagos aos seus colaboradores na forma de salários e tributos destinados aos cofres públicos para o benefício coletivo, mas acima de tudo, são retornados aos cooperados e comunidade na forma de distribuição das sobras e investimentos em programas de responsabilidade social e desenvolvimento local. Com isso, tem-se que a riqueza gerada, é consumida e reinvestida no território em que o modelo cooperativo atua, fomentando o crescimento e desenvolvimento econômico local.

3.4 A dimensão ambiental

A construção das condições para a sustentabilidade tem como elos principais as questões institucionais, sociais, econômicas e ambientais e constitui na dimensão ambiental um ponto chave interconectado às demais dimensões. Contudo, faz-se importante uma separação de dois aspectos na construção da reflexão à respeito da dimensão ambiental. Em um primeiro momento, faz-se necessário analisar a dimensão ambiental como aspecto da gestão organizacional, e em que consiste essa dimensão na perspectiva do modelo cooperativo, para então se analisar a direção oposta, elucidando de que maneira o modelo cooperativo pode participar na construção das condições para a sustentabilidade a partir da dimensão ambiental.

3.4.1 O caráter organizacional da dimensão ambiental

O fator ambiental é percebido por muitas organizações não apenas como algo que carece à sua proteção, mas também relativo ao caráter de administração e gestão (ANDRADE, TACHIZAWA e CARVALHO, 2002). Este tem sido um direcionamento plural e multidirecional que passou a fazer parte do planejamento estratégico das organizações não apenas na ótica

operacional, mas também na formulação dos planos de ação e na construção e elaboração de cenários relativos às operações destas organizações. A proposta de aliar a dimensão ambiental às práticas de gestão com enfoque estratégico precisa ser posta em prática e estabelecida acompanhada de uma série de mudanças de valores e visão de mundo, não apenas dos gestores, como da organização e demais agentes que participam deste processo como um todo.

Dessa maneira, a gestão ambiental é articulada como uma alternativa para obter um melhor ajuste entre o cenário capitalista de busca de crescimento e a conservação ambiental nas organizações, e é definida por Maimon (1996, p.72) como um “conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”.

Barbieri (2004) estrutura em três abordagens o que as organizações podem adotar referente à gestão ambiental, de acordo com sua consciência, tipo e tempo de atuação e tamanho, quais sejam: controle da poluição, prevenção da poluição e estratégica. Ainda que o autor se refira às empresas de uma forma geral, sua construção pode ser considerada de acordo com o modelo cooperativo, como pode ser observado no Quadro 8, na página seguinte.

A construção tripartida do raciocínio em Barbieri (2004) repete a dinâmica temporal da sustentabilidade do pensamento de Edmund Burke que considerava a sustentabilidade de um sistema a partir da relação democrática entre os mortos, os vivos e os ainda não nascidos (SCRUTON, 2016), e toda a base fundamental do recorte ambiental proposto na Agenda 2030, entre tantas outras articulações para a promoção ambiental, que pode ser também observada sob 3 lentes: A sustentabilidade em sua perspectiva ambiental por meio de uma produção responsável, um consumo consciente e uma gestão e descarte adequado dos resíduos (ONU, 2015).

O controle da poluição, na leitura de Barbieri (2004), se caracteriza pelo comportamento reativo da empresa, em geral com fins de atender as

exigências legais. Organizações que estão nessa fase tendem a aplicar as tecnologias chamadas *end-of-pipe*, que se caracterizam pelos controles de final de processo, tentando apenas capturar e tratar a poluição gerada na produção. Nesse caso, os métodos aplicados podem ser custosos, sem necessariamente agregar valor ao produto e nem sempre são eficazes.

Quadro 8: Abordagens organizacionais de gestão ambiental

Características	Abordagens		
	Controle da poluição	Prevenção da poluição	Estratégica
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos (e recursos)	Posição de vanguarda, transformar o comportamento ambiental em competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e proativa [resiliente – tendência a voltar à condição inicial]	Reativa e proativa e antifrágil (TALEB, 2014) – tendência a se reconstruir e crescer por meio das adversidades
Ações típicas	Corretivas	Corretivas e preventivas	Corretivas, preventivas e antecipatórias
	Tecnologias de remediação e de controle no final do processo (<i>end-of-pipe</i>)	Conservação e substituição de insumos e recursos naturais	Antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazos
	Aplicação de normas de segurança	Uso de tecnologias limpas	Uso de tecnologias limpas
Percepção dos associados, colaboradores e gestores	Custo adicional	Redução de custo e aumento da produtividade	Vantagens competitivas, aumento do capital social e benefício da comunidade
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas produtivas	As principais ações ambientais confinadas nas áreas produtivas	Atividades ambientais disseminadas pela organização
		Há crescente envolvimento de outras áreas	Ampliação das ações ambientais para toda a cadeia produtiva, e promoção da educação e conscientização ambiental dos <i>stakeholders</i>

Fonte: Adaptado de Barbieri (2004).

A prevenção da poluição, por outro lado, constitui uma abordagem que atua nos produtos e processos, usando de tecnologias limpas para aperfeiçoar o processo de produção e eliminar a maior parte dos resíduos na fonte. Os resíduos que não podem ser eliminados ou reaproveitados no processo produtivo são tratados no controle de produção *end-of-pipe*.

Já na abordagem estratégica, a organização além de efetuar controles e prevenção da poluição, busca oportunidades para seu negócio no momento atual e/ou futuro. Um maior interesse por parte dos *stakeholders* nas questões ecológicas pode provocar ameaças e oportunidades no ambiente de atuação da organização, o que pode trazer benefícios uma vez que tratados de forma estratégica, como a melhoria da imagem da organização, maior comprometimento dos colaboradores e melhores relações de trabalho, maior produtividade, criatividade, novos desafios, acesso a diferentes mercados (como o externo), melhor relacionamento com a comunidade, grupos ambientalistas e demais *stakeholders*, entre outros fatores (BARBIERI, 2004).

Nesses processos, um fator de fundamental importância é a participação e o envolvimento das pessoas e do meio e, para isso, é necessário que estes conheçam o que é a gestão ambiental, sua importância e seus objetivos (SOUSA et al, 2018). Por meio da educação e conscientização ambiental, o modelo cooperativo é capaz de promover mudanças nas comunidades em que atua, transmitindo e discutindo as informações e dados sobre como atuar de forma responsável perante o ambiente e de que maneira isso impacta na sociedade (GUESTA, 2005).

Explorar a dependência do contexto que dá direção às práticas ambientais corporativas tem aumentado nos últimos anos, dando atenção à aspectos diversos no que relaciona a participação da sociedade na atuação e tomada de decisão das empresas, o que pode levar a diferentes expressões de tais comportamentos (JAMALI e KARAM, 2018). Um dos fatores que pode explicar as diferenças de comportamento das organizações no aspecto ambiental está relacionado à concentração de propriedade e a relevância da participação dos associados nesse processo, capazes de desempenhar papéis centrais no processo de construção das condições para a sustentabilidade.

A orientação e conscientização do público quanto às questões ambientais – possível no modelo cooperativo por meio do princípio da educação, formação e informação – tem se destacado e se tornado cada vez mais frequente (NEKHILI et al, 2017). Contudo, é necessário atentar para o fato de que as práticas ambientais adotadas por uma organização representam um reflexo do contexto institucional em que ela opera (CAMPBELL, 2007; MATTEN e MOON, 2008), onde, uma vez observando-se o modelo cooperativo, pode-se construir o raciocínio que vem sendo desenvolvido ao longo do presente estudo.

Soares et al (2020) apresenta uma linha de pensamento que associa as relações familiares e a concentração de propriedade como um fator de engajamento das organizações para com as práticas de responsabilidade social e ambiental que estas desempenham, destacando a necessidade de se considerar o contexto em que estas operam.

Neste sentido, diversos mecanismos direcionam as ações dos gestores de uma organização, que se subdividem nos âmbitos interno – a exemplo o conselho de administração, a estrutura de remuneração dos executivos e a concentração de propriedade e a participação e envolvimento dos associados – e externo – como é o caso de pressões de aquisição, monitoramento de analistas e regulação local (CONNELLY et al, 2010; JO e HARJOTO, 2011).

Dam e Scholtens (2013) argumentam a respeito dos esforços despendidos por grandes acionistas voltados para práticas ambientais e de Responsabilidade Social, alegando que estas podem beneficiar diversos *stakeholders*, sem, no entanto, trazer recompensas financeiras para os acionistas. Em uma empresa privada tradicional, cuja finalidade está em construir lucros para os acionistas, esta visão pode ser imediatamente percebida como conflitante com a construção das condições para a sustentabilidade, contudo, uma vez compreendida a finalidade social do modelo cooperativo, e sua atuação para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do território em que atua, o raciocínio de Dam e Scholtens (2013) ganha outro significado.

Ducassy e Motandrau (2015) por outro lado, afirmam que quanto maior for a participação de um acionista no capital social – aqui não mais o que fora proposto e discutido enquanto elo de conexão social entre indivíduos e sim na forma de composição estatutária das organizações – menor será a probabilidade da implementação de programas e ações ambientais e de responsabilidade social que não forneçam um claro retorno do investimento, mesmo que ele seja socialmente ideal. Cabe, portanto, a ressalva a respeito desta distribuição da participação dos acionistas no modelo cooperativo.

O modelo cooperativo se torna uma ferramenta para lidar com o desafio levantado (SOARES et al,2020; DAM e SCHOLTENS, 2013; DUCASSY e MOTANDRAU, 2015), uma vez que pulveriza e distribui a participação dos associados, enquanto acionistas, a uma condição igualitária e democrática entre todos estes. A dinâmica presente no modelo de participação faz parte do processo que estabelece a legitimação institucional da organização, o que contribui para a atuação firme e direta em questões ambientais e de responsabilidade social (SANTOS, WALTER, BERTOLINI, 2019; CASAGRANDE, LAVARDA, 2015). Contudo, a não participação e envolvimento destes mesmos associados, pode acarretar no fornecimento incerto do retorno de tais investimentos, ainda que estes sejam positivos e benéficos ao coletivo. Uma vez mais, a importância da percepção a respeito do benefício (CHURCHILL e PETER, 2012) é uma via de duas mãos que aproxima o associado da organização cooperativa ao mesmo tempo em que demanda sua participação e envolvimento.

O comportamento das organizações tem se aproximado cada vez mais de princípios e atitudes que promovam ações socialmente responsáveis, com a finalidade de contribuir com a construção das condições para a sustentabilidade (MUNK e SOUZA, 2009), e isso requer uma mudança na consciência e postura organizacional, fator que vai além de questões apenas mercadológicas (LIMA, 2013). O que se deve buscar é, portanto, proteger e melhorar a qualidade do ambiente visto que o contexto exige padrões éticos, boa imagem institucional e uma atuação ecologicamente responsável das organizações (TACHIZAWA, 2007).

Santos et al, (2019) destaca que para obter êxito na construção da sustentabilidade, é preciso compreender as relações organizacionais, tanto quanto destas com os demais agentes envolvidos no processo todo, de modo a integrar a sustentabilidade nas operações, estratégias e gestão dos recursos sociais, ambientais e econômicos existentes.

Para isso, o modelo cooperativo – assim como demais organizações – precisa encontrar formas de estabelecer sua legitimidade diante das pressões externas e internas às quais está submetido, por meio de práticas de sustentabilidade, incorporadas em sua gestão, visando tanto sua perpetuação e sobrevivência institucional, quanto a construção de vantagens competitivas (GARRIDO e SALTORATO, 2015).

3.4.2 O papel do modelo cooperativo na dimensão ambiental

A dimensão ambiental, enquanto recurso natural, pode também ser observada sob uma perspectiva diferente, não apenas como sujeito na relação do modelo cooperativo para com a construção das condições para a sustentabilidade. Ao inverterem-se os fatores da equação, emerge a questão relativa ao papel do modelo cooperativo na dimensão ambiental e de que maneira estes participam da construção das condições para a sustentabilidade.

Primeiramente, faz-se importante delimitar o aspecto tripartido da dimensão ambiental neste processo, estruturada em uma dinâmica de início (a origem das coisas), meio (a maneira com que se dá o seu uso e consumo) e fim (a gestão e o descarte adequado de eventuais resíduos). Dessa maneira, pode-se melhor delimitar as direções por meio das quais é possível observar tal relação.

O modelo cooperativo constitui uma dupla funcionalidade organizacional – enquanto ente de mercado e associação de representação coletiva e de interesses comuns – como já tratado. Cabe, porém, uma terceira via sob a qual o modelo cooperativo constrói um papel de ferramenta para a construção das condições para a sustentabilidade: o papel de liderança e de agente de educação e conscientização ambiental, fomentador de mudanças, que além de

gerar vantagens organizacionais e de mercado, comporta-se como um agente de vanguarda no território em que atua.

O quinto princípio norteador do modelo cooperativo – o da educação, formação e informação – fundamenta que as organizações têm condições de se aproximar dos diferentes agentes da sociedade, tanto de maneira interna com colaboradores, fornecedores e demais envolvidos nos processos operacionais, quanto externa – com a comunidade local à qual estão vinculadas, promovendo ações de responsabilidade social e construindo comportamentos e hábitos ambientalmente mais responsáveis e conscientes (SCOPEL, SANTOS, 2020).

O viés da atuação ambiental, como mencionado, articula-se em três frentes com as quais o modelo cooperativo pode atuar de forma direta, são elas: 1) a origem, ou produção responsável; 2) o consumo consciente; e 3) a gestão adequada e destino dos resíduos oriundos de sua atividade. No que tange à cada uma dessas frentes, percebe-se novamente o caráter interligado de indissociabilidade e interdependência já mencionado ao longo das discussões anteriores, onde um mesmo fator tem relação com outras dimensões do ideal de sustentabilidade.

Analisando em uma direção linear, o primeiro aspecto constitui-se na origem dos recursos, gestão adequada destes, e produção de bens e serviços de maneira limpa. É neste ponto que se destaca a importância do uso de fontes alternativas de geração de energia – já facilitadas e incentivadas também nas dimensões social e econômica – assim como de produção local, incentivo à permacultura, agroecologia e produção de alimentos orgânicos no ramo agropecuário, e preferência por fornecedores que atuem de maneira ambientalmente responsável e sustentável. Torna-se importante, portanto, uma atuação rígida das organizações cooperativas voltadas ao uso de tecnologias limpas e sistemas inteligentes nas etapas de origem de seus produtos e serviços (SANTOS, WALTER e BERTOLINI, 2019; TOMAZZONI, 2015).

A segunda perspectiva por meio da qual o modelo cooperativo pode participar da construção das condições para a sustentabilidade é na formulação

e fomento de políticas para consumo consciente e responsável tanto em seu funcionamento interno organizacional (SCOPEL, SANTOS, 2020; SOUSA et al, 2018; TOMAZZONI et al 2015), quanto a nível sociedade, promovendo a educação e conscientização ambiental à tal respeito nas comunidades em que atua (FIGUEIREDO, FRANCO, 2018; SCHNEIDER, HENDGES, 2006).

O consumo responsável abrange as duas extremidades de toda a cadeia de atividades do modelo cooperativo, desde a produção até o gerenciamento dos resíduos, e compõe na Agenda 2030 da ONU, um dos pontos de mais fundamental importância para a viabilização da sustentabilidade (ONU, 2015). Consumir de maneira responsável e consciente significa optar por produtos de menor impacto ambiental, adotar políticas de não desperdício, priorizar aspectos locais e que interajam com a construção da sustentabilidade também por meio das demais dimensões que a compõem.

Por último, o modelo cooperativo pode desempenhar um papel protagonista e de fomento na gestão dos resíduos, sua reutilização, redução e reciclagem. Em nível interno, as organizações que integram devem dar prioridade a bens reutilizáveis e/ou com origens sustentáveis, construindo políticas organizacionais que evitem o descarte inadequado dos resíduos. No aspecto externo, o modelo cooperativo pode ser responsável tanto pela educação e conscientização, quanto por políticas próprias para os associados e a comunidade em geral (SCHNEIDER, HENDGES, 2006; SCOPEL, SANTOS, 2020), voltadas para questões como logística reversa, fomento a centrais de triagem coletiva de resíduos, e inclusive fomento a ações de maior impacto direto como no caso do ramo agropecuário.

O ramo agropecuário é, não apenas, um dos dependentes mais diretos do aspecto ambiental, dado que toda a atividade é ao mesmo tempo dependente e impactada pelo ecossistema, mas também consiste em uma das maiores gerações de resíduos em decorrência da atividade. Diferentes publicações atentam que estes resíduos podem ser coletivamente recebidos e geridos pela própria organização cooperativa, de modo a otimizar sua gestão (STOLL, POON e HAMILTON, 2014; SANTOS, WALTER E BERTOLINI, 2019), encaminhando para reciclagem por meio da logística reversa quando possível,

e quando orgânicos e biodegradáveis, podem ser utilizados para a geração de insumos agrícolas e produção de gás combustível a partir de biodigestores, que será futuramente convertido em energia que pode tanto suprir a necessidade direta de eletricidade da organização, quanto pode ser repassada aos associados, de modo a tornar suas atividades mais responsáveis e ambientalmente sustentáveis (PROKA, LOORBACH e HISSCHMOLLER, 2018; SIFAKIS et al, 2019).

Por fim, cabe a reflexão proposta por Giesta (2005), que destaca que o envolvimento de organizações com as práticas ambientais contribui diretamente para a construção e fortalecimento do capital social – agora novamente referindo-se ao laço e rede de relações de pertencimento e comunidade – nos territórios em que estas atuam, e uma vez se tratando do modelo cooperativo, percebe-se a relevância deste aspecto com ainda maior impacto.

A construção de melhores condições de vida, de desenvolvimento local, economicamente viáveis, socialmente inclusivas e ambientalmente responsáveis, é o que possibilita a construção das condições para a sustentabilidade, e é por meio do caráter institucional e de sua legitimidade (SANTOS, WALTER, BERTOLINI, 2019) para com as comunidades onde atua que o modelo cooperativo consegue construir e viabilizar o senso de pertencimento coletivo (GIESTA, 2005; LIZARRALDE, 2009) segundo o qual faz sentido articular a construção da sustentabilidade. É identificando este pertencimento local – vide capital social – que constrói-se o amor ao lar, e é por meio desse amor ao lar que faz sentido pensar em preservá-lo, conservá-lo e promover a construção das condições para a sustentabilidade (SCRUTON, 2016).

A construção do ideal de sustentabilidade nas dimensões institucional, social, econômico e ambiental – que toma como referência a Agenda 2030 (ONU, 2015) – objetiva consolidar um referente objetivo para que seja possível analisar a participação do modelo cooperativo em seu processo. Dessa forma, o modelo, enquanto representação de sua dupla natureza, deve preocupar-se com sua sustentabilidade institucional e com a atuação em harmonia com os

princípios e valores que o norteiam, para que assim possa interagir e gerir as dimensões social, ambiental e econômica de suas atividades e do território em que atua.

Pode-se perceber o modelo cooperativo dessa forma, como uma ferramenta para a construção da sustentabilidade, enquanto promotor de mudanças, autonomia, conscientização e pertencimento coletivo de seus associados e demais membros da comunidade, participando assim do processo de construção do que entende-se como as condições para a sustentabilidade.

4 A SUSTENTABILIDADE POR MEIO DO MODELO COOPERATIVO

O papel desempenhado pelo modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade, como pôde-se observar, permeia uma pluralidade de aspectos interdependentes e indissociáveis nas dimensões institucional, social, econômica e ambiental. A construção destas condições não se dá de forma estática e menos ainda pontual. As ações e práticas que cabem ao modelo cooperativo envolvem fatores relacionados à gestão e governança organizacional, assim como práticas relacionadas ao coletivo de cooperados e comunidade.

Torna-se importante, dessa forma, estabelecer um modo de gestão e análise que possa ser observada pelo modelo cooperativo a fim de que as organizações possam administrar suas práticas, e para tanto, a partir das construções teóricas que relacionam o modelo cooperativo com a construção das condições para a sustentabilidade foi desenvolvida uma matriz de indicadores, que compõe o grupo de aspectos aos quais as organizações devem atentar, considerando novamente as dimensões institucional, social, econômica, e ambiental.

A matriz elaborada e apresentada no Quadro 9 permite explorar e observar de que maneira o modelo cooperativo é capaz de institucionalmente gerir os elementos que contribuem para a construção das condições para a sustentabilidade. A matriz de indicadores proposta ampara-se de uma elaboração qualitativa, por acreditar-se que o processo de construção destas condições se dá de maneira subjetiva e não apenas numérica e quantitativa, conforme observado em outros grupos de indicadores que se propõe a compreender um grau ou nível de sustentabilidade para dadas realidades.

Quadro 9: Matriz de Indicadores para a construção das condições para a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo

Dimensão da Sustentabilidade	Indicadores
Institucional	• Adesão e manutenção dos membros; • Prática dos princípios e valores norteadores do modelo; • Práticas de gestão e governança organizacionais; • Canais efetivos de comunicação e trânsito da informação e das relações de tomada de poder;
Social	• Empregos em condições dignas; • Inclusão social e não discriminação; • Educação, formação e informação; • Responsabilidade social cooperativa;
Econômica	• Viabilidade financeira institucional; • Remuneração dos colaboradores e impacto econômico para com os associados; • Investimento em fundos para benefício coletivo; • Viabilização do acesso ao crédito;
Ambiental	• Autonomia para adoção de práticas sustentáveis dos associados; • Uso de tecnologias e inovação para redução de impactos ambientais; • Cumprimento da regulamentação vigente;

Fonte: elaborado pelo autor.

Primeiramente, na dimensão institucional, é importante que o modelo cooperativo atente para a solidez e legitimidade (SANTOS, WALTER e BERTOLINI, 2019) das organizações que o compõem. Neste contexto, cabe a viabilização da adesão de novos membros e manutenção dos atuais associados. É por meio dos indivíduos – seja por meio da adesão de novos membros (SOUZA, SILVA e PINHO, 2020; TAKENAKA et al, 2013) ou da manutenção destes (STABACK, 2020) – que se articulam de maneira livre e com objetivos comuns que o modelo cooperativo é capaz de garantir sua sustentabilidade institucional.

Cabem também no aspecto institucional, a fidelidade e relação das organizações cooperativas para com os princípios e valores que norteiam o

modelo, já mencionados (FAJARDO e ROCHA, 2021; MORENO FONTELA, 2017). O modelo cooperativo consiste não apenas em um agrupamento de indivíduos, mas na representação e continuidade dos valores por meio dos quais se edifica (ALCARÓN-CONDE, ALVAREZ-RODRIGUEZ, 2020; ALCARÓN-CONDE et al, 2022). As cooperativas são instituições sociais que transmitem valores voltados para o compromisso com a comunidade, a solidariedade, a liberdade, a equidade, a igualdade e a responsabilidade social, entre outros fatores (ICA, 1995; DALLE MOLLE, 2014).

Em seguida, unem-se às práticas da dimensão institucional da construção das condições para a sustentabilidade no modelo cooperativo, os aspectos relativos à gestão e governança dessas instituições, onde se destacam o caráter democrático e participativo da gestão, por meio da implantação e envolvimento dos comitês e conselhos de representação do coletivo na organização, assim como assembleias para com os associados, não apenas para prestação de contas, mas para a construção de canais efetivos de comunicação, que articulam a dupla realidade da informação e poder de participação (NEVES, 2020; MACEDO, SOUZA e AMOEDO, 2013), e as redes de fomento e investimento e inovação e intercooperação.

A importância e os desafios envolvidos nos processos de gestão e governança cooperativa são abordados por Chen e Zu (2016), observados sob a perspectiva da otimização dos arranjos institucionais, o aspecto da participação acionária como ferramenta de governança corporativa é analisada por Connelly et al (2016), o que reforça a gestão democrática e participativa presente no modelo cooperativo.

Na dimensão social articula-se primeiramente a análise em vistas à erradicação da pobreza e fome, inovação social, inclusão social e melhoria da qualidade de vida no território em que a organização cooperativa atua (BASTIDA, VAQUERO e CANCELO, 2020; FARIA e ALBINO, 2018). Para isso, destaca-se a relevância da geração de empregos formais – com condições dignas de trabalho – sem discriminações relativas à gênero, raça, preferência religiosa e demais características inerentes às diferenças existentes entre indivíduos.

O caráter de livre adesão e não discriminação dos associados, deve se comportar em duas vias. Assim como a adesão dos associados à organização cooperativa deve se dar apenas com o seu consentimento, é imprescindível que esta adesão não seja vetada ou proibida em função das características e preferências individuais dos proponentes, uma vez que estes cumpram os requisitos exigidos pela organização para sua associação (ANJOS, SILVA e PEREIRA, 2018; LAL, 2018). Com isso, reduzem-se as desigualdades sociais e as consequências destas, gerando caminhos para um cenário mais inclusivo e sustentável socialmente a partir da atuação do modelo cooperativo.

Soma-se à dimensão social o papel do modelo contidos nos princípios de educação, formação e informação (5º princípio) e compromisso com a comunidade (7º princípio), onde as organizações cooperativas desempenham um papel de fomento e viabilização na formação, educação e capacitação da comunidade em que atuam (STABACK, 2020), seja no fornecimento de bolsas de estudo para cooperados, colaboradores e demais membros da comunidade e/ou por meio do investimento direto para a viabilização de cursos de capacitação e em pesquisa científica, assim como o desenvolvimento nas áreas entendidas como prioritárias para si e da comunidade em geral (SCOPEL, SANTOS, 2020).

A viabilização de um contexto de inovação social permite – por meio da educação e capacitação dos diversos agentes da comunidade – a construção de um cenário onde os indivíduos são capazes de resolver os problemas aos quais estão expostos de maneira autônoma e independente (PICCITTI, 2017), viabilizando a liberdade que Sen (2000) alegou ser o caminho para a construção do desenvolvimento.

Ainda na dimensão social da construção das condições para a sustentabilidade por meio da atuação do modelo cooperativo as ações de responsabilidade social desempenhadas pelas organizações com vistas à solução de problemas comuns e melhoria da qualidade de vida. As ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo modelo cooperativo em referência ao programa Dia C foram observadas em Bittenbender et al (2021), e são destacados como ferramentas de construção da sustentabilidade em

Fernandez-Guadaño, López-Millan e Sarriá-Pedroza (2018) e Chavéz-Avila e Monzón-Camopos (2018).

Ainda que previstas na regulamentação que rege as ações do modelo cooperativo (Lei 5.764/71), as ações de RSC compõem um fator de impacto nas comunidades em que acontecem e faz-se importante que estas representem os interesses e valores percebidos como importantes por cada organização. Neste sentido, tanto mais participativas forem as tomadas de decisão das organizações cooperativas neste sentido, mais representativas dos interesses de seus associados serão suas ações de responsabilidade social.

Por último, conclui o aspecto social do modelo cooperativo a construção das relações de pertencimento coletivo local e a rede de capital social fomentada pelo modelo cooperativo para com a comunidade à qual as organizações estão vinculadas (LIZARRALDE, 2009; GUESTA, 2005). É por meio deste vínculo que torna-se possível que os indivíduos percebam-se como integrantes de um coletivo e, em consequência, responsáveis pelo espaço que ocupam.

Compondo a dimensão econômica da construção das condições para a sustentabilidade, o modelo cooperativo deve atentar primeiramente para sua viabilidade financeira. Ainda que a finalidade fundamental do modelo resida na dimensão social, trata-se também de uma empresa que, em função de sua dupla natureza, deve além de representar os interesses coletivos de seus associados, preservar-se e garantir-se economicamente para que possa assim atuar nas demais esferas do mercado e sociedade (FORGIARINI e ALVES, 2018; FAGUNDES e FAGUNDES, 2019; BIALOSKORSKI NETO, 2007).

Uma vez institucionalmente estável e viável, é importante que as organizações cooperativas atentem para a remuneração de seus colaboradores, valorizando com salários justos e dignos o seu trabalho, fator este que possibilita também a redução das desigualdades e gera melhores condições de vida para seus agentes (OIT, 2019; OCERGS, 2021). Além disso, a organização cooperativa deve também atentar para seus resultados enquanto empresa e representante dos interesses dos cooperados, garantindo

a estes um retorno sobre os investimentos que seja interessante e convidativo à suas participações. Ainda que com caráter social, os associados de uma cooperativa esperam obter retornos e benefícios diretos de sua atuação, e grande parte desta questão reside na dimensão econômica (MATACZINSKI, 2020; MARQUES, 2018).

Como parte dos benefícios diretos e indiretos à comunidade viabilizados a partir da atuação das cooperativas, destaca-se os Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) do modelo que, previstos em lei, direcionam extratos dos montantes faturados ao longo do ano de exercício a serem reinvestidos na comunidade. O modelo cooperativo tem como obrigação a destinação de tais verbas, contudo, pode-se fazer mais do que a regulamentação exige (CÂMARA, 2020; FAVARIN, 2018). O investimento retornado à comunidade e, ainda mais, a percepção do benefício de tais investimentos, compõe também um fator relevante para a participação do modelo cooperativo na dimensão econômica da construção das condições para a sustentabilidade.

Além destes pontos, o modelo cooperativo tem o potencial de atuar no fornecimento e viabilização de linhas de crédito específicas para os cooperados e demais agentes da comunidade, com vistas à solução de problemas, investimentos e tecnologias e desenvolvimento dos aspectos inerentes a cada um dos ramos de atuação do modelo (COSTA et al, 2019; RONÇANI, 2018), onde destaca-se a oportunidade de alinhamento com a dimensão ambiental da construção da sustentabilidade.

O primeiro dos indicadores da atuação do modelo cooperativo para a construção das condições para a sustentabilidade a partir da perspectiva ambiental se ampara justamente neste último aspecto mencionado. A viabilização de linhas de crédito e incentivo financeiro para adoção de práticas ambientalmente mais responsáveis por parte dos cooperados e comunidade como um todo – como para a implantação de sistemas para a geração de energia alternativos, tal qual a solar e a partir da decomposição de matéria orgânica para a geração de biogás – deve ser promovida pelas organizações

cooperativas, assim como a educação e conscientização ambiental dos demais agentes envolvidos.

A promoção da autonomia individual como caminho para a construção das condições para a sustentabilidade é discutida em Scruton (2016), enquanto seu fomento por meio da viabilização do crédito especificamente é abordado por Silva et al (2019). Trata-se, portanto, de não apenas buscar a sustentabilidade como objetivo final, e sim cenários onde a autonomia individual seja fomentada e preservada e a sustentabilidade seja consequência de tal arranjo. O papel tanto social quanto ambiental do modelo cooperativo na construção de novas formas de produzir e consumir os bens e serviços – relativos ou não à ação da cooperativa – faz desta um instrumento de consolidação de práticas mais sustentáveis de uma maneira indireta, que vai muito além apenas das ações internas da organização.

Enquanto instituição de representação dos interesses coletivos, de promoção do capital social e de fomento ao pertencimento local em um território, o modelo cooperativo apresenta o potencial de fortalecimento dos laços existentes entre a sociedade e natureza (GUESTA, 2005; LIZARRALDE, 2009), não apenas participando e sim auxiliando no direcionamento da comunidade em que atua para uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento desta (SILVA et al, 2004; SILVA ILHA, 2008), viabilizando assim a construção das condições para a sustentabilidade.

Contudo, vale ressaltar que estas ações internas desenvolvidas pelas cooperativas constituem também um fator de grande impacto na dimensão ambiental da sustentabilidade. Considerando isso, propõe-se como outro indicador ambiental para o modelo cooperativo o uso de tecnologias e processos inovativos voltados à diminuição dos impactos ambientais nas diversas etapas de seu funcionamento. Aqui, residem pontos referentes à gestão adequada e tratamento dos resíduos e efluentes, a adoção de um sistema de programas e metas claro e objetivo para a produção e o consumo mais conscientes de acordo com cada ramo de atuação (TOMAZZONI et al, 2015), programas internos de promoção da sustentabilidade (STOLL, POON e HAMILTON, 2015) e a priorização de fornecedores e parceiros que apresentem

ações voltadas à redução dos impactos ambientais de suas atividades (PROKA, LOORBACH e HISSCHMOLLER, 2018).

Ainda no rol de indicadores da dimensão ambiental há que se mencionar o cumprimento das normas e legislações vigentes relativas à produção, consumo e gestão adequada dos resíduos decorrentes das atividades do modelo cooperativo. Contudo, a cooperativa não deve apenas atender às orientações e diretrizes impostos por tais regulamentações, senão comportar-se como um agente de vanguarda na mudança de comportamentos, viabilizando a adoção de práticas ambientalmente mais amigáveis e responsáveis por parte de seus associados e demais membros da comunidade (ALCARÓN-CONDE et al, 2022; STOOL, POON e HAMILTON, 2015).

A partir da matriz de indicadores proposta, que permite observar e gerir o modelo cooperativo e sua participação na construção das condições para a sustentabilidade torna-se possível observar a relação de ambos de maneira mais concisa.

As formas de se perceber a relação entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade se articulam com abordagens que perpassam entre áreas do saber assim como se articulam de maneira interligada e interdependente. Construir e observar tais relações demanda uma abordagem complexa e é dessa forma que o presente estudo contribui tanto para o modelo cooperativo quanto para o desenvolvimento das discussões acerca da sustentabilidade.

O modelo cooperativo, em função de sua ampla atuação em diferentes ramos e atividades, interage de maneira direta e indireta com as quatro dimensões – institucional, social, econômica e ambiental – a partir das quais se considera o ideal de sustentabilidade proposto, e em função dessa interação, faz possível impactar e gerir de forma mais concisa cada uma destas dimensões.

Ao viabilizar a construção de um cenário economicamente mais viável e justo – com a geração de emprego e renda, promoção do crescimento e desenvolvimento local, e redistribuição das sobras geradas com a atividade de

maneira local – socialmente inclusivo e participativo – onde a livre adesão comporta-se como um fator de representação da liberdade defendida por Sen (2000), e a gestão democrática caracteriza o aspecto de envolvimento e voz dos associados – ambientalmente responsável e saudável – nas ações de responsabilidade social e ambiental, assim como dos processos de educação e conscientização que compõem parte da essência do modelo.

Assim sendo, afirma-se que o modelo cooperativo é capaz de promover institucionalmente mudanças e melhorias nas dimensões social, econômica e ambiental, de modo a representar o interesse coletivo dos envolvidos pavimentando o caminho para uma condição mais sustentável.

É por meio da fidelidade para com os princípios e valores norteadores do modelo e do vínculo para com a comunidade, que o cooperativismo é capaz de participar da construção das condições para a sustentabilidade, transitando entre suas dimensões, e reforçando o elo de pertencimento local e de capital social entre os agentes do território e que atua.

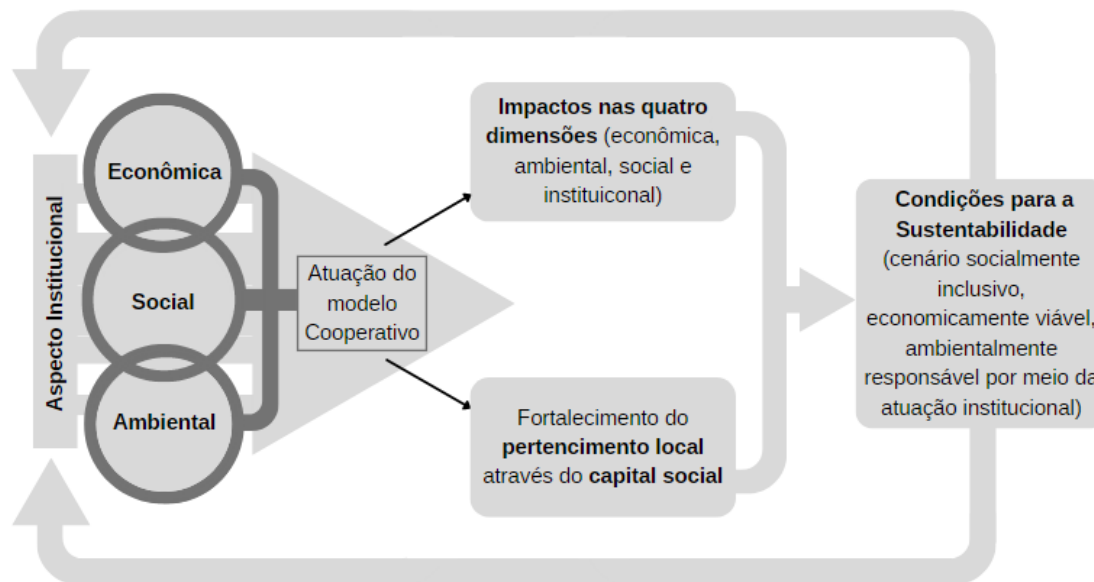
A discussão da sustentabilidade a partir do modelo cooperativo não deve se destinar apenas a um meio ambiente saudável, senão à fatores cujos efeitos produzem e causam como consequência um meio ambiente saudável. Tal construção, como sugere Scruton (2016), deriva do fortalecimento da *oikophilia* – que compõe o sentido de amor ao lar – dos agentes que integram a comunidade. Dessa forma, nenhum projeto de larga escala – seja este a partir do modelo cooperativo, de empresas privadas tradicionais, de organizações não governamentais, ou do próprio Estado – terá êxito se não estiver enraizado no raciocínio prático de pequena escala, na dimensão local do agir.

Segundo o viés de pensamento global e ação local (BECK, 2011), o papel do modelo cooperativo consiste também em incentivar os agentes em uma perspectiva individual a construir as condições para a sustentabilidade, promovendo sua autonomia e independência. O Declínio das associações civis tem muitas causas, e uma das mais importantes consiste no confisco dos poderes do cidadão (PUTNAM, 1995).

Uma vez que se constroem aspectos voltados ao capital social existente em um dado território, ao fomento das relações de pertencimento e a percepção do espaço como algo ao qual estamos vinculados, torna-se possível reconstruir o coletivo, e estabelecer as condições sob as quais as pessoas sejam capazes de administrar em seu próprio meio ambiente, num espírito de intendência zelosa que facilite as ações coletivas e associativas, políticas que vêm a ser necessárias para realizar o que os individualmente não seria possível (SCRUTON, 2016).

É justamente a interação e capacidade institucional de impacto do modelo cooperativo para com as dimensões que compõem a discussão sobre a sustentabilidade, mas também a capacidade de representação e legitimação do coletivo, que consolidam a participação do modelo na construção das condições para a sustentabilidade, como ilustra a figura 2.

Figura 2: A construção das condições para a sustentabilidade por meio do modelo cooperativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposição que aqui se faz, é de que a construção das condições para um ideal de sustentabilidade reside no equilíbrio e articulação das quatro dimensões propostas pela Agenda 2030 – dimensões institucional, social,

econômico e ambiental. Contudo, Entende-se que a dimensão institucional ocupa uma posição diferente da proposta inicial da Agenda.

O ideal proposto pela Agenda 2030, que fundamenta a estruturação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentados pela ONU (2015), sugere que uma condição de sustentabilidade é construída por meio de uma dinâmica que contempla pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias para sua implementação. Para isso, a sustentabilidade viria a ser estruturada por meio de um equilíbrio entre as dimensões social, econômica, ambiental e institucional.

Contudo, o que se depreende com o presente estudo, é que o aspecto institucional desempenha um papel diferente das outras três dimensões. A perspectiva institucional é a ferramenta por meio da qual se acessam as dimensões social, econômica e ambiental, comportando-se como um ativo na construção das condições para a sustentabilidade, mais do que apenas um objeto que é impactado neste processo.

Compete à dimensão institucional a adesão e a manutenção de membros no modelo cooperativo, que integram o quadro associativo. Da mesma forma, é imprescindível canais efetivos de comunicação e representação dos interesses destes membros para com as práticas de gestão e governança adotadas. Uma vez que o interesse coletivo esteja representado no modo de operar do modelo cooperativo, este poderá – em concordância com os princípios e valores doutrinários do modelo – atuar nas demais dimensões que constroem as condições para a sustentabilidade.

A consolidação do aspecto institucional é o que permite que as demais dimensões sejam geridas e administradas – com legitimidade e eficiência – de modo a viabilizar um cenário socialmente mais inclusivo, economicamente mais viável e justo e ambientalmente mais responsável. É por meio do caráter institucional que o modelo cooperativo impacta social, econômica e ambientalmente nos contextos em que atua, assim como reforça os laços de capital social e pertencimento local da comunidade, participando assim da construção das condições para a sustentabilidade em um processo cíclico de

retroalimentação, ou seja, revisita-se o papel institucional do modelo cooperativo de modo a seguir coadunando com a construção destas condições.

Institucionalmente o modelo cooperativo consegue viabilizar os aspectos que contemplam a dimensão ambiental, como a geração de empregos dignos e em condições decentes de trabalho, promovendo a inclusão social tanto no caráter intraorganizacional, quanto em outros aspectos relativos a comunidade em que atua, gerando empregos indiretos e promovendo a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local dos territórios aos quais está vinculado.

A não discriminação – contemplada no princípio da livre adesão – caracteriza outro aspecto por meio do qual o modelo cooperativo pode institucionalmente desenvolver a dimensão social da sustentabilidade, assim como por meio da educação, formação e informação de seus associados e demais membros da comunidade. É por meio do acesso ao conhecimento e à informação que o modelo cooperativo promove a autonomia e a liberdade individual nos territórios em que atua, direcionando-o para o ideal de desenvolvimento proposto por Sen (2000).

Também cabe à dimensão institucional do modelo promover ações de responsabilidade social que impactam nas dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade. Ações pontuais e continuadas, com impactos em diferentes frentes, fazem parte da ação do modelo, e acontecem por meio da dimensão institucional.

Da mesma forma, cabe ao modelo cooperativo – por inferência de seu caráter institucional – promover o crescimento econômico e a distribuição de renda, garantindo aos seus associados condições de estabilidade e segurança para situações de crise – como viabilizados pelos Fundos previstos em lei – e viabilizando recursos e crédito para diferentes finalidades.

É por meio do acesso a estes recursos, assim como com o desenvolvimento desencadeado pelas ações do modelo cooperativo que este promove institucionalmente a autonomia de seus associados e demais membros da comunidade. Esta mesma autonomia é um dos fatores de

promoção de hábitos e características individuais mais responsáveis e sustentáveis, onde cabe também a adoção de práticas e tecnologias socialmente e ambientalmente mais amigáveis.

O aspecto institucional do modelo cooperativo é o fator por meio do qual a organização cooperativa em sua dupla natureza – enquanto empresa e associação coletiva de interesses individuais – é capaz de promover o pertencimento local, fortalecendo os laços de capital social nos territórios onde o modelo atua sem os quais se torna impossível analisar a sustentabilidade.

Esta leitura permite que se observe o modelo cooperativo como protagonista na construção da sustentabilidade, ao passo em que pode ser replicado para diferentes tipos de associações, organizações e representações institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas referentes às relações entre sociedade e natureza parecem estar tão fora de alcance, que se torna uma tarefa difícil abordá-los de forma simples e objetiva. Dessa maneira, faz-se necessário pensá-los de forma complexa e multidimensional, contextualizando-os dentro de um determinado cenário.

A própria discussão acerca da sustentabilidade carece de uma construção padronizada de maneira sólida, tornando facilmente o termo um referente líquido, que se comporta de diferentes maneiras de acordo com as condições às quais está exposto.

Desta forma, optou-se ao longo da presente tese considerar como ideal de sustentabilidade uma construção a partir de quatro dimensões – as dimensões institucional, social, econômica e ambiental – a fim de assim delimitar o conceito e tornar possível sua observação e análise ainda que não o abordando enquanto um grau quantificável para sua própria observação e análise.

As diferentes formas de organização, associação e interação – tanto de indivíduos quanto destes para com o mercado – dentro da sociedade também são temas de estudo em distintas áreas de conhecimento, e uma vez consideradas as diferentes perspectivas por meio das quais estas são observadas, pode-se compreender melhor as formas de interpretação e articulação às quais estas são expostas.

O cenário socioeconômico capitalista observado ao longo dos últimos anos permite observar grandes avanços nos aspectos relativos às dimensões

propostas para o ideal de sustentabilidade, contudo, paralelamente percebem-se novos desafios a serem enfrentados no mesmo sentido.

A proposição de observar o modelo cooperativo, enquanto organização de mercado e enquanto associação de indivíduos com interesses comuns vai ao encontro destes novos desafios percebidos ao se relacionar a sociedade e a natureza.

Dessa forma, estabeleceu-se uma perspectiva histórica, social e institucional, que permitiu caracterizar o modelo cooperativo e, a partir disso, estruturou-se por meio das diferentes abordagens da sustentabilidade, a construção de um ideal de sustentabilidade que permitisse observar a perspectiva do modelo cooperativo na construção de suas condições, relacionar o modelo em questão para com este ideal de sustentabilidade e, por fim, propor uma matriz de indicadores para sua viabilização.

Foram observadas as relações diretas e indiretas do modelo cooperativo para com a construção das condições para a sustentabilidade, amparando-se na perspectiva das quatro dimensões que compõem a Agenda 2030. A comparação, análise e desenvolvimento dos pontos levantados por Oldekop et al (2015), Alcaron-Conde et al (2022) e pela Agenda 2030 (ONU, 2015), reforçam o caráter multidimensional por meio do qual o modelo interage com a construção das condições para a sustentabilidade, tendo assim possibilitado a estruturação de quatro indicadores para cada uma das dimensões segundo as quais acontecem tais interações.

Ao longo da tese construída, pôde-se concluir que o modelo cooperativo de fato participa da construção das condições para a sustentabilidade, reafirmando a hipótese levantada, uma vez que as condições demandadas para o ideal de sustentabilidade proposto estão atreladas às dimensões ambiental, social, econômica e institucional e o modelo cooperativo contempla cada uma delas em suas atividades.

Contudo, como defendido, o processo de construção das condições para a sustentabilidade consiste não em uma articulação horizontal das quatro dimensões, senão em uma reorganização destas, que posiciona a dimensão

institucional como ferramenta e caminho para a gestão das demais dimensões. É dessa maneira, por assim dizer, que o modelo cooperativo – amparando-se de sua sustentabilidade institucional, gestão e governança – é capaz de interagir e gerir as dimensões social, econômica e ambiental, além de fortalecer os vínculos de pertencimento local e de capital social existentes nas comunidades em que atua.

Inferiu-se dessa maneira, que é por meio da atuação institucional do modelo cooperativo – e de sua consequente sustentabilidade institucional – que este é capaz de tornar as comunidades onde atua socialmente mais inclusivas e justas, economicamente mais viáveis e desenvolvidas e ambientalmente mais responsáveis.

Somam-se ao processo de construção de tais condições, o papel do modelo cooperativo como agente de promoção e fomento do pertencimento local e do capital social, atuando como ferramenta para a educação e conscientização acerca dos desafios envolvidos nas relações entre sociedade e natureza e na busca pelo ideal da sustentabilidade.

A interpretação proposta é de que o modelo cooperativo assume uma função de articulação social que constitui e fortalece as relações entre os demais agentes – individuais e coletivos – existentes na sociedade, e dessa forma proporciona uma condição de autonomia e independência ao cooperado, ao mesmo tempo em que fortalece a construção do senso de pertencimento e de capital social no ambiente em que acontece, por meio da promoção da segurança e do vínculo coletivo.

Não pode ser afirmado que uma cooperativa – assim como nenhuma outra forma de organização – participa da construção das condições para a sustentabilidade apenas por sua regulação e definição legal, assim como também não pode ser afirmado que apenas em função de seus princípios e valores o modelo cooperativo estaria adequado à construção das condições para a sustentabilidade.

Contudo, em estando os princípios e valores do modelo em conformidade com a construção das condições para a sustentabilidade, assim

como suas práticas e ações voltadas para tal finalidade, pode-se afirmar que o modelo cooperativo é capaz de institucionalmente reforçar o senso de pertencimento local, fomentando o capital social, e promovendo tais condições, como sugere a matriz de indicadores proposta. Esta mesma matriz permite que se aproxime a realidade das organizações cooperativas ao processo de construção das condições para a sustentabilidade.

Destaca-se como limitação da pesquisa, o fato desta ter sido conduzida de maneira teórica e não conectada com a prática específica de nenhuma organização cooperativa em especial. Assim, sugere-se para estudos futuros, a observação dos processos e ações adotadas de forma objetiva dentro do sistema de funcionamento organizacional, em estudos de caso, a fim de que possam ser replicados os indicadores propostos ao passo em que se observe de que maneira cada uma das organizações é capaz de participar da construção das condições para a sustentabilidade nos territórios onde atuam.

Considerar a sustentabilidade do modelo cooperativo – assim como da sociedade de uma forma geral – significa tratar da continuidade e amadurecimento de nossa maneira de pensar, de ser e de agir e dessa forma, significa “passar ativamente para as próximas gerações, tudo o que temos de conhecimentos e competências, imbuindo nossos sucessores com um espírito de intendência zelosa pelo bem comum” (SCRUTON, 2016, p.366). Considerar a sustentabilidade implica o desejo de garantir aos que ainda virão aquilo que nos foi legado.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs; Univamp; Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**. V.4, n.2 abr/jun. 2000.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

AGÊNCIA BRASIL, **Homem aumenta ida ao médico, mas a mulher ainda cuida mais da saúde**. 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/homem-aumenta-ida-ao-medico-mas-mulher-ainda-cuida-mais-da-saude>

AGOSTINI, C. Desenvolvimento regional sustentável: a formação de capital social do tipo bridging e bonding no vale do taquari. **Revista Estudo e Debate**. V.22, n.1, 2015.

ALCARÓN-CONDE, M. A.; ALVAREZ-RODRIGUEZ, J. F. El balance y las relaciones entre los objetivos de desarrollo sostenible y los principios cooperativos mediante un análisis de redes sociales. **CIRIEC – Revista de economía pública, social y cooperativa** . No. 99, 2020.

ALCARON, M. A.; SILVA, A. M. MORAIS, L. P.; ÁLVAREZ, J. F.; MARIOSIA, D. F. **Characterization o the UNTFSSSE knowledge hub: 2019 reposiory about the relationship between social and solidarity economy and the susainable devevelopment goals**. UN Inter-Agency ask Force on Social and Solidarity Economy, 2022. Disponível em:

<https://knowledgehub.unsse.org/knowledge-hub/characterization-of-the-knowledge-hub/>

ANDRADE, R. O. B.; T. TACHIZAWA.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. Editora Makron, 2ª edição. São Paulo, 2004.

ANJOS, E. G.; SILVA, F. L.; PEREIRA, E. M. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com questões de gênero e raça. **REVER – Revista de extensão e estudos rurais**. V.7 n. 1, 2018.

ASSOGBA, P. N.; KOKOYE, S. E.; YEGBEMEY, R. N.; DJENONTIN, J. A.; TASSOU, Z.; PARDOE, J. YABI, J. A. Determinants of credit access by smallholder farmers in North-East Benin. **Journal of Development and Agricultural Economics**. V. 9, n.8 2017.

AXELROD, R.; HAMMOND, R. A.; GRAFFEN, A. Altruism via kin-selection strategies that rely on arbitrary tags with which they coevolve. **Evolution – international journal of organic evolution**, vol. 58, n. 8, p 1833-1838, 2007.

AXELROD, R.; FORD, G. R.; RIOLO, R. L.; COHEN, M. D. Beyond Geography: Cooperativon with persistent links in the absence of clustered neighborhoods. **Personality and social psychology review**. Vol. 6, n. 2, 2002.

BARBA BAYAS, D. R.; MORALES NORIEGA, A. M. . Cooperativismo y desarrollo sostenible en el Ecuador. **Ciencia Digital**, v. 3, n. 3.2, p. 150-171, 2019.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental e empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. Editora Saraiva, 3ª Edição, São Paulo, 2016.

BASTIDA, M.; VAQUERO, A.; CANCELO, M. La contribución de la economía social de Galicia al desarrollo territorial y la mejora del empleo. **Revista de estúdios cooperativos**. V. 134, 2020.

BAYAS, Diego R. B.; NORIEGA, Adriana M.M. Cooperativismo y desarrollo sostenible en el Ecuador. **Ciencia Digital**, v. 3, n. 3.2, p. 150-171, jul/set, 2019.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a outra modernidade, Editora 34, 2ª Ed. 2011.

BIALOSKORSKI NETO (2007) – BIALOSKORSKI NETO, S.; BARROSO, M. F. G.; REZENDE, A. J. Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. **Brazilian business review**, vol. 9, n. 2, 2012.

BIALOSKORSKI NETO, S. Member participation and relational contracts in agribusiness co-operatives in Brazil. **The International Journal of Cooperative Management**, v. 3, p. 20-26, 2006.

BIALOSKORSKI, S., Neto. (2004). Governo y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa, 48, 225-241. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/_scripts_redir7.pdf acesso em novembro de 2021.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIERO, C. F. **Capital social e cooperativas na agricultura do Estado de São Paulo: um estudo analítico**. Texto para discussão – Comissão de pesquisa e publicações da FEA-RP/USP. Ribeirão Preto, 2000.

BIJMAN, J.; HENDRIKSE, G.; OIJEN, A. V. Accommodating two worlds in one organization: Changing board models in agricultural cooperatives. **Managerial and Decision Economics**, 34(3- 5), 204-217, 2013. disponível em <http://dx.doi.org/10.1002/mde.2584> acesso em novembro de 2021.

BOURDIEU, P. **Las formas del capital. Capital Económico, capital cultural y capital social**, en Bourdieu, P. “Poder, derecho y clases sociales”, Barcelona, Desclée, 2000.

BRETOS, I. D. F.; DIAZ-FONSECA, M.; MARCUELLO, C.; MARCUELLO, C. Cooperativas, capital social y emprendimiento: una perspectiva teórica. **Revesco – Revista de Estudios Cooperativos**. (128), 2018, p. 76-98.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006, 375 p. **Tese** (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006

BUTTENBENDER, B. N.; FLACH, D. F.; CYRNE, C. C. S.; SINDELAR, F. C. W.; BARDEN, J. E. Cooperativismo e o desenvolvimento: aproximações acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revisa Ibero-Americana de Ciências Ambientais**. V.12, n.3, 2011.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. **O cooperativismo e as contribuições para o desenvolvimento regional**. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo -EBPC, 2010, Brasília, Anais... 2010.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of management review**. 32 (3), 946-967, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.5465/AMR.2007.25276584>.

CAMARA, C. **Formação e distribuição dos resultados de uma cooperativa de crédito do Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis, Universidade de Caxias do Sul, 2019.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. **Princípios cooperativistas s: origens, evolução e influência na legislação brasileira.** In ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3, São Leopoldo, 2004. Anais..., São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CANÇADO, A. C; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. **Princípio da Preocupação com a Comunidade ou Responsabilidade Social para Cooperativas? Uma abordagem baseada na Teoria da Dádiva.** In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2010., Brasília. Anais... Brasília DF: EBPC, 2010.

CASAGRANDE, R. M.; LAVARDA, E. F. Convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade sob a perspectiva da legitimidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**. V.9, n. 2. Mai/ago, 2015.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas.** Editora UFRGS, 1ª Ed. Porto Alegre, 2017.

CHAVES ÁVILA, R.; MONZÓN CAMPOS, J. L. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. CIRIEC – España. **Revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 93, 2018.

CHEN, H.; ZHU, T. The complexity of cooperative governance and optimization of institutional arrangements in the greater Mekong subregion. **Land Use Policy**. V.50, 2016.

CHENEY, E. L.; DAVIS, M. RESER, A. Notas de orientação para os princípios cooperativos. **CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**, 2016. Disponível em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Principio_6.texto_final.pdf>

CHESTERTON, G. K. **Um esboço sobre a sanidade – pequeno manual do distributismo.** Ed. Ecclesiae, 1ª Ed, 2016.

CHESTERTON, G. K. **O que há de errado com o mundo.** Ed. Ecclesiae, 1ª Ed, 2013

CHU, S. Y.; FANG, W. C. Exploring the relationships of trust and commitment in supply chain management. **Journal of American Academy of Business** 9.1 (2006): 224-228.

CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing: Criando valor para os clientes.** Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory.** Harvard University Press; 1994. P. 1020

CONNELLY, B. L.; HOSKISSON, R. E.; TIHANYI, L.; CERTO, S. T. ownership as a form of corporate governance. **Journal of management studies**. V.47, n.8, p.1561-1589, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2010.00929.x>

COSTA, D. R. M., CHADDAD, F. B., & AZEVEDO, P. F. (2013). The determinants of ownership structure: evidence from Brazilian agricultural cooperatives. **Agribusiness**, 29(1), 62-79. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1002/agr.21325> acesso em outubro de 2021.

COSTA, D. R. M.; NEVES, M. C. R.; BIAVASCHI, J. T. S.; SANTOS, P. M.; FABBRI, M. V. A.; THEODORO, R. Cooperativas na Política agrícola de crédito rural. **Revista de Política Agrícola**. v.28, n.3. 2019

DALIA – Cooperativa Dália Alimentos. **Sucessão Familiar e foco na eficiência**. 2020. Disponível em: < <http://dalia.com.br/sucessao-familiar-e-foco-na-eficiencia/>>

DALLE MOLLE, A. Melhorias competitivas baseadas na cooperação: um estudo de caso na nova aliança – cooperativa vinícola do Rio Grande do Sul. 2013. 139 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Biotecnologia e Gestão Vinícola), Univ. De Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul /RS, 2014.

DAM, L.; SCHOLTENS, B. Ownership concentration and CSR policy of European multinational enterprises. **Journal of business ethics**. V.188, n.1, p.117-126. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1574-1>.

DAS, T. K.; TENG, B. S. Between trust and control: developing confidence in partner cooperation in alliances. **Academy of management review**. Vol. 23, n.3, 491-512, 1998

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Record, 26ª edição. Rio de Janeiro, 2017.

DUCASSY, I.; MONTANDRAU, S. (2015) Corporate social performance, ownership structure, and corporate governance in France. **Research in international business and finance**. V.34, p. 383-396. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2015.02.002>

DURAN, D. C et al. The Components of sustainable development – a possible approach. *Procedia Economics and Finance*, v. 26, p. 806-811, 2015.

DURLO, A. R.; CARLESSO, S. B. da S. O controle interno e as cooperativas. **Revista eletrônica de contabilidade**. Vol.2, n.3, 2005. <https://doi.org/10.5902/198109466223>

DRUMOND, V.R.S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. Coletânea de artigos apresentados no I

Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC).
Brasília, 2010.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: Canibais com garfo e faca.** Editora M. Books, 1ª edição. São Paulo, 2011.

FAGUNDES, J. P.; FAGUNDES, L. Z.O desenvolvimento local e a economia sustentável: estudo de caso de uma cooperativa. **Seminário internacional sobre desenvolvimento regional: Processos, políticas e transformações territoriais.** Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

FAJARDO, S.; ROCHA, M. M. Aspectos doutrinários do ideário cooperativista e o cooperativismo no Brasil. **Campo e Território – Revista de Geografia Agrária.** V.16, n. 43, p. 22-47, dez., 2021.

FARIA, M. R.; ALBINO, P. M. B. Contribuição das cooperativas agropecuárias para a geração de emprego em Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organização de Cooperativas**, [S./I.], 2018.

FAVARIN, R. A. **Fundos rotativos solidários: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil.** Tese de Doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. (2017) – Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v.13, n3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FERNANDEZ-GUADAÑO, Josefina; LOPEZ-MILLAN, Manuel; SARRIA-PEDROZA, Jesús. Cooperative entrepreneurship model for sustainable development. **Sustainability**, v. 12, n. 13, p. 5462, 2020.

FIGUEIREDO, V.; FRANCO, M. Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: empirical evidence about their impact on society. **Land Use Policy.** V. 79, 2018.

FORGIARINI, D. I. Aprendizagem interorganizacional em cooperativas. **Tese.** Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2019.

FORGIARINI, D. I.; ALVES, C. N. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. **Revista de gestão e organização de cooperativas.** 2018, disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043230509>

FREITAG, C. O.; SILVA, F. F.; BRAGA, M. J.; NEVES, M. C. R. Rural extension and technical efficiency in Brazilian agricultural sector. **IFAMA - International Food, Agribusiness and Management Review.** 2020; DOI:

10.22434/IFAMR2020.0094 Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Mateus-Neves-4/publication/348231305_Rural_extension_and_technical_efficiency_in_the_Brazilian_agricultural_sector/links/60311769a6fdcc37a83e3678/Rural-extension-and-technical-efficiency-in-the-Brazilian-agricultural-sector.pdf

GARRIDO, G.; SALTORATO, P. Isomorfismo, eficiência simbólica e legitimidade social na institucionalização da sustentabilidade socioambiental nas organizações contemporâneas. **Perspectivas em gestão e conhecimento**, v. 5, n.2, p.69-82, 2015.

GIAGNOCAVO, C.; GALDEANO-GÓMEZ, E.; PÉREZ-MESA, J. C. Cooperative Logevity and Sustainable Development in a Family Farming System. **Sustainability**. V.10, n.7, 2018.

GIESTA, L. C. Organizações preocupadas com a gestão ambiental e de pessoas e o reflexo na promoção de capital social: Estudo de caso em cooperativas gaúchas. **Dissertação de mestrado**. Programa de pós-graduação em administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2005.

GOUVEIA, R. As cooperativas e os objetivos de desenvolvimento sustentável. In: **IV Cumbre cooperativa de Las Américas**. Cooperativas: asociatividad para el desarrollo sostenible, Montevideo, 2016.

GRASHUIS, J. An Exploratory study of cooperative survival: strategic adaptation to external developments. **Sustainability**, v. 10, n. 3, 2018.

HARARI, Y. N. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. L&PM, 1a Ed, 2015.

HAMMOND, R. A.; AXELROD, R. The evolution of ethnocentrism. **Journal of conflict resolution**, vol. 50, n. 6, 2006.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; HOCAYEN DA SILVA, A. Protagonismo das cooperativas na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento em Questão**. v. 19, n. 54, 2021.

HOLYOAKE, G. J. Os 28 tecelões de Rochdale. 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.

HOPPE, H. H. Uma breve história do homem: progresso e declínio. LVM Editora, 1ª Ed. São Paulo, 2018.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). **Guia das melhores práticas de governança para as cooperativas** (pp. 15-16). São Paulo.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. **Estudos e Pesquisas**. Rio de Janeiro, n.28, 2011
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Segunda apuração. Rio de Janeiro. 2012.
- IMAZ, Oier; EIZAGIRRE, Andoni. Responsible Innovation for Sustainable Development Goals in Business: An Agenda for Cooperative Firms. **Sustainability**, v. 12, n. 17, p. 6948, 2020.
- JAMALI, D.; KARAM, C. Corporate social responsibility in developing countries as na emerging field of study. **International journal of management reviews**, v.20, n.1, p. 32-61, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1111/ijmr.12112>.
- JO, H.; HARJOTO, M. A.; Corporate governance and firm value: the impacto f corporate social responsibility. **Journal of business ethics**. V.103, n.3, p. 351-383, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0869-y>.
- KLARIN, T. The Concept of Sustainable Development: From its Beginning to the Contemporary Issues. *Zagreb International Review of Economics & Business*, v. 21, n.1, p. 67-94, 2018.
- KURIMOTO, A. Notas de orientação para os princípios cooperativos. **CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**, 2016. Disponível em: https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Principio_1.texto_final.pdf
- LAL, T. Impacto f financial inclusion on poverty alleviation through cooperative banks. **International journal of social economics**. V. 45, n. 5, 2018.
- LIMA, L. F. estratégias e práticas de gestão, orientadas à sustentabilidade, apropriadas pelas cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil, 2013.
- LIZARRALDE, I. Cooperatism, social capital and regional development: the mondragon experience. **International journal of technology management & sustainable development**, v.8, n.1, July, 2009.
- MACEDO, A. S., SOUSA, D. N. e AMODEO, N. B. P. O papel da comunicação na articulação dos diferentes níveis de organização no modelo central-singular de cooperativas. **Bahia Analise & Dados**, v. 23, p. 89-105, 2013.
- MACHADO, T. F. Educação/Formação em economia solidária: análise de teses e dissertações produzidas entre 2006 e 2014. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2017.

- MACIEL, A. P. B.; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F.; WBATUBA, B. B. R.; SALLA, N. M. C. Governança em Cooperativas: Aplicação em um cooperativa agropecuária. **Rev. adm. contemp.** 22 (4) • Jul-Aug 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170228> acesso em Novembro de 2021.
- MAIMON, Dália. **Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark.1996.
- MARQUES, J. H. Desempenho de rentabilidade em cooperativas de crédito: um estudo em cooperativas no interior do Alto Paranaíba. **Trabalho de conclusão do curso de Ciências contábeis, FUCAMP**, Campinas/SP, 2018.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e Capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004
- MATACZINSKI, I. S. Estudo de viabilidade para formação de uma cooperativa de prestação de serviços em consultoria grupal e individual para atender as associações empresariais de atuação da Caciopar. **Revista Competitividade e sustentabilidade – ConSus**. V.7, n.2, 2020.
- MATTEN, D.; MOON, J. “implicit” and “explicit” CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of management review**. V.32, n.3, p.404-424, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.5465/AMR.2008.31193458>.
- MENDES, G. de M.; RODRIGUES, J.A.; **Governança Corporativa: estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- MONTEIRO, E. S. R. B.; CANÇADO, A. C.; OLIVEIRA, V. A. R.; RIGO, A. S. **Prática dos Princípios Cooperativistas: um estudo de caso na Cooperativa Adalza Moniz em Cabo Verde**. In: Encontro Nacional Dos Pesquisadores Em Gestão Social, 4., 2010, Lavras. Anais... Lavras, MG, 2010.
- MORENO FONTELA, J. C. Las relaciones entre los valores y principios cooperativos y los principios de la normativa cooperativa. **REVESCO – Revista de Estudios Cooperativos**. N.124, p. 114-127, mayo-agosto, 2017.
- MOURÃO, R. M. F.; BALDIN, M. E. A. Os reflexos do cooperativismo no desenvolvimento do agronegócio. **Revista portuguesa de ciências jurídicas**. V.2, n1, 2021.
- MUNK, L.; SOUZA, R. B. A relevância do ser humano no contexto de institucionalização e legitimação do paradigma da sustentabilidade. **Revista de Gestão da USP**. V.16, n.3, p. 1-14, 2009.

NEVES, M. Impactos das cooperativas agropecuárias na economia: resultados e desafios metodológicos. Palestra. **OBSCOOP – Observatório de Cooperativas**. USP-FEARP. Ribeirão Preto, 2020.

NEKHILI, M. NAGATI, H. CHTIOUI, T.; REBOLLEDO, C. Corporate social responsibility disclosure and Market value: Family versus nonfamily firms. **Journal of business research**, 77 (abril), 41-52, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.001>

NGUYEN, T. C.; RIEGER, M. (2017) – Community driven development and Social Capital: Evidence from Morrocco. **World Development**. (2016). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.10.013>

OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. **A expressão do Cooperativismo Gaúcho 2018**. Sistema OCERGS SESCOOP/RS. Porto Alegre, 2018.

OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. **A expressão do Cooperativismo Gaúcho 2019**. Sistema OCERGS SESCOOP/RS. Porto Alegre, 2019.

OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021**. Disponível em: <https://www.sescoopr.rs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaucha-2021.pdf>

OCB. – Organização das cooperativas brasileiras **História do Cooperativismo**, 2022. Disponível em <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>

OCB. Organização das cooperativas brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 1996.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (2018). **Cooperativismo e ONU firmam parceria**. Disponível em <https://www.somoscooperativismo.coop.br/noticia/21138/cooperativismo-e-onu-oficializam-parceira>. Acesso em 07 mar. 2020.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – **A história do Cooperativismo**. Disponível em <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo> acesso em novembro, 2019.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/x>

OCP – Observatório do Cooperativismo de Plataforma. **O que é o cooperativismo de plataforma?** Publicação digital – página da web. Disponível em: < <https://cooperativismodeplataforma.com.br/> >

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Documento Final do Centenário da OIT. **Conferência Internacional do Trabalho**, 108a sessão, 2019.

Genebra, Suíça. disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_706928.pdf>

OLDEKOP, J. A.; FONTANA, L. B.; GRUGEL, J.; ROUGHTON, N.; et al. 100 Key research questions for the post-2015 development agenda. **Development policy review**. vol. 34, n.1, 2015. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dpr.12147>.

ONU - Organização das Nações Unidas: **Cooperativas são atores-chave no alcance do desenvolvimento sustentável**. Publicação digital (2021) disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/cooperativas-sao-atores-chave-no-alcance-do-desenvolvimento-sust.html>

ONU - Organização das Nações Unidas. **Resolution 70/128, adopted by the General Assembly**, 2016. <https://undocs.org/en/A/RES/70/128>.

ONU - Organização das Nações Unidas (2015). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 05 mar. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Cooperativas são atores chave no alcance do desenvolvimento sustentável**. 2010. Publicação digital – Página da web. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/cooperativas-sao-atores-chave-no-alcance-do-desenvolvimento-sust.html>>

ONU - United Nations Environment Programme (UNEP). **ABC of SCP: Clarifying Concepts on Sustainable Consumption and Production**; UNEP: Paris, France, 2010.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982. 272 p. (Manual do cooperativismo, I).

PICCIOTTI, A. Towards sustainability: the innovation paths o social enterprise. **Public and cooperative economics**. V.88, n.2, 2017.

PUTNAM, R. D. 2000. **Bowling alone**. New York: Simon & Schuster.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: america's declining social capital**. *Journal of democracy*. 1995. 6(1), 65-78.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy** (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

PROKA, A.; LOORBACH, D.; HISSCHEMOLLER, M. Leading from the niche: insights from a strategic dialogue of renewable energy cooperatives in The Netherlands. **Sustainability**. V.10, n.11, 2018.

RAMOS, M. C. P.; Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. **Laboreal**. V.7, n.1, 2011.

RAUSTINSYAH, R.; SANTOSO, P.; SARI, N. R. The impact of women's co-operative in a rural area in achieving the sustainable development goals. **Masyarakat, kebudayaan dan Politik**. V. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.e-journal.unair.ac.id/MKP/article/view/21252>

RICKEN, J. R.; TENÓRIO, F. G.; KRONENBERGER, T. S. **O cooperativismo agropecuário no estado do Paraná: a questão da integração**. 2015.

RIBEIRO, J. P. Ambientalidade, co-existência e sustentabilidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Vol. 14, n.9, 2019.

RODRIGUEZ, R. **Painel Cooperativismo e desenvolvimento**. 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural –SOBER. (Notas) 01 ago. 2017,

RODRIGUES, A. T.; MALO, M. C. **Desenvolvimento da Governança em Organizações Sem Fins Lucrativos: Proposições a Partir do Conceito de Empreendedor Coletivo**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 27., 2003, Atibaia. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

RONÇANI, D. M. Benefícios econômicos proporcionados à agricultura familiar por uma cooperativa de crédito no Sul Catarinense. **Trabalho de conclusão de curso**, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2018.

ROTH, A. L.; WEGNER, D.; ANTUNES JÚNIOR, J.A.V.; PADULA, A.D. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Rev. Adm.** (São Paulo), Mar 2012, vol.47, no.1, p.112-123.

SACHS, I. From millennium development goals to sustainable development goals. **Viewpoint**. vol. 9, 2012.

SACHS, I. (2009) – **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Ed Garamond. Rio de Janeiro.

SACHS, I. (2008) – **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro.

SANTOS, B. S. (Org.). Reconhecer para Libertar. **Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, T. C. B.; WALTER, S. A.; BERTOLINI, G. R. F. Práticas de sustentabilidade como estratégia de legitimidade organizacional em uma cooperativa agropecuária. **Revista metropolitana de sustentabilidade**. Vol. 9, n. 3, 2019.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia – participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1991.

SCHNEIDER, José O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, J. O. O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável. **Extensão rural**, n.8, 2001.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação Cooperativa e suas Práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003. P. 13-58.

SCHWEITZER, L. F. Análise do sufixo -dade: São possíveis alomorfias? Rev. **Acadêmica de Letras**, UFSC, n.3, 2016.

SCRUTON, R. **Filosofia verde: como pensar seriamente o planeta**. É realizações, 1ª ed. São Paulo, 2016.

SCHULZE, E. Estrutura do poder em cooperativas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.22, n.59, p.49-76, jun./dez. 1987.

SCOPEL, D. C.; SANTOS, E. O. A educação cooperativa como gerador de mudanças sociais: um estudo sobre a 6ª semana da educação financeira na cidade de Itamaraju/BA. **Revista de gestão e organizações cooperativas**. V.7, 2020.

SEMLINGER, K. Cooperation and competition in network governance: regional networks in a globalized economy. **Entrepreneurship and regional development**, vol.20, p.547-560, 2008.

SEN, Amartya (2000) – **Development as Freedom**, Alfred A. Knopf, new York.

SEN, Amartya (1990) – **Ethics and Economics**, Oxford University Press, New Delhi.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago., 2013.

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2022). **História do Cooperativismo**. Disponível em <https://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/historia/>

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2021). **Dia de Cooperar – Vem transformar iniciativas em mudanças de realidade.**

Disponível em <https://diac.somoscooperativismo.coop.br/dia-c>. Acessado em 23 de novembro de 2021

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

Cooperativas Gaúchas são destaque como melhores empresas para se trabalhar. disponível em

<<https://www.sescooprps.coop.br/noticias/2021/12/23/cooperativas-gauchas-sao-destaque-como-melhores-empresas-para-se-trabalhar/>>.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

Programa de estímulo à sucessão rural e cooperativismo retoma as atividades no formato virtual. Publicação digital, 2020. Disponível em:

<https://www.sescooprps.coop.br/noticias/2020/08/12/programa-de-estimulo-a-sucessao-rural-e-cooperativismo-retoma-as-atividades-no-formato-virtual/>

SIFAKIS, N.; SAVVAKIS, N. DARAS, T.; TSOUTSOS, T. Analysis of energy consumption behavior of European RES Cooperative members. **Energies**. V.12, n.6, 2019.

SILVA, E. A.; PEREIRA, J. R.; BOTELHO, M. I. V. **A Organização**

Cooperativa e seus Princípios Democráticos. Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras, v.7, n. 2, p. 135-147, 2005.

SILVA, T. N.; PEDROZO, E. A.; ESTIVALETE, V.; MARASCHIN, A.; PASQUAL, C.; JERÔNIMO, F. B.; SILVEIRA, H. S.; JARDIM, P. A.; BARATA, T. S. Relações de Cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo o capital social. **Revista administração em diálogo**. V.6, n.1, 2004.

SILVA, S. S.; SOUSA, A. R.; LEITE, E. T. (2011). Conflito de agência em organizações cooperativas: Um ensaio teórico. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, 13(1), 63-76. Disponível em

<http://revista.dae.ufra.br/index.php/ora/article/view/306/303> acesso em outubro de 2021.

SILVA, L. J. S.; PINHEIRO, J. O. C.; SANTOS, E. M. O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**. N.55, 2019.

SILVA ILHA, P. C. A cooperativa como elemento de capital social na comunidade. **Revista da FAE**. V.11, n.2. 2008.

SILVA, C. L.; SALANEK, P. Capital social y cooperativismo agropecuario: una evaluación del funcionamiento de la cooperativa COPACOL. **Revista de Ciencias Sociales**, v.15, n.1, Maracaibo, 2009.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, R. A.; MEDEIROS, J. T.; DE LUCA, M. M. **Relações familiares e concentração de propriedade: reflexos no engajamento em práticas ambientais de responsabilidade social corporativa**. In XX USP International Conference in Accounting. São Paulo, 2020.

SOUSA, D. N.; FERREIRA, P. R.; COSTA, M. S.; MILAGRES, C. S. F. “Temos que saber que a cooperativa é uma empresa diferente”: Percepções sobre a educação cooperativista. **Humanidades & Inovação**. V. 5, n. 2, 2018.

SOUZA, M. I. S.; SILVA, A. R. P.; PINHO, C. M. D. A livre adesão nas cooperativas de crédito: estamos captando cooperados ou correntistas? **Revista de Gestão Cooperativa**. V.7, n.14, 2020.

STABACK, D. F. **Educação cooperativista e sua importância na manutenção do cooperado: o caso da Cooperativa Agroindustrial C. Vale**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2020.

STOLL, J.; POON, J. P.; HAMILTON, T. Sustainable practice? An examination of Canada's agricultural and energy cooperatives. **The professional geographer**. V.67, 2015.

TABELLINI, G. The scope of cooperation: values and incentives. **The quarterly journal of economics**, Agosto, 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4ª ed. São Paulo, editora Atlas, 2007.

TAJFEL, H. (1970) – Experiments in intergroup discrimination. **Nature**, 223, 96-102.

TAKENAKA, E. M. M.; MARIA, Y. R.; ALVES, A.; SILVA, A. M. S.; GIROTTO, C.; NOGUEIRA, G. B.; PEREIRA, H. G. A adesão de novos membros cooperados: estudo de caso em uma cooperativa de trabalhadores em material reciclável. In: **Encontro de Ensino, pesquisa e extensão**. Presidente Prudente, outubro de 2013.

TALEB, N. N. **Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o caos**. Ed. Best Business, 15ª edição. Rio de Janeiro, 2014.

TOMAZZONI, G. C.; SANTOS, R. C. T.; SANTOS, A. S.; COSTA, V. M. F. Análise de inovação em uma cooperativa a partir das dimensões do desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET/UFSM**. V.19, n.2, 2015.

VALADARES, J.H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte, maio 2002a. (Apostila FORMACOOOP – Mód.II - SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).

VIEIRA, A.C.M. Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda. Taubaté, SP, 2005. 132f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VEIGA, José Eli da (2013): **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. Editora 34, São Paulo.

VEIGA, José Eli da (2015): **Para entender o desenvolvimento sustentável**. Editora 34, São Paulo.

WCED. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Martin Claret, 1ª edição. São Paulo, 2013.

WILKINSON, R.; PICKETT, K (2009) – The Spirit Level. **Geography**. Vol. 95, Part 3, Autumn 2010.

YOLLES, M.; FINK, G. (2014) – The sustainability of sustainability. **Business Systems Review**, v. 3, n. 2, p. 1-32.

ZANCO, A. M.; CORBARI, F.; ALVES, A. F. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. **Revista Orbis Latina**. Edição especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local. V.9, n.1. Foz do Iguaçu/PR. 2019.

ZIKALA, M. J. The role of savings and credit cooperatives in promoting access to credit in Swaziland. **Dissertation (MSc Agric)** – University of Pretoria, 2016

ZILBERSTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, jul./set. 1994.